

Diulinda Pavão Costa

O CENÁRIO EDUCACIONAL NA PRINCESA DA BAIXADA (1920-1960)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DIULINDA PAVÃO COSTA

**O CENÁRIO EDUCACIONAL NA PRINCESA DA BAIXADA
(1920-1960)**

São Luís
2012

DIULINDA PAVÃO COSTA

**O CENÁRIO EDUCACIONAL NA PRINCESA DA BAIXADA
(1920-1960)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro

São Luís
2012

Costa, Diulinda Pavão.

O cenário educacional na Princesa da Baixada (1920-1950) / Diulinda Pavão Costa. – São Luís, 2012.

167 f.: il.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: César Augusto Castro.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Mestrado em Educação, 2012.

1. Educação 2. História da Educação 3. Instituições escolares. 4. Memória 5. Cultura Escolar 6. Pinheiro I. Título.

CDU 37:981. 21(Pinheiro)

DIULINDA PAVÃO COSTA

**O CENÁRIO EDUCACIONAL NA PRINCESA DA BAIXADA
(1920-1960)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em / / 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. César Augusto Castro (orientador)

Doutor em Educação

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Antônio de Pádua Carvalho Lopes

Doutor em Educação

Universidade Federal do Piauí

Prof^ª. Iran de Maria Leitão Nunes

Doutora em Educação

Universidade Federal do Maranhão

À memória de meu pai, Domingos Rodrigues Costa (o Homem do Gesso), um herói bem brasileiro, simples, de alma nobre e que esteve ao meu lado. Homens como ele lutaram por uma vida melhor, mas deixaram na morte a sua maior herança: a esperança de um novo amanhecer e o amor infinito.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é recordar. É trazer à memória aquelas pessoas que foram importantes na nossa trajetória de vida na nossa trajetória acadêmica. Assim, a produção desta dissertação só me foi possível porque contou com a colaboração dessas muitas pessoas. Portanto, agradeço:

Primeiramente a **DEUS**, que é o “caminho, a verdade e a vida”; quem, incomparavelmente, guiou-me e iluminou meus passos nesse transcurso de tantos impasses e perspectivas, contribuindo para o alcance desta etapa.

À minha mãe, Maria José Pavão Costa, que foi incansável em me auxiliar na busca de documentos e de memorialistas que pudessem contribuir para o enriquecimento da pesquisa, me estimulando a não desanimar, dizendo-me sempre que eu estava no caminho certo e que “chegar lá” era uma questão de tempo. Por isso, sua presença constante nesse período de formação, mesmo do outro lado da baía de São Marcos, foi insubstituível, pois sem o seu apoio e segurança nada disso teria sido possível.

À minha irmã Diemys Pavão Costa, que inúmeras vezes voltou à APLAC para checar as referências bibliográficas do Jornal Cidade de Pinheiro ou verificar se os periódicos que estavam sendo restaurados já se encontravam disponibilizados para a pesquisa.

Aos meus sobrinhos Gustavo e Lívia Maria, os amores da tia, a luz de nossa família. Partilhar os dias com vocês é uma experiência sublime, pelos carinhos, que foram uma terapia durante a caminhada.

Ao meu orientador, Prof^o. Dr^o. César Augusto Castro, pela disponibilidade, pelos construtivos direcionamentos, pelo incentivo, pela dedicação, sempre sinalizando com muita paciência novas opções na condução da pesquisa, incentivando-me para que pudesse vencer os obstáculos que se apresentaram no percurso da dissertação e principalmente por ter me apresentado ao mundo da historiografia. Foi muito bom tê-lo como orientador! Receba toda a minha gratidão.

Aos Professores: Antônio de Pádua Carvalho Lopes, Iran de Maria Leitão Nunes e Lyndon de Araújo Santos, pela leitura criteriosa, pelas ricas contribuições e pelos reencaminhamentos sobre o objeto de estudo no exame de qualificação, cujas orientações tentei atender na medida de minhas possibilidades.

Aos funcionários do Arquivo Público de São Luís, da Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciências (APLAC), da Cúria e da Câmara Municipal de Pinheiro pelo atendimento cortês e profissional.

À Marcelina Catarina Cabral Pavão, diretora do Colégio Pinheirense, e em especial ao secretário Osvaldo Roselvelt Sales Castro, o qual muito gentilmente me recebeu e colaborou na busca de fontes sobre o Ginásio e o Colégio Pinheirense.

Também sou grata a Paulo Henrique de Lima Morais (MSC), residente no Seminário Pe. Júlio Chevalier, que gentilmente me emprestou livros a respeito da vida do fundador da Congregação de Nossa Senhora do Sagrado Coração, bem como outros materiais que ajudaram a enaltecer a pesquisa.

Aos memorialistas Aurelina Catarina Amorim, Deny Reis Leite, Ignez Reis Castro, Inácio Rodrigues do Rosário, Maria Regina Durans Mendes, Marieta Franco de Sá, Moema de Castro Alvim e Terezinha da Costa Leite Guterres, que compartilharam suas memórias sobre as escolas que fizeram parte desta dissertação, para que este estudo fosse viabilizado.

Um agradecimento muito especial à diretora da U.I Joaquim Gomes de Souza, Maria José Pinto Madeira e a adjunta Selma Nolly Lins Caldas, pela compreensão e auxílio no início dessa jornada até o período de minha liberação pela Secretaria de Educação do Estado, minha eterna gratidão.

Ao Mestrado em Educação, pela oportunidade de realizar este projeto profissional e pessoal através de seu programa e de todos os seus professores.

À minha querida e inesquecível décima primeira turma, uma constelação de dezenove pessoas mais que especiais. Em particular, a Augusto Ângelo, Maria Cléa Nunes, Eneida Erre, Ilma Maria de Oliveira Silva, Jhonatan Welson Pereira e Walkíria Martins. Nesse contexto, não poderia deixar de agradecer a Selma Romana Costa de Albuquerque e a Doracy Gomes Pinto, pelas palavras de conforto, incentivo e colaboração neste percurso, além de terem me auxiliado com material bibliográfico que me ajudou a constituir o *corpus* teórico da dissertação.

Não poderia deixar de agradecer a uma grande amiga, Karla Cristina Silva Sousa, que muito contribuiu para a realização da conquista deste grande sonho: tornar-me mestre em educação, incentivando-me a estudar, pois sempre esteve ao meu lado desde o início dessa caminhada. Amiga, muito obrigada.

Às professoras Maria Cícera Nogueira pela revisão do texto desta pesquisa, e Amaury Araujo Santos pelo trabalho de normalização, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a todos os meus amigos que compreenderam a minha ausência durante todo este percurso.

Finalmente, agradeço ao meu esposo Etoniel dos Santos Aires, o grande amor da

minha vida, sempre presente, por suportar pacientemente as minhas ausências e as minhas angústias ao longo deste percurso, pois ele foi meu companheiro, meu amigo e meu grande incentivador nessa travessia.

“É certamente impossível estudar o passado sem a assistência de toda uma cadeia de intermediários, incluindo não apenas os primeiros historiadores, mas também os arquivistas que organizaram os documentos, os escribas que os escreveram e as testemunhas cujas palavras foram registradas”.

Burke

RESUMO

Estudo acerca das instituições escolares, o grau de ensino oferecido, as práticas e os sujeitos, que em tempos e lugares diversos contribuíram para o processo de escolarização de Pinheiro, Estado do Maranhão, no período de 1920 a 1960. Adota-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica utilizando um referencial teórico os estudos de Dallabrida (2007, 2009), Horta (1994), Souza (1998, 2004, 2008) e outros. Os estudos de Martina (2001), De Certeau (2008), Burke (2005) e outros forneceram subsídios para o entendimento das mudanças ocorridas na História da Igreja Católica e o papel por ela desempenhado no campo educacional, enquanto as interpretações de Castro (2007), Coutinho (2005), Fernandes (2003), Motta (2006), Rodrigues (1993) e Saldanha (2008) contribuíram para o entendimento dos aspectos políticos e culturais sobre a história da educação maranhense. Fez-se uso dos trabalhos realizados por Alvim (2006), Gomes (2004), Leite (2000, 2006), Soares (2006) e Viveiros (2007) sobre o contexto sociopolítico e econômico do município de Pinheiro. Recorre-se também à análise documental em que o jornal Cidade de Pinheiro se constituiu o principal documento para a tessitura da História da Educação da cidade, juntamente com a análise da legislação educacional, mensagens, publicações governamentais, regulamentos de ensino. Lança-se mão dos regimentos internos, programa das disciplinas, ata de matrícula, quadro demonstrativo de funcionários e alunos, nota dos discentes, relatórios, livro de tombo e fotografias. Fez-se uso, neste caminho, da História Oral tendo como sujeitos aqueles que vivenciaram o processo de escolarização, como alunos, professores e funcionários, que, através de suas memórias contribuíram para a reconstituição do passado das instituições de ensino. Constata-se diferenciadas maneiras de escolarização pinheirense, estando esse fato relacionado aos lugares a partir dos quais essas instituições foram organizadas e ao envolvimento dos atores que participaram desse processo. Percebe-se que a escola como produtora de uma cultura própria, num momento historicamente determinado, no qual os sujeitos se apropriaram deste ambiente cultural e o reelaboraram no seu cotidiano, produzindo práticas sociais e escolares de diferentes modos. Conclui-se que o processo de constituição da escolarização no município passou por situações de avanços e retrocessos e teve a contribuição de diversos atores sociais que colaboraram de forma significativa para a formação da juventude do município.

Palavras-chave: Instituições escolares. Memória. Cultura Escolar. Escolarização. História da Educação de Pinheiro.

ABSTRACT

Study of the educational institutions, the level of education offered, practices and subjects, which, in diverse time and places have contributed to the process of education in Pinheiro, State of Maranhao, between 1920 and 1960. Is adopted as procedure methodological research literature using a theoretical studies of Dallabrida (2007, 2009), Horta (1994), Souza (1998, 2004, 2008) and others. Os estudos de Martina (1996) and others, who provided subsidies to understanding the changes that occur in Catholic Church history and the role played by the Church in education Field. As the of Castro (2007), Coutinho (2005), Fernandes (2003), Motta (2006), Rodrigues (1993) and Saldanha (2008) also contributed to understanding of polical and cultural history of educacional in Maranhão. Was use of the work of Alvim (2006), Gomes (2004), Leite (2000, 2006), Soares (2006) and Viveiros (2007) on the sociopolitical and economical city of Pinheiro. Extensive use is also the document analysis in which the newspaper Cidade de Pinheiro constituted the main document for the organization on the History of Education of the city, along with analysis of the educational legislation, messages, government publications, education regulations. Spear hand to the internal regulations, disciplines schedules, serial ata, employee and students framework, student's grade, reports, tumble book and photographs. Use has been made in this walk, Oral History the subjects who experienced the process of schooling, as students, faculty and staff who, through their memories contributed to the reconstruction of past educational institutions. It appears pinheirense different ways of schooling, being this fact related to the places from which these institutions were organized and the involvement of actors who participated in this process. It is noticed that the school as a producer of its own culture, a historically specific moment, in which subjects have appropriated this cultural environment and reelaboraram in their daily lives, producing social and educational practices in different ways. It is concluded that the current process of schooling in the city went through situations of advances and setbacks, and was contibuted by various social actors who significantly contributed to the formation of youth in the city.

Key words: Education Institutions. Memory. School Culture. Schooling. History of Education in Pinheiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Localização de Pinheiro no Mapa do Maranhão.....	29
Figura 2-	Prédio do Grupo Escolar Odorico Mendes.....	61
Figura 3-	Excursão pedagógica realizada pela professora Zélia Pederneiras, 1928.....	67
Figura 4-	Chegada dos padres italianos à Pinheiro, 1946.....	87
Figura 5-	Prédio da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, 1950.....	89
Figura 6-	Corpo docente da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, 1952.....	93
Figura 7-	A normalista, Terezinha da Costa Leite Guterres.....	95
Figura 8-	Prédio do Ginásio Pinheirense, 1955.....	109
Figura 9-	Manchete referente à extinção da 3ª série masculina do Ginásio Pinheirense, 1955.....	117
Figura 10-	Primeiro uniforme diário feminino do Ginásio Pinheirense, 1953.....	121
Figura 11-	Uniforme de gala da turma masculina, 1954.....	122
Figura 12-	Marcha cívica do sete de setembro, 1954.....	133
Figura 13-	Performance de educação física dos alunos do Ginásio Pinheirense na comemoração do sete de setembro, 1953.....	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Estatística nacional de educação sobre o ensino secundário.....	40
Quadro 2-	Escolas Isoladas de Pinheiro (1922-1923).....	44
Quadro 3-	Disciplinas ministradas na Escola “Antônio Souza”.....	52
Quadro 4-	Funcionários da Escola Antônio Souza (1926-1931).....	52
Quadro 5-	Disciplinas e professores da Escola Normal de Pinheiro.....	54
Quadro 6-	Alunos do 1º ano da Escola Normal de Pinheiro, 1926.....	55
Quadro 7-	Média escolar do mês de setembro, 1926.....	56
Quadro 8-	Diretores e professores do curso primário do grupo escolar Odorico Mendes, 1927-1950.....	62
Quadro 9-	Matérias ministradas no curso primário do grupo escolar “Odorico Mendes”, 1927.....	64
Quadro 10-	Horário do 3º e 4º ano do grupo escolar Odorico Mendes, 1927.....	65
Quadro 11-	Programa das disciplinas do ensino primário da Escola Paroquial “Nossa Senhora do Sagrado Coração”.....	90
Quadro 12-	Estabelecimentos de ensino secundário do Maranhão, 1948.....	107
Quadro 13-	Horário para o exame de admissão ao Ginásio Pinheirense, 1953.....	113
Quadro 14-	Relação dos alunos matriculados no Ginásio Pinheirense, 1953.....	114
Quadro 15-	Turma extinta do Ginásio Pinheirense, 1955.....	116
Quadro 16-	Alunos bolsistas do Ginásio Pinheirense, 1953.....	119
Quadro 17-	Relação dos professores do Ginásio Pinheirense, com/sem registro profissional.....	125
Quadro 18-	Disciplinas escolares do Ginásio Pinheirense, 1953-1962.....	129
Quadro 19-	Primeira turma de concludentes do Ginásio Pinheirense, 1956.....	137

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
APLAC	Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciências
ACB	Ação Católica Brasileira
AEC	Associação de Educação Católica do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEP	Comissão Nacional do Ensino Primário
DESE	Divisão de Ensino Secundário
FNSSC	Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LEC	Liga Eleitoral Católica
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
MSC	Missionários do Sagrado Coração
NEDHEL	Núcleo de Estudo e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S/A
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SALTE	Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENEC	Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura
SENESP	Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Saúde Pública
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O PERCURSO TRILHADO NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	17
Situando nosso objeto de pesquisa na Primeira República.....	29

CAPÍTULO I

A CONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO PINHEIRENSE (1920-1945): das escolas domésticas ao grupo escolar.....	34
1.1 A contextualização da educação republicana.....	35
1.2 A educação pinheirense nos últimos anos da Primeira República.....	43

CAPÍTULO II

A CONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO PINHEIRENSE (1920-1945): das escolas de improvisado ao grupo escolar.....	71
2.1 A ação missionária e a revitalização da Igreja.....	72
2.2 Amado seja por toda parte o Sagrado Coração de Jesus: missão de Jean-Jules Chevalier e a fundação da Congregação.....	80
2.3 Semeadores de esperança em Pinheiro: Missionários do Sagrado Coração.....	86
2.4 A escola paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração para evangelizar e moralizar a infância pinheirense.....	88

CAPÍTULO III

UMA EDUCAÇÃO PARA ELITE: o Ginásio Pinheirense.....	100
3.1 A contextualização do ensino secundário.....	101
3.2 A criação do Ginásio Pinheirense.....	105
3.3 O corpo docente e administrativo.....	123
3.4 A apropriação dos saberes escolares no Ginásio Pinheirense.....	128
3.5 As festas escolares do Ginásio Pinheirense.....	131
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS.....	148
ANEXOS.....	160

INTRODUÇÃO: o percurso trilhado na construção da pesquisa



COSTA, Diulinda Pavão. **Praça Pe. Newton Pereira**, localizada no bairro da Matriz. 2011.

As relações temporais entre passado e presente são importantes para compreendermos os acontecimentos e neles as experiências que se entrecruzam na história. Relações que vão do tempo vivido, no qual estamos mergulhados, a um tempo que já passou, mas que mantém ligações e aproximações com o presente.

Para o pesquisador/historiador, essa relação passado e presente torna-se condição ímpar para a percepção de tempo histórico e de acontecimentos nele ocorridos. Como lembra Le Goff (1990, p.219), fundamentado em Rousset, “o passado não é estudado enquanto passado; ele é revivido e incorporado no presente.

Desse modo, nosso interesse em estudar o passado, compreendê-lo e procurar os vínculos com o presente foi o que nos instigou a desvelar o nosso objeto de estudo, neste caso, *O cenário educacional na Princesa da Baixada (1920-1960)*, que é um fenômeno singular, desconhecido por parte dos estudos da História da Educação maranhense realizados até o momento. Nesse aspecto, esta dissertação pretende ser uma contribuição original para a área.

Sendo natural de Pinheiro, ex-aluna do Grupo Escolar Odorico Mendes, e do Colégio Pinheirense e interessada em História da Educação, propusemo-nos a estudar a constituição do campo¹ educativo de Pinheiro-MA devido à inexistência de trabalhos específicos nessa área e por se constituir uma atividade historiográfica inédita. Então buscamos desvelar as escolas e o grau de ensino oferecido neste município, bem como identificar os sujeitos que em tempos, lugares e espaços diversos colaboraram nesse processo.

Também contribuiu nesse intento a experiência desenvolvida no Núcleo de Estudo e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras – NEDHEL, vinculado à linha de pesquisa: Instituições escolares, saberes e práticas educativas, do Programa de Pós-graduação - Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão.

Para a realização do estudo, optamos por um recorte temporal que se debruça nas décadas de 1920 a 1960. Esta demarcação deve-se ao fato de nesse período terem ocorrido transformações relevantes no contexto político, econômico e cultural do país que interferiram no setor educacional.

As mudanças que ocorreram nesse espaço temporal envolveram fatores internos, como a Revolução de 1930, a Constituição de 1934, o Estado Novo de 1937, o desenvolvimentismo de 1950, entre outros, e externos, como a crise mundial do capitalismo de 1929, com seus reflexos na década de 1930 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Tais

¹ Ao adotarmos esta expressão referimo-nos ao tempo e lugar do objeto investigado.

fatores alteraram as estruturas políticas e sociais, interferindo nas políticas educacionais.

Na década de 1920, foram realizadas reformas educacionais que reestruturaram o ensino público, ficando “excluída” desse processo a atuação da Igreja Católica. Essas reformas estavam consubstanciadas nos ideais da Escola Nova, como projeto pedagógico nacional, e defendiam a escola pública, universal e gratuita, buscando formar o aluno para viver harmonicamente no meio social, reforçando o ideário republicano de progresso e desenvolvimento do país.

Nesse âmbito, a escola foi considerada como meio para a superação do analfabetismo considerado como entrave para o alcance do progresso almejado pela sociedade republicana. A política educacional da época deu-se na conjunção de dois movimentos: *entusiasmo pela educação*, surgido na década de 1910 que defendia a popularização da escola primária para atender a nova demanda social, e no *otimismo pedagógico*, que emergiu no período de 1920 e se preocupava com os aspectos qualitativos desse setor.

A crença no poder regenerador da escola foi alimentada pela criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, órgão articulador dos debates e projetos voltados para a construção da nação que adquiriu maior importância com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932.

Com a instauração da Era Vargas (1930-1945), foi proposto um modelo educacional que, além de promover a construção da nacionalidade através dos conteúdos aprendidos em sala de aula e na realização das comemorações cívicas determinadas pelo Estado, também houve a implantação de reformas para padronizar o ensino nacional. Na ocasião, o governo possibilitou a ampliação do papel da Igreja Católica nas questões relativas à educação.

A reaproximação, Igreja Católica e Estado, contribuiu para fortalecer o nacionalismo propagado nas décadas de 1950 a 1960, época em que a instituição religiosa constava com uma vasta rede de estabelecimentos de ensino, fundada pelas diversas ordens e congregações vindas ao País quando houve a instauração do laicismo propiciado pelo advento da República. Em Pinheiro, particularmente, esta relação (Igreja x Estado) no período de 1920 a 1960 foi marcada por acontecimentos significativos que merecem estudos mais aprofundados, na medida em que tratamos de maneira lacunar desta questão no Capítulo 2.

Dessa forma, a tessitura histórica deste trabalho tem início nos anos de 1920, por ter sido este o momento em que passou a ser delineado no município um movimento de ordem social e cultural que incidiu sobre o setor educacional. Tal movimento foi desencadeado porque o processo de escolarização pinheirense se constituía de uma rede de

escolas *domésticas* que ultrapassavam quantitativamente as escolas mantidas pelo poder público, que era apenas uma: a *Escola Mista Estadual (1920)*.

Essa carência educacional fez com que os agentes políticos locais: Elisabetho Barbosa de Carvalho, Clodoaldo Cardoso, Sílvio Rebello, Basiliano Adonico de Castro Barroca e Josias Peixoto de Abreu empreendessem ações que implicariam uma nova proposta educacional para o município, quando fundaram o *Instituto Pinheirense (1922)*, a *Escola Antônio Souza (1925)* e a *Escola Normal de Pinheiro (1926)*, as quais tiveram o propósito de conduzir a cidade a novos e elevados patamares de cultura e civilidade. No entanto, estas instituições tiveram um curto período de desenvolvimento de suas atividades educacionais.

O insucesso dessas escolas levou o grupo político aludido a solicitar ao governador Magalhães de Almeida (1926-1930) a instauração em Pinheiro de um grupo escolar, que era tido na época como “símbolo da modernização do ensino, em sintonia com expectativas em relação ao desenvolvimento social e econômico” Souza (2004, p.115).

Esta solicitação foi atendida e então foi fundado o *Grupo Escolar Odorico Mendes*, em 1927. A implantação desta escola conferia o *status* de modernidade republicana perante as instituições escolares existentes na cidade de Pinheiro. Apesar de esse modelo de escola primária ter sido durante a República uma referência em termos de ensino, somente na década de 1940 foi instalado na cidade um segundo grupo escolar de caráter municipal, localizado na Av. Getúlio Vargas, o qual recebeu nome de Elisabetho de Carvalho.

Manter a estrutura demandada para a criação e manutenção dos grupos escolares era tarefa dispendiosa, fato que fez o governo investir na criação de outro tipo de estabelecimento de ensino primário: as *Escolas Reunidas*. A predominância deste modelo escolar ocorreu, principalmente, em decorrência de seu baixo custo, e por apresentar a vantagem de, ao agrupar as escolas isoladas, proporcionar maior controle do trabalho docente e economia com aluguéis para o governo.

Em 1946, instalaram-se em Pinheiro os representantes da Congregação de Nossa Senhora do Sagrado Coração, com o propósito de desenvolver ações pautadas no movimento da Restauração Católica, em que a educação apresentava-se como peça vital para o trabalho de evangelização.

Nesse sentido, foi fundada pelo Pe. Fernando Meloselli, Missionário da Congregação aludida, com a colaboração e a aprovação do bispo da Prelazia, Dom Afonso Maria Ungarelli, a Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, no ano de 1950, localizada no bairro da Matriz em frente à Praça Pe. Newton Pereira. Este estabelecimento escolar compreendia uma proposta educacional primária diferenciada, cujo objetivo era

oferecer uma educação integral às crianças do município, pois abrangia o jardim de infância, o curso elementar e o complementar.

No primeiro ano de funcionamento da escola paroquial, o quadro docente e administrativo foi formado por um grupo de professoras leigas², pois a Congregação ainda não contava com freiras para administrar a instituição.

Em 1951, a demanda crescente da clientela escolar levou os Missionários do Sagrado Coração a comprarem um imóvel, na Av. Getúlio Vargas, local privilegiado por se localizar no centro da cidade, para onde foram transferidos a turma feminina e o jardim de infância. Neste mesmo ano, o governador Eugênio Barros (1951-1956) promulgou o Decreto nº 841, em 27 de dezembro, que autorizou a equiparação da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração às escolas públicas primárias estaduais.

No ano de 1952, passou a integrar este estabelecimento de ensino a professora normalista Teresinha Soares Costa Leite Guterres, que ficou responsável pela docência do 5º ano, o que contribuiu para o enriquecimento do quadro docente da instituição.

E em dezenove de janeiro de 1953, chegaram a Pinheiro, trazidas de São Paulo pelo bispo Dom Afonso, as primeiras freiras da Congregação, as Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração: Maria Adélia, Maria Geralda, Maria Suzana, Vera Maria e a Madre Maria Dolores. Vieram para assumir a administração e a docência da escola paroquial e colaborar na fundação de um ginásio escolar na cidade.

Ainda no ano de 1953, o governador Eugênio Barros expediu o Decreto de nº 973, em 16 de dezembro, determinando que a *Escola Paroquial* passasse a ser denominada a partir de então de *Grupo Escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração*, o que lhe conferia *status* de referência no município.

Nesse mesmo ano, Dom Afonso Maria Ungarelli atendeu à reivindicação da população pinheirense de instalação de um ginásio escolar, pois a rede de ensino do município era constituída somente por escolas primárias, o que obrigava os jovens se deslocarem para outras localidades para dar prosseguimento aos estudos. No entanto, aqueles privados de recursos financeiros encerravam suas atividades discentes no 5º ano do curso primário, ficando o acesso ao ensino ginasial somente para os filhos da elite, que podiam estudar em outras cidades e então arcar com os custos financeiros.

Face ao exposto, foi fundada, em 7 de março de 1953 pelo bispo acima aludido, uma escola de ensino secundário de caráter privado, recebendo a denominação de Ginásio

² Pessoas que exerciam a atividade educativa sem formação profissional específica para o exercício do magistério primário.

Pinheirense, ligado à Congregação de Nossa Senhora do Sagrado Coração, que funcionou na região central da cidade, na Rua Luís Domingues, esquina com a Josias Abreu.

A instituição ficou sob a responsabilidade da Congregação, de Nossa Senhora do Sagrado Coração, que assumiu tanto a administração quanto a docência da referida escola. Também integrou o quadro de funcionários um grupo de professores normalistas, formado por homens e mulheres do município e um inspetor escolar. Com a formação da primeira turma, em 1956, foi almejada pelo seu idealizador a instituição de uma das modalidades do curso colegial: o científico.

Assim, através da Divisão de Ensino Secundário (DESE), que expediu o Comunicado nº 89, 13 de março de 1936 foi autorizada pelo Ministério de Educação e Cultura a mudança de denominação do Ginásio para Colégio Pinheirense, que marca a finalização desta dissertação.

A partir dessas evidências preliminares, foram estabelecidos os seguintes questionamentos:

- a) Quais foram as iniciativas de escolarização que antecederam e coexistiram com o Grupo Escolar Odorico Mendes?
- b) Em que espaços e condições funcionavam as escolas primárias pinheirenses?
- c) Quem foram os sujeitos sociais que empreenderam ações para a disseminação da escolarização no município de Pinheiro?
- d) Quem foram os sujeitos escolares que ajudaram a constituir a clientela das instituições educacionais pinheirenses entre 1920 a 1960?
- e) Qual a perspectiva da Igreja Católica para a educação de Pinheiro?
- f) Que estratégias foram usadas pelos membros da Congregação de Nossa do Sagrado Coração para se afirmar no setor educacional como uma proposta de ensino diferenciada diante das iniciativas escolares existentes no município?
- g) Qual o papel desempenhado pelo Ginásio Pinheirense como um dos agentes constituintes do contexto educacional do município?
- h) Quais foram as escolas que constituíram o campo educacional pinheirense entre os anos de 1920 a 1960?

Para responder a estes questionamentos, elencamos os seguintes objetivos de estudo:

Objetivo geral:

- Compreender a trajetória institucional das diferentes escolas que constituíram o processo de escolarização de Pinheiro no período de 1920 a 1960.

Objetivos específicos:

- a) Identificar a escola como produtora de uma cultura própria, na qual os sujeitos se apropriaram deste ambiente cultural e o reelaboraram no seu cotidiano, produzindo práticas sociais e escolares.
- b) Perceber as iniciativas de escolarização que antecederam a criação dos grupos escolares.
- c) Discutir as principais políticas educacionais de reestruturação da escola primária e secundária no País e em nosso Estado.
- d) Reconhecer as contribuições e modificações ocorridas na educação escolar de Pinheiro através da implantação do Ginásio Pinheirense.

Para alcançar os propósitos aludidos, os procedimentos metodológicos que, fundamentalmente, adotamos foram a análise bibliográfica e documental.

Na bibliográfica, fizemos uso dos estudos voltados para as categorias de análise que fundamentaram esta dissertação: a História, a Memória e a Cultura, através das pesquisas realizadas por Bosi (2004, 2003); Le Goff (1990); De Certeau (2008) e Peter Burke (2005).

Para obter informações sobre os modelos de escolas, os métodos e práticas pedagógicas utilizadas, bem como sobre a organização do trabalho escolar e do ensino em nosso país, neste aspecto dialogamos com Araújo (2007); Bencostta (2006); Carvalho (1989, 2005); Dallabrida (2007, 2009); Ghiraldelli Junior (2009); Hilsdorf (2011); Horta (1994); Romanelli (2010); Saviani (2004, 2009); Souza (1998, 2004, 2008); Faria Filho e Vidal (2000); Vieira (2007); Werle (2005, 2009), entre outros.

Na continuidade foram realizadas leituras e discussões acerca do papel da Igreja no final do século XIX e meados do século XX na Europa e no Brasil, bem como do desempenho dos membros da Congregação de Nossa Senhora do Sagrado Coração no País e, mais especialmente, em Pinheiro, com destaque para os processos educacionais por eles desenvolvidos.

Para essa reconstrução, embasamos nossos estudos nos trabalhos realizados por Azzi (1986,1994); Beozzo (1985); Comby (1994); Costa (1996); Kerck (1987); Leme (1916); Lima (1978); Martina (1996); Mesquida (2001), entre outros.

Também subsidiaram nossa pesquisa os estudos de autores maranhenses que colaboraram para o registro da história da educação de nosso Estado, nos auxiliando no entendimento dos aspectos políticos e culturais que possibilitaram a criação de escolas e o papel por elas desempenhado no período pretendido, dentre os quais destacamos: Castro (2007); Coutinho (2005); Fernandes (2003); Motta (2006); Rodrigues (1993); Saldanha

(2008) e outros. Ainda utilizamos a bibliografia existente com temáticas relacionadas à cidade de Pinheiro, de modo a compreendermos a história da cidade, o seu contexto sociopolítico e econômico. Para tanto, fizemos uso dos trabalhos realizados por Alvim (2006); Gomes (2004); Leite (2000,2006); Soares (2006) e Viveiros (2007).

Quanto à fonte documental, privilegiamos o uso da legislação nacional e local, mensagens e publicações governamentais e regulamentos de ensino. Também fizemos uso de documentos escolares, tais como: regimentos internos, ata de matrícula, programa das disciplinas, quadro demonstrativo de funcionários e alunos, notas dos discentes, relatórios e livro de tombo, que forneceram importantes subsídios para construir um referencial sobre a origem, contribuições e modificações das escolas selecionadas neste estudo.

Outra fonte bastante rica para o trabalho foram os documentos paroquiais disponíveis na Cúria de Pinheiro, que nos possibilitaram entender a vinda dessa Congregação para o referido município, e acompanhar a presença desses religiosos na administração da Escola Paroquial de Nossa Senhora do Sagrado Coração e do Ginásio Pinheirense.

Também enriqueceu nosso objeto de estudo o jornal “Cidade de Pinheiro”, que pelo conteúdo nele existente nos ajudou a caracterizar ainda mais a educação no referido município, pois se constituiu como a principal fonte de pesquisa da dissertação mostrando-se um verdadeiro arquivo do cotidiano, possibilitando-nos acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos.

O jornal “Cidade de Pinheiro”, considerado o mais antigo do Maranhão, foi fundado em 25 de dezembro de 1921 por Elisabetho Barbosa de Carvalho, Basiliano Adonico de Castro Barroca e Clodoaldo Cardoso. Este veículo de comunicação pinheirense era um periódico semanal que retratou a vida e as aspirações do município, tornando-se um meio de divulgação e promoção de notícia, moda, comportamento, ideais políticos e empreendimentos econômicos não só da cidade, como também de toda a região da Baixada Maranhense.

No que se refere à utilização da fonte jornalística e sua importância, nossa perspectiva se alinha à de Maria Helena Capelato (1994), que nos seus estudos sobre a importância da imprensa no Brasil nos apresenta o jornal como documento, discutindo sua historicidade e manifestações em diferentes momentos.

Consideramos, aqui, que o jornal não retrata fielmente a realidade em que está inserido, mas a representa através de diferentes olhares, cabendo ao historiador utilizar as informações nele obtidas como indícios que permitem interpretar as sensações e comportamentos de outro tempo, desmitificando seu significado aparente e fazendo a interpretação do que se encontra nas entrelinhas de seus conteúdos.

O levantamento dos dados foi feito em São Luís no Arquivo Público do Estado, na Biblioteca Pública Benedito Leite, Biblioteca da Universidade Federal do Maranhão e na Academia Maranhense de Letras. Além destas utilizamos também do acervo particular de Moema de Castro Alvim, que, gentilmente, cedeu materiais para o enriquecimento deste trabalho. E em Pinheiro, na Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciências (APLAC), na Câmara Municipal, na Cúria e no Colégio Pinheirense.

Contudo, no percurso da pesquisa o acesso às fontes foi permeado por inúmeras dificuldades tanto em relação à escassez quanto pela falta de conservação dessas fontes, visto a desorganização, o desaparecimento ou descarte de certos documentos, imprescindíveis para uma análise de caráter histórico, estrutural e educacional.

Apesar dessas limitações, tentamos, dentro do possível, preencher as lacunas existentes e muito recorrentes nas pesquisas, o que nos fez buscar outros caminhos e fontes que fornecessem novas pistas e informações que melhor preenchessem os espaços questionados durante a investigação, que terminou sendo a via mais importante diante das adversidades surgidas, ocasionando também novos aprendizados como pesquisar e redimensionar a metodologia de trabalho.

Pensando nessa perspectiva, entendemos que uma trajetória de pesquisa deve, realmente, como sugere De Certeau (2008), considerar os lugares em que se inserem as fontes como espaços construídos historicamente, com base nos interesses individuais e grupos de cada época, através da priorização dos lugares de memória que são marcados por conteúdos múltiplos, repletos de simbologia e significados.

Isso nos levou a fazer uso da metodologia da História Oral, que se tornou possível em razão do advento da Nova História Cultural, teoria que fundamentou nossa pesquisa. Esse campo historiográfico “ampliou o território do historiador, incluindo novos objetos de estudo” Burke (2005, p.148) contribuindo para a escrita da história.

Essa abordagem tem possibilitado uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos que compõem o tecido sócio-cultural da história de um determinado lugar não apenas para comprovar ou desmentir ideias ou acontecimentos estabelecidos, mas principalmente, para perceber como o discurso das pessoas se constitui no presente ao narrar o passado.

A utilização da História Oral foi legitimada pela Escola dos Annales como um instrumento de apoio em função da trama teórica sendo portanto, um meio de se obter a história, muitas vezes silenciada pelas fontes e pelos documentos oficiais, nos possibilitando utilizar outras fontes para subsidiar esta pesquisa, e auxiliando na produção do conhecimento

em história.

Nesse contexto, a pesquisa histórica passou a contar com a memória enquanto uma fonte importante não mais para dar sentido ao passado, mas para entender o presente. Pois,

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Le Goff, (1990, p. 423).

Dentro dessa perspectiva de Jacques Le Goff, a história oral apresenta-se como uma metodologia que tem possibilitado a análise das memórias dos indivíduos, bem como dos esquecimentos destas.

A riqueza de um trabalho utilizando essa metodologia foi destacada por Ecléa Bosi em seu livro “Memória e Sociedade”. Para a autora, a memória dos idosos tem um papel fundamental dentro do meio social, considerando que

A memória é um cabedal infinito, do qual só registramos um fragmento, [...] [ela] permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere, no processo ‘atual’ das representações. Pela memória, o passado não só é átona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. Bosi (2004, p. 39- 47).

Nesse sentido, por meio da construção da memória materializada através dos relatos orais, tornou-se possível explorarmos a narrativa de experiências pessoais como fonte de investigação, o que nos permitiu conhecer as interpretações do passado por meio das pessoas que participaram dos acontecimentos.

Assim, através da narrativa da História Oral, buscamos nas recordações dos ex-alunos e ex-funcionários das escolas elencadas para esta pesquisa as experiências vivenciadas por eles naquele contexto educacional. De seus depoimentos, selecionamos nesta dissertação apenas os trechos das entrevistas cedidas por esses sujeitos.

A escolha dos entrevistados se deu em função de seus papéis estratégicos na constituição do campo educacional de Pinheiro. Sendo assim, entrevistamos os depoentes que nos foram acessíveis, tendo sido seus nomes informados por pessoas conhecidas ou através dos documentos escritos por nós catalogados. O contato inicial com os eventuais depoentes consistiu em orientá-los quanto ao propósito e a importância da investigação e, havendo concordância, realizávamos os procedimentos para a agenda da entrevista.

Ao considerarmos que os entrevistados são unidades qualitativas, foram selecionados: Aurelina Catarina Amorim, Deny Reis Leite, Inácio Rodrigues do Rosário, Ignez Reis Castro, Maria Regina Durans Mendes, Marieta Franco de Sá, Moema de Castro Alvim e Terezinha da Costa Leite Guterres, por fazerem parte do enquadramento da memória das escolas estudadas nesta pesquisa.

Então, ressaltamos a valorização histórica da memória oral dos sujeitos pesquisados, por meio de suas vozes, através do registro de seus pensamentos e de suas observações que, de certa forma, colaboraram para a construção da história da educação da sociedade pinheirense que, em conjunto com as demais fontes, formaram o corpus teórico deste trabalho.

Outra fonte fundamental para o enriquecimento da análise das escolas que fizeram parte do cenário educacional pinheirense foi a fotografia, que permite verificar a materialidade que indica práticas sociais, historicamente determinados, tornando-se mediação entre a memória e a história. Na visão de Cardoso e Maud (1997, p.402), a motivação que levou os historiadores a investigar as imagens foi

[...] uma total transformação da ótica tradicional da história. Não mais uma história do individual, das singularidades de uma época, sintetizada na ideia de uma narrativa dos grandes e dos grandes vultos. [...] De lá para cá, tanto a noção de documento quanto a de texto continuaram a ampliar-se. Agora, todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador.

Para Burke (2004, p.17), é uma transmissão de uma testemunha ocular de uma determinada época; ele considera que “imagens, assim como textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica”, apesar da necessidade de apuração crítica quanto à veracidade do que é retratado.

As fotografias se constituem um artefato, cujo registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca dos vestígios de espaços e tempos retratados a partir de dados nela materializados (KOSSOY, 2001).

A fotografia “concebida como monumento, [...] impõe ao historiador uma avaliação que ultrapasse o âmbito descritivo” Cardoso e Maud (1997, p.408). Sendo assim, as imagens utilizadas na dissertação não são tratadas como ilustrações daquilo que o texto narra, mas tomadas como documentos passíveis de serem lidos pelo pesquisador: “Em outras palavras, historiadores – como de costume – têm de se questionar sobre quem estava contando a história, deste modo, e para quem, e quais poderiam ter sido suas intenções ao fazê-lo” Burke (2004, p.193).

Nesse sentido, as imagens, como uma das formas de expressão do homem, não podem ser desvinculadas do seu contexto histórico e social. Conforme salienta Burke (2004, p.232), elas não devem ser tomadas como “um reflexo da realidade social [e] nem [como] um sistema de signos sem relação com a [...] [mesma], mas [...] como testemunhas [...], pelas quais indivíduos ou grupos vêem o mundo social, incluindo o mundo de sua imaginação”.

Dessa forma, o testemunho das imagens se constitui um repertório de vestígios que representam um tempo, um espaço, uma situação e uma relação entre as pessoas em um determinado contexto da história, como uma forma de comunicação histórica e cultural de uma determinada época. Assim, mais do que um mero meio de recordação, a fotografia assume um caráter de documento histórico, sendo fonte de pesquisa para diferentes épocas ou sociedades.

Para nós, historiadores da Educação, as imagens representam um importante elemento da atividade sociocultural, principalmente por constituírem-se um sistema de significações específicas que possibilita a reflexão, a ação e a expressão do homem em relação a si próprio, aos demais indivíduos e ao meio em que vive.

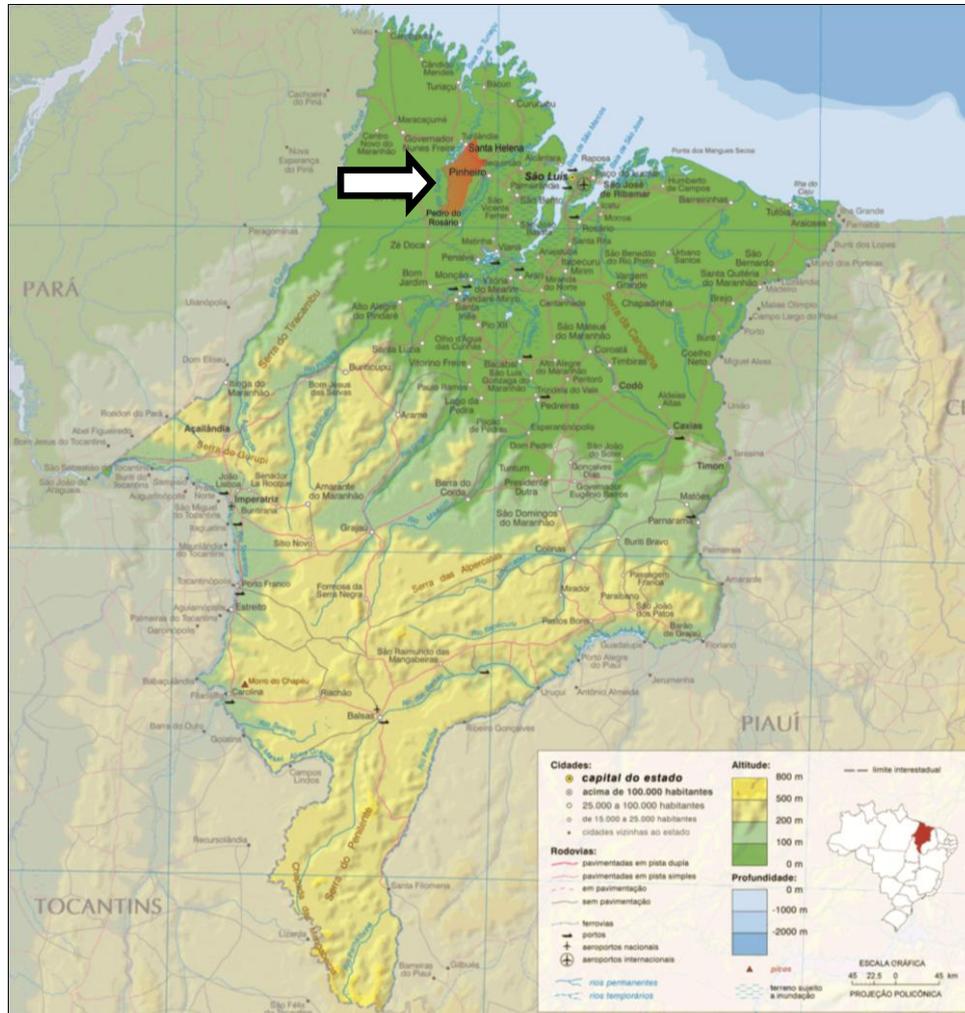
Por entendermos que o presente de cada época histórica é único e particular e diz respeito somente àquele momento vivido, cabe mencionarmos os apontamentos de Bloch (2001, p. 60) de que “[...] nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento”. Por isso, as imagens devem ser contextualizadas no período e local em que foram produzidas, da mesma forma que a origem e o histórico do artista. Por ser uma forma de expressão do homem, tratando de fenômenos culturais e artísticos, não podemos desconsiderar o contexto histórico e social da imagem.

Nessa perspectiva, as fotografias selecionadas restringiram-se àquelas que retratam fatos relacionados à educação, contemplando os diversos espaços, tempos, situações e sujeitos, como a arquitetura escolar, desfile cívico, turma de alunos, professores e outras atividades escolares. A classificação e organização obedeceram a uma ordem lógica e não cronológica, contemplando a cultura escolar, o processo educacional e a história das escolas elencadas nesta dissertação.

Portanto, o trabalho com a imagem fotográfica, por meio de sua leitura, aliadas aos depoimentos, nos possibilitou reunir fragmentos, funcionando como um dispositivo de elucidação da relação entre a escola e as marcas com o tempo, percorrendo o interior de seu espaço e fornecendo as condições necessárias para delinear as práticas educacionais e outros aspectos de uma época nela intrincados.

Situando nosso objeto de pesquisa na Baixada Maranhense

Figura 1 – Localização de Pinheiro no Mapa do Maranhão



Fonte: www. Ibge.com. br

É necessário fazermos um breve histórico sobre a cidade de Pinheiro, pois é nesse município onde se situam as escolas que se tornaram nosso objeto de pesquisa, e, para contextualizá-lo, iremos discorrer de maneira sucinta sobre os principais momentos da história e da economia da cidade.

Uma cidade que surgiu de uma fazenda pastoril fundada na região da Baixada Maranhense, quando ainda pertencente à Capitania de Cumã, por Inácio José Pinheiro³, fidalgo português possuidor do título de Capitão-Mor da vila de Alcântara. Tal feito foi ocasionado por ordem governamental de Antônio de Saldanha Gama (1804-1806),

³ Oficial do regimento de milícias do terço da vila de Alcântara [...] senhor de terras, de escravos e engenhos na região do Pericumã. Filho de José Antônio Pinheiro e Feliciano Joaquina da Piedade. Nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Encarnação, no ano de 1755 e casou-se com Isabel de Barros com quem teve vários filhos (COUTINHO, 2005, p. 130-133).

governador da Capitania do Maranhão.

Essa povoação situava-se entre as vilas de Alcântara e Guimarães e recebeu o nome de Lugar do Pinheiro, em homenagem ao seu fundador, em 23 de novembro de 1806 (ALVIM, 2006).

O período de ocupação foi marcado por desavenças entre os novos e os antigos habitantes do lugar, uma vez que os índios pertencentes às tribos que ali já viviam apresentaram queixa contra o referido Capitão-Mor ao comandante da fortaleza de São Mathias, Tenente Coronel Antônio Joaquim de Souza Broxado, que enviou através do Ofício nº. 85, de 16 de outubro de 1819, uma representação a Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1819-1822), governador da Capitania do Maranhão, que deu reconhecimento de posse da terra aos indígenas (VIVEIROS, 2007).

Apesar da determinação do governador mencionado, o Lugar de Pinheiro já contava na época com algumas fazendas e roças, uma capela e um grupo de 23 pessoas, dentre as quais se destacavam vaqueiros, pajens, agregados e outros serviçais dos fazendeiros (ALVIM, 2006). No entanto, em março de 1820, o Capitão-Mor Inácio José Pinheiro faleceu prematuramente. Mas, mesmo com a morte de seu idealizador, a vila continuou a se desenvolver até que no ano de 1831 foi considerada distrito de Alcântara (FURTADO FILHO, 2003).

Em 1838, a Comarca de Alcântara se dividiu em duas, de acordo com a Lei nº 65, e o Lugar de Pinheiro passaria então a pertencer a Guimarães. Já possuía 35 casas de telha e 70 de palha, as quais eram dispostas em três ruas e seis povoados: Ribeirão, Macapazinho, Pau Furado, Três Furos, Galiza, Pacas que juntos formavam um total de 451 casas (VIVEIROS, 2007).

Mas somente em três de setembro de 1856, através da Lei Provençal nº 439, foi elevado à categoria de vila, tendo recebido o nome de Vila Nova de Pinheiro. Segundo Soares a referida vila contava com a realização de diversas atividades, dentre as quais se destacavam as de “delegado, do professor público de primeiras letras, [...] demandas pelos moradores, tais como padeiro, alfaiate, ferreiro, seleiro, tecelão, ouvires, e muitos estabelecimentos para atender à crescente demanda da população” (2006b, p.27).

Nesse tempo, a produção econômica pinheirense sustentava-se em atividades voltadas para o setor agrícola (roças) através do cultivo da cana-de-açúcar, algodão, gergelim, mamona, mandioca, milho e feijão, que eram destinados ao autoconsumo e à comercialização. Segundo (VIVEIROS, 2007), em 1820, Pinheiro possuía três engenhos de açúcar, e dez engenhocas que produziam açúcar e aguardente, além de 32 fazendas de cereais.

A Vila Nova de Pinheiro, segundo Soares (2006a, p.165), “em 1860 contava com uma população de 4.814 pessoas, sendo 3.185 livres e 1.629 escravas”. A produção econômica anual do município alcançou nesse período 3.000 arrobas de açúcar, produzidas pelos oito engenhos existentes na vila que fabricavam além dos produtos acima aludidos mel e rapadura. Nesse contexto, ainda estavam inclusos 1.800 alqueires de arroz, 5.000 de milho, 10.000 de farinha de mandioca, 200 de sementes de mamona ou carrapato e 8000 sacas de algodão. O escoamento de tais produtos ocorria por meio “do rio Pericumã e das precárias estradas que comunicavam as fazendas entre si e a vila com a de Guimarães” Alvim (2006, p.65).

Ainda faziam parte desse contexto econômico atividades voltadas para a pesca e para a pecuária semi-intensiva de pequeno porte (bovinos, caprinos, equinos, suínos e ovinos). Com relação à pecuária, Pinheiro ganhou destaque nesse setor, pois “concentrava a maior parte do rebanho dos fazendeiros locais” Soares (2006b, p.71), que se dedicavam principalmente à criação de gado vacum e cavalariço.

Finalmente na gestão governamental do Dr. Urbano Santos da Costa Araújo (1919-1922), a vila de Pinheiro foi elevada à categoria de cidade, conforme a Lei nº 911, em 30 de março de 1920. Nesse período a atividade comercial do município se desenvolvia de maneira satisfatória, uma vez que já apresentava um pequeno setor industrial com usinas de beneficiamento de algodão e arroz, dentre as quais podemos destacar a fábrica Santa Fé, de propriedade do Sr. Izaías Franco de Sá. Tal desenvolvimento proporcionou ao município o título de Princesa da Baixada.

Também eram atividades econômicas do município o extrativismo vegetal que ocorria por meio da comercialização da amêndoa do babaçu e do tucum, quebradas manualmente, sendo sua produção muito limitada e vendida no comércio local. No entanto, em 1928 foi instalada em Pinheiro uma usina de beneficiamento do coco babaçu para extração de óleos comestíveis, que teve a colaboração de Elisabetho Barbosa de Carvalho⁴, juiz da comarca de Pinheiro, convidado por Magalhães de Almeida (1926-1930) para opinar a respeito da instalação no município de uma indústria francesa para explorar mecanicamente seus babaçuais e extrair a matéria-prima oriunda do babaçu.

⁴ Filho de Raimundo Barbosa de Carvalho e Júlia Maria Gonçalves nasceu em Amarante do Piauí, em 11/11/1886. Chegou à Pinheiro na década de 1920, como Juiz de Direito e casou-se com a pinheirense Fausta Guterres. No decorrer de sua vida exerceu os seguintes cargos públicos: Promotor de Justiça (1907), Chefe de Polícia do Estado (1930), Desembargador (1932), Presidente do Tribunal de Justiça (1934), Corregedor Geral do Estado, Catedrático da Faculdade de Direito, Fundador do Diretório Regional de Geografia, Interventor Federal (1942), Secretário do Interior e Justiça e Segurança (1952), Deputado Federal (1947-1950) e Prefeito de Pinheiro (1960-1964). Faleceu aos 80 anos em 18/03/1966, na cidade que escolheu para viver, Pinheiro-Ma.

O apoio do referido juiz propiciou a celebração do contrato em 15 de maio de 1928 com a Compagnie Francaise d' Entreprises Financières Industrielles et Commercialles (Companhia Francesa de Negócios Industrial e Comercial Financeiro). Tal concessão esteve embasada na Lei nº 1.243, de 11 de abril de 1926, sancionada pelo referido governador.

A usina francesa se instalou no lugar denominado Providência, localizado na Chapada pinheirense, mas em 25 de julho de 1931 encerrou suas atividades devido a um incêndio ocorrido por teste de um dos equipamentos que destruiu todo o seu maquinário (SOARES, 2006b; VIVEIROS, 2007).

Nos anos posteriores, as atividades econômicas se concentram tanto no setor agrícola quanto na pecuária. Esta, na década de 1950, foi impulsionada pelo investimento dos pecuaristas pinheirenses que passaram a se dedicar à criação de búfalos, o “ouro preto da baixada”. Nesse tempo, Pinheiro foi considerado um dos principais produtores desse tipo gado no Maranhão (GOMES, 2004).

Portanto, foi nesse município que buscamos desvelar a constituição do cenário educacional entre os anos de 1920 a 1960. Para tanto, nossa dissertação está organizada em três capítulos acompanhados da introdução, conclusão e referências, ficando sua estruturação da seguinte forma:

INTRODUÇÃO: nesta descrevemos os elementos constitutivos do trabalho, as motivações, as razões e o embasamento para tecer os caminhos percorridos na pesquisa, incluindo a caracterização das fontes e as perspectivas teórico-metodológicas adotadas.

CAPÍTULO I: em que apresentamos a contextualização do cenário educacional em nosso país, no Maranhão e em particular o pinheirense, abrangendo o último decênio da Primeira República ao Estado Novo, cujo ideário educacional esteve pautado nas teorias da Escola Nova e do Positivismo de August Comte, trazendo para o contexto de discussão a propagação da política de reestruturação e disseminação da escola pública primária.

Nesse contexto, a criação dos grupos escolares aparece como símbolo de um tempo renovador, na arquitetura urbana e na formação de novas tradições, sendo utilizados como referência de escola primária no período republicano em detrimento das escolas isoladas, domésticas e reunidas, modelos que com eles conviviam.

Ainda fazemos o levantamento das escolas instaladas na referida cidade, buscando apresentar e esclarecer como ocorreu o processo de disseminação da escolarização no município e quem foram os sujeitos responsáveis por tal ação. Sendo a escola um lugar de memória, procuramos reconstituir a história dos estabelecimentos de ensino dando destaque à origem, organização, aos métodos, programas de estudo, sujeitos, às práticas e à cultura

escolar construída em seu cotidiano.

CAPÍTULO II: neste fazemos a análise da relação do Estado com a Igreja na Europa e no Brasil no final do século XIX e início do século XX, e os princípios de romanização, que tinham como objetivo recristianizar a sociedade e colocar a Igreja como centro do equilíbrio mundial. Buscamos compreender a expansão dessa instituição religiosa e sua atuação no Brasil, através da vinda de congregações estrangeiras para este país.

Nesse aspecto, insere-se a Congregação de Nossa Senhora do Sagrado Coração, que teve sua origem na França em 1854. Discorremos sobre a vida e a obra de seu idealizador, para uma melhor compreensão dos princípios norteadores de seu projeto religioso.

Depois evidenciamos a vinda dos Missionários e das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração para o Brasil, que se instalaram primeiramente em Minas Gerais e depois expandiram suas ações para outras regiões brasileiras, inclusive no Maranhão, pondo em destaque o município de Pinheiro.

Neste município fundaram a Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, em 1950, que passou a ser denominada de grupo escolar em 1953 por determinação governamental. Descrevemos sua fundação, organização, as atividades e programas voltados para a formação integral do cidadão republicano, deflagrados no decurso do processo de ensino e aprendizagem, buscando evidenciar as mudanças e contribuições para a educação primária pinheirense.

CAPÍTULO III: Nesta seção destacamos a contextualização do ensino secundário nacional entre as décadas de 1940 a 1960, dando relevo às mudanças ocorridas na política educacional brasileira através das reformas empreendidas neste nível escolar, no que se refere a sua organização, finalidades e implantação.

Enfatizamos a situação do ensino secundário no município, as causas que levaram Dom Afonso Maria Ungarelli, Missionário do Sagrado Coração, a fundar, em 1953, o Ginásio Pinheirense. Abordamos os instrumentos legais de sua criação, suas práticas escolares, evidenciando os sujeitos que participaram desse contexto histórico, as normas e a aplicação do Regimento escolar, seu funcionamento, estrutura curricular, os dispositivos disciplinares, as relações pedagógicas vivenciadas pelos atores da escola e os acontecimentos que marcaram sua história.

Dessa forma, esperamos que esta pesquisa possa vir a se constituir um ponto de partida para outros trabalhos mais aprofundados, na medida em que os estudos nesta área são ainda pouco representativos. Logo, desejamos contribuir para preencher algumas ausências até então existentes na História da Educação de nosso Estado.

CAPÍTULO I

A CONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO PINHEIRENSE (1920-1945): das escolas domésticas ao grupo escolar



Funcionárias do Grupo Escolar Odorico Mendes: 1- Pepita (operacional), 2- Mara Fausta de Carvalho Gomes, 3-Maria Vitória Caldeira Leite, 4-Dulce Barro Batista 5-Maria Rita Lobato Gonçalves (Marita), 6- Darcy Abreu Oliveira, 7- Doris Castro e 8- Maria de Nazaré Cerveira Durans (professoras).

Fonte: Arquivo digital do NEDHEL.

Este capítulo tem o objetivo de historiar a Educação no município de Pinheiro através do mapeamento dos tipos de escolas que constituíram o seu cenário educacional no período de 1920 a 1945, identificando os atores sociais que auxiliaram na disseminação da escolarização nessa época, bem como analisa a importância de tais escolas na formação da classe estudantil pinheirense. Para contemplar esses objetivos, percorremos os fatos relevantes da história da educação durante o último decênio do período republicano e do Estado Novo.

1.1 A contextualização da educação republicana

Nos últimos anos do século XIX, foram implementadas transformações que visavam instituir mudanças na estrutura econômica, política e social do País, as quais se intensificaram no século XX, principalmente no último decênio da Primeira República por meio da modernização de ideias e comportamentos da sociedade. Com isso, esperava-se produzir uma sociedade civilizada que caminhasse rumo ao progresso capaz de colocar o Brasil num lugar de destaque entre as demais nações do mundo.

No âmbito educacional, essas transformações ocorreram por meio de uma política de reestruturação da escola pública, sobretudo a partir da última década da Primeira República, entre os anos de 1920 e 1930. Nesse período, foi incutido na sociedade um discurso de alfabetização da população brasileira, levando-a a acreditar que o Brasil só alcançaria o progresso se combatesse o analfabetismo existente, pois este era visto como um obstáculo para o desenvolvimento do país.

Nesse contexto, a educação passou a se constituir uma espécie de chave mágica capaz de resolver os problemas sociais relativos ao atraso e à ignorância da população, caracterizando-se como o “caminho mais importante para a superação dos males do país e como passaporte essencial para o progresso almejado pelos ideais republicanos” Schuler (2009, p.47). Além disso, era vista como responsável pela transformação do povo em nação, de forma a torná-lo disciplinado, saudável e principalmente produtivo (CARVALHO, 1989).

A incidência desses problemas durante a Primeira República se deu em virtude de o sistema educacional em todo o país apresentar entraves quanto à organização, tais como as condições materiais inadequadas das escolas, a falta de inspeção eficaz, a carência de material pedagógico, o despreparo do professorado, entre outros aspectos que impossibilitavam o alcance do progresso almejado.

Para tanto, foram realizadas alterações no sistema educacional voltadas para a valorização da praticidade, verificada nos métodos, e para as ações utilizadas pela escola,

tendo o propósito de preparar os estudantes de acordo com o ideário positivista, cujas “armas foram a palavra escrita e os símbolos cívicos” Carvalho (1990, p.129) de homogeneidade da ordem social e política, para se atingir a organização e o progresso almejado pela sociedade.

Nesse contexto, a teoria positivista, que foi inaugurada e sistematizada por Augusto Comte, constituiu-se um elemento marcante na história do pensamento educacional brasileiro, pois os princípios dessa filosofia influenciaram tanto as reformas educacionais, instituídas neste período, quanto as tendências pedagógicas adotadas por intermédio do pensamento de John Dewey e Johann Friedrich Herbart (1776-1841), as quais prescreveram a simbologia a ser adotada na época.

De acordo com (HILSDORF, 2011), a ampla absorção das ideias positivistas na sociedade brasileira deveu-se não apenas a sua proposta progressista, com base na cientificidade, mas também a sua ética cívica de respeito à lei e ao princípio do bem comum. Encontram-se ainda nessa teoria princípios de organização social que sublinham com clareza a diferença entre os grandes homens e os sujeitos que precisam ser orientados.

Mas, além da Teoria Positivista, também influenciou a educação do País o movimento da Escola Nova⁵, que se configurou num projeto de reformulação pedagógica articulando educação e democracia, inspirado na filosofia defendida por John Dewey e William Kilpatrick (GHIDALDELLI JÚNIOR, 2009).

A utilização do ideário da Escola Nova aconteceu “[...] **porque** propiciava práticas de higienização (da saúde), de racionalização (do trabalho) e de nacionalização (dos valores morais e cívicos)” Hilsdorf (2011, p.83, grifos da autora). Esse ideário sugeriu novos rumos às políticas públicas no que se refere à educação iniciada a partir da década de 1920, quando se dá a reorganização do sistema educacional brasileiro e o poder público “assume a tarefa de organizar e manter integralmente escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino a toda a população” Saviani (2004, p.18) através da abertura do aperfeiçoamento e da reestruturação dos diferentes níveis escolares.

No entanto, o debate educacional recaiu com mais ênfase na disseminação do ensino primário em detrimento dos outros níveis de escolarização, devido ao percentual de analfabetos no País ter atingido 75% da população escolarizável (VIERA; FARIAS, 2007), fato que impedia o progresso da nação.

⁵ Iniciado na Europa e nos Estados Unidos na transição dos séculos XIX para o XX. Sua concepção esteve relacionada ao conjunto de ideias e realizações voltadas para a renovação da mentalidade dos educadores e das práticas pedagógicas. Na Europa, este movimento foi defendido principalmente por Edouard Claparède (1873-1940) e Maria Montessori (1870-1952). No Brasil, tais ideias foram inseridas em 1882 por Rui Barbosa (1849-1923). Já no século XX seus principais divulgadores foram Lourenço Filho (1897-1970), Fernando Azevedo (1894-1974) e Anísio Teixeira (1900-1971).

Para reduzir o alto índice do analfabetismo, foi apresentada como solução pelo governo a instrução da massa popular inculta, através da disseminação quantitativa de escolas, para assim colocar o Brasil em condições de se comparar aos grandes países do mundo (França, Inglaterra, Estados Unidos da América, entre outros) como uma nação civilizada. Tal manifestação foi denominada por (NAGLE, 2008) de “entusiasmo pela educação”, e por Holanda (1995, p.165), “miragem da alfabetização do povo”, no livro *Raízes do Brasil*.

Porém, somente aumentar o quantitativo de estabelecimentos de ensino não seria suficiente para a formação de um novo tipo de homem para esse novo modelo de sociedade que se colocava como horizonte, visto que “[...] era preciso também alterar [...] [a] pedagogia, [...] [a] arquitetura escolar, [...] [a] relação ensino-aprendizagem, [...] [a] forma de administrar as escolas e a educação em geral, [...] [as] formas de avaliação, [...] [a] psicopedagogia”. Ghiraldelli Júnior (2009, p.33).

Desse modo, para que houvesse êxito em prol das almeçadas transformações, tornou-se necessário também primar pela qualidade do ensino oferecido nas escolas primárias, através da promoção de mudanças na formulação do programa escolar, na preparação do professorado e dos técnicos da educação, de modo que essas ações caracterizaram o que ficou conhecido naquele período como “otimismo pedagógico”.

O grande divulgador desse movimento educacional foi a sociedade política, representada por um grupo de intelectuais: Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho, Francisco Campos, Sampaio Dória e Carneiro Leão (GHIRALDELLI JR., 2009), que empreenderam um ciclo de reformas estaduais⁶ da educação nos diferentes estados do País que atingiu somente a escola primária.

De acordo com (RODRIGUES, 1993), essa fragmentação na organização do sistema educacional foi facultada desde a promulgação da Constituição de 1891⁷, que atribuiu aos estados a responsabilidade pelo ensino primário, além de lhes conceder o direito de organizar seus sistemas escolares levando em consideração suas necessidades e peculiaridades regionais.

Em meio a esse cenário destacou-se a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em outubro de 1924, “principal instância de organização do chamado movimento de renovação educacional no Brasil” Carvalho (2005, p.88), que contribuiu para a redefinição e revalorização do programa de educação desenvolvido na época por meio de sua campanha de

⁶ Uma das causas de fragmentação das reformas empreendidas na década de 1920 é atribuída ao fato de que o Ministério da Educação ainda não havia sido fundado.

⁷ Esta Constituição instituiu a laicidade no ensino público através da supressão do ensino religioso das escolas oficiais (SAVIANI, 2004).

regeneração nacional, refletida em suas ações: cursos, palestras, congressos e conferências relacionadas às preocupações com os problemas pertinentes ao ensino.

Nessa perspectiva, o Maranhão também procurou acompanhar as inovações pedagógicas e culturais da educação nacional. Esta preocupação com a educação pôde ser vista na sociedade por meio de artigo publicado na Revista Maranhense em circulação na capital do Estado, cujo trecho apresentamos a seguir:

[...] remodelar a instrução pública é [...] a necessidade de uma reforma no organismo escolar, de acôrdo com a autorização do congresso estadual, ver se o Maranhão desta vez dá Exemplos a outros Estados, onde o ensino se encontra em gráo-inferior. Parece-me, e com grande admiração não só minha que os maranhenses pretendem de uma vez para sempre banir, do território pátrio, o hediondo e tétrico – Analfabetismo [...] pedimos olheis o professorado e [...] para a construção de prédios escolares. Que o Maranhão agora, remoce nos seus prédios. Amaral (1920, p.9).

A matéria reproduz a necessidade de intervenção da ação do Estado por meio de reformas estruturais⁸ no campo das atividades educacionais, pois as más condições das instalações em que o ensino foi oferecido no início dos anos 1920 não se harmonizavam com o discurso de renovação pedagógica, aludido anteriormente.

Essa situação impulsionou o governador Dr. Urbano Santos da Costa Araújo (1918-1922) a realizar as primeiras iniciativas para amenizar os problemas relacionados às instalações escolares e à formação dos professores (FERNANDES, 2003).

Assim, com o propósito de oferecer condições físicas e pedagógicas apropriadas à instrução para um sistema de ensino que se pretendia moderno, foi necessário investir na expansão dos grupos escolares e das escolas mistas que apareceram como elementos modernizadores do sistema escolar maranhense, sendo portanto, sinônimos na época de eficiência educacional para superar o modelo obsoleto das escolas de primeiras letras que não apresentavam organização administrativa e congregavam diversos alunos de etapas educacionais diferenciadas em um mesmo espaço, atendidas pelo mesmo docente, independente do nível de aprendizagem que eles tivessem.

Desse modo, a implantação pelo governo de *grupos escolares* e *escolas mistas* tanto na Capital quanto nas cidades mais populosas do Estado, desejava modificar, entre outros aspectos e principalmente, o caráter multiseriado⁹ das aulas das *escolas domésticas*, pela implantação da escola graduada.

⁸ Multiplicação das instituições de ensino, implantação de escolas graduadas, estruturação dos programas curriculares, estabelecimentos de normas a serem cumpridas pela comunidade escolar, além da construção de prédios como forma de modernizar sua estrutura física, proporcionando-lhes organização no espaço educativo.

⁹ Em que havia em uma mesma sala de aula a existência de alunos em diferentes níveis de conhecimento.

Contudo, o entusiasmo que se refletiu na expansão do número de escolas e estabelecimento de equiparações, padrões de qualidade, necessidade na formação de professores a fim de um melhor desenvolvimento da educação no Estado, teve como

Legítimo representante [...] Godofredo Viana [que] cuida de promover a difusão do ensino por todo o Estado. [...] Cria escolas urbanas e rurais e, numa tentativa de suprir a grande demanda de matrículas na capital para a Escola Modelo Benedito Leite, equipara a esta os cursos primários de alguns estabelecimentos como os da Escola Normal Primária, os da Escola São Luiz Gonzaga, os do colégio Santa Teresa, Instituto Fernandes e Educandário Maria Auxiliadora. ANDRADE (1984, p.37).

Com a finalidade de combater o analfabetismo, no governo de Godofredo Viana (1923-1926) foi ampliado o número de estabelecimentos de ensino como forma de expandir a educação primária, garantindo assim a difusão da educação em todo o Maranhão. Na ocasião foram criadas as escolas *urbanas* (mistas de duas classes, regidas por uma só professora, sendo 2 instaladas em cada localidade) e *rurais* (mistas de três turmas, sob a responsabilidade de uma só docente, onde o Estado só pudesse manter 1 educandário) para as classes populares.

Outra inovação educacional instituída pelo governador aludido foi a aprovação, em 1923, do “Regulamento para os estabelecimentos de instrução primária do Estado, [...] pelo Decreto nº 616, de 15 de fevereiro de 1923, [...] [organizando] o ensino primário, em curso elementar [...], curso médio [...] e curso complementar”. Motta e Nunes (2006, p. 149).

O governador seguinte, José Maria Magalhães de Almeida (1926-1930), também compartilhou desse entusiasmo, e por meio de suas Mensagens, apresentadas ao Congresso do Estado, demonstrou a necessidade de intensificar a difusão da instrução primária principalmente no interior, além de proporcionar instalações adequadas aos grupos escolares e às escolas isoladas, as quais funcionavam em prédios acanhados e mal divididos, sendo a maior parte alugados¹⁰.

Em suas mensagens apresentadas ao Legislativo em 1927, o governador Magalhães de Almeida destacou também que o governo do Estado, dentro de suas limitações orçamentárias, despendia 15% de suas rendas para o desenvolvimento do ensino público do Estado¹¹.

Este fato contribuiu para que o Maranhão figurasse na esfera educacional à frente

¹⁰ MARANHÃO. Presidente (Magalhães de Almeida). Mensagem apresentada ao Congresso do Estado na 3ª Reunião Ordinária da 12ª legislatura em 5 de fev. 1927. p. 21-22.

¹¹ MARANHÃO. Presidente (Magalhães de Almeida). Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 5 de fev. 1927. p. 16.

da Paraíba, do Piauí, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, entre outros estados menos expressivos financeiramente nos dados apresentados pela Estatística Federal referente ao ano de 1925¹², conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 1 – Estatística Nacional de Educação sobre o ensino primário

Estados	População em idade escolar (20% da população)	Número de matrículas	Matrículas por 100 em idade escolar
Rio Grande do Sul	436.542	197.424	45,22%
Paraná	137.142	59.997	43,74%
Santa Catarina	133.748	52.643	39,35%
São Paulo	918.437	349.770	38,08%
Espírito santo	91.465	28.060	30,56%
Distrito Federal	231.574	68.883	29,74%
Minas Gerais	1.777.634	318.947	27,08%
Maranhão	174.867	41.624	23,15%
Rio de Janeiro	366.893	75.202	20,49%
Rio Grande do Norte	107.427	21.728	20,27%
Pará	196.701	37.113	18,86%
Mato Grosso	48.322	8.157	16,88%
Acre	18.475	3.000	16,23%
Alagoas	195.749	31.446	16,06%
Amazonas	72.633	11.083	15,25%
Pernambuco	430.967	53.428	12,39%
Sergipe	95.412	11.455	12%
Ceará	366.893	43.994	11,99%
Bahia	611.874	70.173	11,46%
Goiás	102.383	11.000	10,74%
Paraíba	192.221	18.864	9,81%
Piauí	121.800	3.506	2,87%

Fonte: MARANHÃO. Presidente (Magalhães de Almeida). Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 5 de fev. 1929. p. 18.

Com base nos dados estáticos acima, constatamos que o Maranhão ocupou o 8º lugar, dentre os demais Estados da Federação, quanto ao interesse do governo pelo desenvolvimento do setor educacional. E que, mesmo com as limitações de seus recursos financeiros, como mencionado anteriormente, constatamos também que 23,15% dos alunos em idade escolar estavam matriculados nas escolas primárias. No entanto, tornava-se imperativo fazer muitos investimentos na educação, pois ainda se encontravam fora da sala de aula 133.243 crianças.

Nesse sentido, o governo empreendeu ações cujo propósito era solucionar os problemas educacionais do Estado por meio da disseminação de escolas primárias. Todavia,

¹² MARANHÃO. Presidente (Magalhães de Almeida). Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 5 de fev. 1929. p. 18-19.

estas não foram suficientes para amenizar os problemas relacionados à educação, principalmente no interior, pois, de acordo com estudos realizados por Andrade (1984), a instrução pública não formava um todo homogêneo, uma vez que a maioria das escolas era desprovida de estrutura física e pedagógica adequada.

No entanto, com a Revolução de 1930¹³, marco referencial para inserção do Brasil no mundo capitalista, houve mudanças significativas nos vários setores da sociedade brasileira, inclusive relacionadas à educação e ao ensino, quando estes passaram a ser valorizados como componentes indispensáveis no tratamento das questões sociais.

Nesse contexto, o ideal salvacionista da educação, construído nas décadas anteriores, adaptou-se às condições da Era Vargas (1930-1945), cujo governo assumiu a defesa da necessidade de se promover a reforma da educação para efetivar a reconstrução da sociedade.

No sentido de consolidar as reflexões com relação à questão educativa, foi realizada em 1931 a Conferência Nacional de Educação, patrocinada pela ABE em que educadores propuseram, entre outras solicitações, a organização do ensino em seus diversos níveis e a unicidade do sistema educacional, tendo por finalidade reconstruí-lo, indicando urgência de criação de um Sistema Nacional de Ensino.

Para tanto, foi criada uma série de medidas relativas à educação, de forma a dar organicidade ao ensino. A primeira delas foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) pelo Decreto-Lei nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Este órgão “possibilitou maior intervenção do governo federal no ensino e maior centralização, permitindo que a educação servisse de forma mais sistemática aos propósitos do Estado autoritário” Souza (2008, p.147), de modo a adequá-lo às exigências do projeto de modernização delineado pelo governo revolucionário.

O MESP, entre o período de 1930 a 1945, foi dirigido por três ministros: Francisco Campos (1930-1932), Washington Pires (1932-1934), e Gustavo Capanema (1934 a 1945). Mas foi na gestão de Francisco Campos (1930-1932) que se introduziu uma ação planejada de forma a organizar o ensino em nível nacional. Nessa gestão, foi baixado um conjunto de seis decretos que ficaram conhecidos na época como ‘reformas Francisco

¹³ Movimento armado liderado pelos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que buscavam romper com a ordem social oligárquica da República Velha (1889-1930), conhecida também como República dos Coronéis, em que predominava a Política do Café com Leite, com a alternância de paulistas e mineiros no governo federal. Culminou com a deposição do presidente paulista Washington Luís, 24 de outubro de 1930 e ascensão de Getúlio Vargas à presidência, que permaneceu no poder até 1945. Foram 15 anos marcados por um período de instabilidade, 1930 a 1937, e uma ditadura de 1937 a 1945 (ROMANELLI, 2010).

Campos¹⁴ (GHIRALDELLI JÚNIOR. 2009; ROMANELLI, 2010; SAVIANI, 2004).

A segunda medida foi a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova¹⁵ em 1932, “um marco de referência que inspirou as gerações seguintes, tendo influenciado, a partir de seu lançamento, a teoria da educação, a política educacional, assim como a prática pedagógica em todo o país” Saviani (2004, p. 35). Ele esteve pautado nas teorias de John Dewey, Augusto Comte e Émile Durkheim e teve dentre outros, o intuito de distinguir os educadores chamados liberais daqueles ligados ao ensino católico e conservador.

O manifesto foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 26 conceituados intelectuais e educadores da época, que, embora defendessem posições teóricas e ideológicas diferentes, apresentavam como consenso a proposta de um programa de reconstrução nacional e a crença na possibilidade de transformar a organização da sociedade brasileira a partir da renovação da educação.

Dentre os seus signatários, destacavam-se: Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, Cecília Meireles, Noemy Silveira, que defendiam a ideia da reconstrução da educação do país voltada ao desenvolvimento integral do indivíduo em oposição à escola até então existente, chamada tradicional, defendendo uma escola socializada.

Nesse documento procuraram formular uma política liberal nacional e atualizada de educação para o País, com base na implantação pelo Estado de uma escola pública, obrigatória, única, laica¹⁶ e com coeducação dos sexos, marcando de forma incisiva a história da educação brasileira, além de iniciar algumas “diretrizes de um sistema nacional de educação, abrangendo, de forma articulada, os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade” Saviani (2004, p.33).

A terceira determinação para organizar o ensino no país aconteceu por meio da Constituição de 1934, que deu ênfase ao setor educacional, sendo “a primeira a afirmar que a União tem a competência ‘privativa’ para traçar diretrizes sobre a educação nacional” Freitas e Biccas (2009, p.65), fiscalizando a aplicação de verbas destinadas pelos estados e municípios.

Neste cenário, a Igreja Católica assumiu uma posição de cautela na pessoa de

¹⁴ Por meio dessas reformas, Campos “criou o Conselho Nacional de Educação; Reorganizou o ensino superior criando o regime universitário e seus critérios próprios de configuração institucional; Fundou a Universidade do Rio de Janeiro; Reorganizou o ensino secundário e o comercial” Freitas e Biccas, (2009, p.65).

¹⁵ De acordo com Saviani (2004,p.35), esse Manifesto pode ser considerado um legado da educação do século XX, “[...] um marco de referência que inspirou as gerações seguintes, tendo influenciado, a partir de seu lançamento, a teoria da educação, a política educacional, assim como a prática pedagógica em todo o país” .

¹⁶ É o mesmo que escola leiga. Os pioneiros da educação defendiam que uma escola democrática deveria ser isenta de conceito e preconceitos religiosos. Sua defesa se justificava pelo predomínio da Igreja na organização da educação brasileira, desde os tempos coloniais.

Dom Sebastião Leme, que se apresentou a Vargas como elemento de apoio político. Para tanto, receberia em troca a aprovação das chamadas “emendas religiosas” na Constituinte de 1934, que incluiria, entre outras, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, reservando à Igreja o direito de novamente atuar em estabelecimentos educacionais públicos do país (HORTA, 1994).

Em 1937 foi promulgada uma nova Constituição, reafirmando os princípios de democratização da educação. Porém, esta não deu a mesma ênfase ao dever do Estado como educador, em relação à obrigação de manter e expandir o ensino público, como prescrevia a Constituição de 1934. A intenção da Carta de 1937 foi explicitar o dualismo educacional.

A consolidação desse dualismo aconteceu a partir das reformas concebidas por Gustavo Capanema, ministro da Educação no Estado Novo. Ele instituiu as leis orgânicas, também conhecidas como Reformas Capanema, que “consubstanciaram-se em seis decretos-leis que ordenaram o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola” Ghiraldelli Júnior (2009, p.80) “complementados pela criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (1942) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (1946)” (SAVIANI, 2004, p.37).

No entanto, “esse dualismo entrava em contradição com o ideário renovador que, como vimos pelo Manifesto, preconizava uma educação comum, destinada a todos, independentemente de sua origem e condição social” Saviani (2009, p.33), pois, considerando esse princípio, havia uma escola voltada para as elites e outra de natureza profissionalizante para as classes desprovidas de capital financeiro.

Portanto, foi a partir do governo Vargas que ficou consolidada essa dualidade, visto que as medidas voltadas para o setor educacional, proclamadas pela “Reforma Capanema”, estruturando o ensino do país por meio das diretrizes da educação, determinavam um percurso educacional para os alunos provenientes das classes mais abastadas e outro para os alunos de setores menos favorecidos economicamente da população.

Em suma, ocorreu a divisão do sistema de ensino então vigente: o primário e profissional, para os pobres, e o ensino secundário e o superior, para os ricos, demonstrando assim a falta de articulação entre os níveis e ramos do ensino que constituíram o cenário educacional da época.

1.2 A educação pinheirense nos últimos anos da Primeira República

Nos primeiros anos da década de 1920, o cenário educacional de Pinheiro esteve

constituído por um conjunto de escolas remanescentes do período imperial denominadas de primeiras letras, as quais se caracterizavam pelas instalações materiais inadequadas, professores despreparados, falta de materiais didático-pedagógicos e ausência na organicidade do currículo e no método de ensino utilizado.

As escolas domésticas também denominadas de isoladas, singulares, primeiras letras ou cadeiras primárias públicas de ensino, eram unidades não agrupadas, constituídas por um ou mais grupos de alunos, de idades variadas, sob a responsabilidade de um(a) docente. Elas podiam ser destinadas ao público feminino, masculino ou mistas e havia a possibilidade de que suas turmas fossem subdivididas em classes, segundo o nível de instrução do público atendido (FARIA FILHO, 2007).

Tais escolas eram voltadas para o ensino da leitura, da escrita e do cálculo, e para transmitir os conhecimentos aos alunos, os professores empregavam as vantagens do *método individual*¹⁷ aliadas às do *método mútuo*¹⁸. Estes métodos fundamentavam-se na memorização e na repetição mecânica, pois “recitar e aprender de cor eram práticas pedagógicas usuais para a aprendizagem” Buffa e Pinto (2002, p.40).

A casa utilizada como escola funcionava em espaços que não foram projetos para fins educacionais, como, por exemplo, na extensão das casas dos professores, em cômodos de paróquias ou comércio, entre outros lugares, por não haver edifícios escolares próprios construídos pelo governo para esse fim; geralmente eram espaços acanhados, anti-higiênicos e sem ventilação. De acordo com Carvalho, essas escolas eram “casas sem ar e luz, meninos sem livros, livros sem método, escolas sem disciplina, mestres tratados como párias¹⁹” (1989, p. 24).

Nesse contexto, no início da década de 1920 havia em Pinheiro as seguintes escolas:

Quadro 2 – Escolas Isoladas de Pinheiro, 1922-1923²⁰

ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	Área
Donatilla Corrêa	Rua Floriano Peixoto	Centro
Hilda Castro	Rua Deodoro da Fonseca	“
Prof. João Freitas	Rua Deodoro da Fonseca	“

¹⁷ Foi utilizado no Brasil durante todo o século XIX. Consistia em fazer ler, escrever e calcular, e a organização didática do ensino fazia com que o tempo efetivo da relação entre professor e aluno fosse mínimo, além da falta de racionalidade no uso do tempo (FARIA FILHO, 2000).

¹⁸ Criado no final do século XVIII pelo educador inglês Joseph Lancaster, passou a ser utilizado no Brasil em meados da segunda metade do século XIX. Foi denominado de método mútuo ou lancasteriano e tem como principal característica utilizar os próprios alunos como auxiliares do professor (FARIA FILHO, 2000).

¹⁹ Sem qualificação profissional para o exercício do magistério.

²⁰ Quadro elaborado pela autora.

Júlia Pimenta	Rua Dr. Elizabetho	“
14 de Julho	Praça da República, atualmente chamada de José Sarney	“
Ricardina Sodré	Rua Dr. Elizabetho	“
Zica Freitas	Primeiramente na Rua Nova, depois na Rua Dr. Elizabetho Carvalho, e por fim, na Siqueira Campos, atualmente denominada Av. Senador Vitorino Freire	“

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro no período de 1922-1923.

Algumas das escolas relacionadas no Quadro 2 levavam o nome do proprietário do estabelecimento de ensino, a exemplo, da Donatilla Corrêa, Hilda Castro, João Freitas, Ricardina Sodré e Zica Freitas, enquanto outras recebiam a denominação do proprietário, como a da senhora Júlia Pimenta, e havia também a que prestava homenagem a comemoração do 14 de Julho, data festiva que pertencia ao calendário cívico do país na Primeira República.

Então, com base nas informações levantadas no jornal Cidade de Pinheiro, único registro escrito encontrado a respeito de tais instituições, constatamos que essas escolas atendiam meninas e meninos em turno diferenciados para cada sexo, com exceção da Escola do Professor João Freitas, que era voltada exclusivamente para o atendimento do público masculino, em que o gênero do professor definiu o alunado que teria acesso a escolarização neste educandário. Das escolas acima, havia as de caráter particular (Donatilla Corrêa, Hilda Castro, Prof. João Freitas, 14 de Julho, e Zica Freitas) e as subvencionadas ao Estado (Júlia Pimenta, e Hilda Castro).

Os docentes que ministravam o ensino nessas escolas eram leigos e não tinham vínculo empregatício com o governo; o seu pagamento advinha das mensalidades que eram de responsabilidade dos pais ou responsáveis ou de subvenções advindas do governo do Estado que auxiliava com uma pequena ajuda financeira para custear o pagamento do aluguel do cômodo onde funcionava a escola (FARIA FILHO; VIDAL, 2000).

As condições materiais e pedagógicas das escolas de primeiras letras em Pinheiro, bem como de seu funcionamento, pôde ser desvelado por meio dos relatos de dois ex-alunos que fizeram parte do contingente de estudantes das escolas “Donatilla Corrêa” e “Julia Moraes Pimenta”, os quais assim descreveram o passado vivido por eles nestas casas de ensino:

[...] O colégio funcionou na casa da professora chamada carinhosamente pelos alunos de ‘tia Dona’. As aulas funcionavam em uma sala grande que tinha um pequeno quadro-negro, mesas e bancos compridos sem encosto em que todos se acomodavam para realizar as atividades [...] mas a sala de aula se tornava pequena e muito desconfortável, porque tinha muitos alunos matriculados, em torno de vinte a vinte e cinco crianças de várias idades. [...] A escola funcionava pela manhã e pela

tarde. [...] Nessa escola aprendi a ler, escrever e contar ²¹.

[...] O colégio ficava na casa de D. Júlia Pimenta, lá tinha um comércio e um parente de seu marido que trabalhava nele é que era o nosso professor, o senhor Ulisses Durans; ele era muito rígido durante a realização das atividades. Nessa escola estudava muitas crianças, mas a oferta era limitada por dois motivos: não acomodavam um grande número de alunos e para ter acesso a ela era necessário pagar uma taxa de um vintém por mês [...]²².

De acordo com estes testemunhos, percebemos a importância da memória como fonte histórica para a reconstrução do passado através do “desenraizamento” Bosi (2003, p.28) materializado por meio desses relatos, que nos possibilitaram constatar que as escolas mencionadas eram “constituídas por um conglomerado de alunos em diferentes graus de adiantamento [numa mesma sala de aula] [...] sob a direção de uma única professora” Saldanha (2008, p.144).

Apesar dessas escolas terem sido modestas em suas finalidades e marcadas por muitas carências, foram consideradas no cenário educacional pinheirense instituições de ensino que muito contribuíram no processo de alfabetização primária das crianças do município durante boa parte do século XX, pois atendiam a um número de alunos bem superior ao da escola mantida pelo governo do período.

Este fato foi comprovado pela existência de apenas um estabelecimento de ensino primário mantido pelo poder público em Pinheiro em 1920. Era uma “escola mista”, que foi denominada de *Escola Mista Estadual*, pois foi instituída no governo de Urbano Santos da Costa Araújo (1918-1922), através do Decreto de nº 377, de 23 de novembro de 1920. Situou-se na Rua Trinta de Março, antiga Rua dos Tocos, e foi regida pela professora Zica Freitas até o ano de 1920, e posteriormente pelas docentes Naiza Antunes de Souza e Estevina Vasconcellos.

Outra instituição desse tipo escolar foi criada em Pinheiro na gestão do prefeito Josias Peixoto de Abreu (1922-1924), em 1º de fevereiro de 1923, denominada *Escola Mista Municipal*, regida e administrada pela professora Noemy Pereira Magalhães²³.

As instituições de ensino aludidas, eram uma modalidade de escola graduada, funcionavam em espaços alugados pelo governo e muitas vezes não apresentavam instalações adequadas para se ministrar o ensino. Adotaram a organização pedagógica racional através do funcionamento do regime seriado, classificando de forma homogênea os alunos de acordo

²¹ Entrevista concedida por Inácio Rodrigues Rosário em 6/5/2011 às 10h30min da manhã em sua residência na cidade de Pinheiro, MA.

²² Entrevista concedida Ignez Reis Castro em 11/5/2011 às 09h30min da manhã em sua residência em São Luís, MA.

²³ CIDADE DE PINHEIRO, 28 de janeiro de 1923, nº 63, ano II, p. 3.

com a série, sujeitos à mesma exposição de conteúdos com expectativas de resultados semelhantes e seguiam as normas do *método simultâneo*²⁴. Suas práticas rompiam com o velho preceito de aplicação do ensino ministrado nas escolas de primeiras letras.

A Escola Mista Estadual esteve subordinada à Secretaria do Interior do Estado. Sua inspeção e fiscalização eram confiadas aos promotores públicos e a seus adjuntos, visto que ainda não havia sido criado o cargo de inspetor. Então, nesse contexto, exerceu tal função em Pinheiro o Dr. Basiliano Adonico de Castro Barroca²⁵, que era o Promotor Público daquele município.

Essas escolas seguiam as orientações do Regulamento do Ensino Primário, promulgado no governo de Antônio Brício de Araújo²⁶ (1917-1918) por meio do Decreto nº 55, de 4 de fevereiro do ano 1918, que impôs as normas prescritivas de condutas que deveriam presidir as ações pedagógicas da escola.

De acordo com o Regulamento, o período letivo desse estabelecimento de ensino iniciava em 1º de fevereiro e findava em 30 de novembro, funcionando em todos os dias úteis, das 7h30min às 12h, com um intervalo de 30 dias de férias no mês de junho²⁷.

Todavia, no governo de Godofredo Mendes Viana (1922-1925), houve a supressão do Regulamento mencionado. E, que este governador usando das atribuições que lhe conferia a Lei nº 918, de 1 de abril de 1920, para reformar o ensino público, instituiu um novo Regulamento do Ensino Primário através do Decreto nº 616, de 15 de fevereiro de 1923, dando uma nova organização a esse nível de escolarização.

De acordo com o novo Regulamento, houve a alteração no período letivo, que passou a iniciar em 15 de fevereiro e findar em 15 de novembro, funcionando em todos os dias úteis, das 7h30min às 11h30min, permanecendo o intervalo de 30 dias férias no mês de junho²⁸.

Ao catalogarmos as fontes e fazermos a análise do art.4º do Regulamento do Ensino Primário de 1923, percebemos que essas escolas eram regidas e dirigidas somente por professoras com titulação de normalista. Tanto que a única normalista diplomada do

²⁴ Era o que melhor atendia às especificidades da instrução escolar, permitindo organização a organização de classes mais homogêneas, a ação do professor sobre vários alunos simultaneamente, a otimização do tempo escolar, a organização dos conteúdos em diversos níveis, entre outros elementos (FARIA FILHO, 2000, p.142).

²⁵ CIDADE DE PINHEIRO, 18 de novembro de 1923, nº 24, ano II, p.6.

²⁶ Na época, por ser o primeiro vice-governador do Estado teve que substituir o governador eleito para o período de 1914-1918, Herculano Nina Parga, que renunciou a função para pleitear o cargo de deputado federal (MENSAGEM, 1918, p.3).

²⁷ MARANHÃO. Decreto nº 55, de 4 de fevereiro de 1918, p.165.

²⁸ MARANHÃO. Regulamento do Ensino Primário, 1923, p. 7.

município no ano de 1920, era a senhora Zica Freitas, que foi designada para exercer a regência e a administração da Escola Mista Estadual até ser transferida para ocupar um cargo de destaque na Escola Modelo Benedito Leite. Aposentou-se no ano de 1923, depois de 33 anos de serviços prestados à instrução pública do Estado (VIVEIROS, 2007).

No que concerne à classificação dos tipos de escolas primárias oferecidas pelo Estado nos últimos anos da Primeira República, é importante considerarmos que tais instituições receberam denominações diferenciadas nos diversos regimentos escolares expedidos. Como, por exemplo, o que foi publicado em 1918, que as identificou como *isoladas*, conotação diferenciada daquela atribuída à escola aludida anteriormente. Já o de 1923, denominou-as de *escolas de um só mestre* divididas em urbanas (mistas de duas classes, regidas por uma só docente) e rurais (mistas de três classes sob a docência de uma professora).

A Escola Mista Estadual ficou em funcionamento durante sete anos, tendo sido extinta no governo de José Magalhães de Almeida (1926-1930), por meio do Decreto nº 1.128, de 4 de fevereiro de 1927, para dar lugar à implantação de um grupo escolar no município sobre o qual discorreremos posteriormente.

A precariedade do cenário educacional pinheirense despertou o interesse dos agentes políticos locais, pois nos primeiros anos da década de 1920 esteve reduzido apenas à modalidade de ensino primário, com escassas escolas de primeiras letras e apenas um estabelecimento mantido pelo poder público, a “Escola Mista Estadual”.

Esse grupo político era representado por Elisabetho Barbosa de Carvalho, Clodoaldo Cardoso²⁹, Basiliano Adonico de Castro Barroca, Josias Peixoto de Abreu e Dr. Sílvio Rebelo, que realizaram projetos para ampliação e promoção do ensino à população escolarizável pinheirense. A manifestação desses políticos em prol do setor educacional os caracterizou como sendo os representantes no município do *entusiasmo pela educação e do otimismo pedagógico*.

Esses atores sociais simbolizavam a estrutura do poder político e econômico do

²⁹ Filho de Sebastião Cardoso e Filomena Coêlho Cardoso, nasceu no município maranhense de Barra do Corda em 7/8/1894. Viúvo, chegou a Pinheiro em 1914 para exercer o cargo de Tabelião de Notas. Em 1926 casou-se com a pinheirense Enóe Costa Ferreira. Nesse mesmo ano foi transferido para o município de São Vicente de Ferrer onde exerceu o cargo de Coletor Estadual do Maranhão. Posteriormente se formou em Bacharel em Direito pela Faculdade do Piauí. No decorrer de sua vida pública exerceu cargos de Professor e Diretor da Faculdade de Direito do Maranhão; do Departamento das Municipalidades; Prefeito de São Luís (1936-1937); Diretor da Fazenda Estadual (1938-1945); Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Produção; Assistente do Procurador Geral do Estado, Presidente da Academia Maranhense de Letras (1947-1962); do Instituto de História e Geografia do Maranhão; Sócio Correspondente da Academia Carioca de Letras e Consultor Jurídico da Associação Comercial do Maranhão. Faleceu aos 76 anos na cidade de São Luís em 5/5/1970.

município, faziam parte da sociedade maçônica, Renascimento de Pinheiro, fundada em 26 de julho de 1920, que funcionou como importante espaço de sociabilidade e convívio, influenciando o cotidiano pinheirense.

Os maçons, diante dos problemas relativos à fragilidade do sistema educacional do município, visualizaram na precariedade da educação então oferecida condições para desenvolver estratégias que lhes possibilitariam construir suas obras e realizar ações, as quais se justificavam num *ethos* de missão civilizatória, como se eles fossem os portadores dos interesses da sociedade (MICELI, 2001).

Para dar visibilidade às ações desse grupo político e difundir suas ideias, Elisabetho Barbosa de Carvalho, Clodoaldo Cardoso e Basiliano Adonico de Castro Barroca fundaram no município, em 25 de dezembro de 1921, um jornal escrito denominado de “Cidade de Pinheiro”³⁰, órgão de grande importância no cenário local, tendo em vista que promoveu a discussão e os debates acerca dos acontecimentos da cidade, funcionando como porta-voz do grupo oligárquico dirigente ao qual pertenciam (MICELI, 2001).

Na ocasião, a imprensa pinheirense foi utilizada pelos republicanos como instrumento de propagação de interesses, valores, princípios, visão de mundo, ideais políticos da elite dominante em Pinheiro, que era composta de comerciantes, fazendeiros, políticos e jornalistas, quase todos pertencentes à maçonaria do município. Tinham um ideal em comum: a construção de uma identidade social através dos ideais republicanos, que tinha como projeto político social a escola. A esta se atribuía a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico e social, sendo colocada como instrumento de moralização e civilização das massas.

Assim, os integrantes da maçonaria usaram a educação como instrumento para a divulgação de suas ideias. Simpatizantes dos ideais republicanos, defendiam uma escola laica, científica e positiva. Esse discurso, apoiado no liberalismo afirmava que somente por meio da educação o indivíduo poderia ser transformado em cidadão produtivo e consciente de seus direitos e deveres.

Com esse propósito, foi fundado em 21 de maio de 1922, por Elisabetho Barbosa de Carvalho Basiliano, Adonico de Castro Barroca, Clodoaldo Cardoso e Josias Peixoto o “Instituto Pinheirense”. Escola de caráter particular, onde eram ministrados os cursos primário e secundário. Funcionava em regime de internato (destinado exclusivamente aos alunos do sexo masculino), semi-internato e externato para ambos os sexos de idade escolar de sete aos

³⁰ Jornal mais antigo em circulação no Estado do Maranhão.

15 anos, era voltada para o atendimento das classes favorecidas economicamente do município.

Para concretizar esse propósito, os idealizadores do Instituto Pinheirense o equiparam com todas as acomodações necessárias e adotaram como programa de ensino, o mesmo ministrado na Escola Modelo e na Escola Normal de São Luís³¹.

A fundação desse estabelecimento particular se caracterizou como uma das mais importantes instituições educacionais da cidade, conforme se depreende do anúncio abaixo:

Pinheiro vai ter, pela primeira vez, um estabelecimento de ensino que muito o honrará [...], com todos os requisitos exigidos pela moderna pedagogia e em tudo igual aos colégios da Capital do Estado [...] formado por um corpo docente com longa prática no magistério (Um Instituto de Ensino. Cidade de Pinheiro. Pinheiro, 23 de abr.1922, nº21, p.3).

Essa escola teve o propósito de modernizar o processo de ensino do município, oferecendo uma proposta escolar diferenciada, com professores competentes, método de ensino eficiente e moderno, a exemplo do método intuitivo³², semelhante ao que vinha acontecendo em São Luís. A maior parte das escolas até então mencionadas funcionavam em residências ou espaços pouco adequados. Já o Instituto Pinheirense teve o privilégio de funcionar em prédio³³ próprio, com todas as acomodações necessárias aos diversos cursos oferecidos.

Assim, essa nova instituição escolar iniciou suas aulas em primeiro de julho de 1922, sob a direção de Elisabetho Barbosa de Carvalho, com o auxílio pedagógico do grupo político já referenciado, que se responsabilizou pela disseminação da educação em Pinheiro.

Entretanto, em setembro de 1922, mesmo ano de sua criação, encerrou suas atividades. Acreditamos que esse curto período de funcionamento se deva à ocorrência dos seguintes fatores: a) mensalidades onerosas para a época (60\$000 o regime de internato, 40\$000 o semi-internato, 5\$000 o curso primário e para cada matéria ministrada pelo curso secundário); b) contingente reduzido que formava a elite pinheirense, a qual era responsável pelo custeio financeiro da instituição (VIVEIROS, 2007).

De todo modo, este fato não abateu os propósitos dos agentes políticos locais que, por iniciativa do Dr. Sílvio Rebello em parceria com os demais membros da Associação

³¹ CIDADE DE PINHEIRO, 21 de maio de 1922, nº 20, ano I, p. 6.

³² Foi criado a partir das experiências pedagógicas elaboradas pelo educador suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), cujo método passou a ser considerado como um dos signos da modernidade pedagógica brasileira no final do século XIX e início do XX e teve a finalidade de educar a criança com uma nova concepção de conhecimento que pretendia valorizar a observação e a experiência em detrimento da memorização.

³³ Na documentação analisada não foi encontrado o endereço da localização de seu funcionamento.

Maçônica, fundaram uma escola noturna em 1º de junho de 1925, denominada de “Antônio Souza”, homenagem póstuma a um dos fundadores da maçonaria.

Para tanto, elaboraram o Regulamento Interno da instituição destinado a organizar a rotina escolar, que prescrevia as normas a serem cumpridas pelos funcionários e alunos do referido educandário. Este documento foi constituído pelos seguintes itens: 1. Objetivo da Instituição; 2. Corpo de funcionários; 3. Da matrícula; 4. Do material escolar; 5. Dos deveres do diretor, secretário, professor e alunos.

A escola foi criada para oportunizar a alfabetização gratuita em um curto espaço de tempo às crianças e jovens pobres, desprovidos de recursos econômicos ou impossibilitados de frequentar as aulas no período diurno, conforme matéria veiculada no *Jornal Cidade de Pinheiro*:

Nada de mais sublime e brilhante do que a ideia [...] posta em prática, pela Loja Maçônica de Pinheiro: educar a pobreza é contribuir para o progresso da nação. Esses desvalidos que mal têm o pão de cada dia, que alimenta o corpo. [...] Então cumprindo o seu programa de instituição filantrópica, a Maçonaria pensa que é um crime abandonar crianças as trevas da ignorância, porque se não podem manter-se de acordo com as exigências regulamentares nas escolas públicas [...] deixar crianças pobres atiradas ao analfabetismo, privadas de um raio de instrução que lhes aclare o espírito [...] é covardia. (*Escola Antônio Souza. Cidade de Pinheiro. Pinheiro, 23 de junho. 1925. Nº186, p.1*).

A criação dessa instituição propiciou a crianças e jovens a oportunidade de ingressar em uma escola para obter acesso ao processo da alfabetização. Devido à pobreza da clientela, a Loja Maçônica, mantenedora da escola Antônio Souza, fornecia gratuitamente aos estudantes o material escolar, uniforme e outros objetos necessários ao ensino.

Durante sua existência funcionou em um dos amplos salões da loja maçom, localizado na Avenida Senador Vitorino Freire, dotada do seguinte mobiliário escolar: bancos, mochos, carteiras, mesa do professor, mapas, murais, quadro negro, entre outros. O acesso a essa escola esteve condicionado às crianças com idade acima dos sete anos, preferencialmente órfãs, com declaração de estado de pobreza e atestado que confirmasse não sofrer de moléstia contagiosa³⁴.

O curso de alfabetização da escola Antônio Sousa foi organizado em três anos, e a estrutura organizativa das matérias de ensino foi distribuída por série/ano, como pode ser visto no quadro a seguir.

³⁴ Regulamento da escola Antônio Souza. *Cidade de Pinheiro*. Pinheiro, 13 de mar. 1927. Nº 247, p.5.

Quadro 3 – Disciplinas ministradas na escola “Antônio Souza”³⁵

1º ANO	2º ANO	3º ANO
Leitura	Leitura	Leitura
Cópia	Ditado	Ditado
Conta	Adição e Subtração	Multiplicação e divisão
	Educação Física	Educação Física
		Ligeiras Noções de Educação Moral e Cívica

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, 13 de março. 1927, nº 274, p. 5.

Embora tenhamos percebido que a complexidade das matérias se dava de acordo com a gradação da série, a prioridade esteve voltada, em todas as séries, para a aquisição dos saberes elementares da leitura, escrita e cálculo. Também fizeram parte do programa escolar, a partir do 2º ano, outras disciplinas, como a Educação Física, por se constituir um meio de formar corpos saudáveis e fortes (SOUZA, 2008) e Ligeiras Noções de Educação Moral e Cívica, como forma de manter a ordem social e fortalecer o caráter nacional.

A Instrução Moral e Cívica, como disciplina integrante dos currículos das escolas primárias, foi introduzida por meio da reforma Rocha Vaz em 1925, segundo Nagle (2008), também conhecida como Decreto 16.782-A ou Reforma João Luís.

A inclusão desta disciplina se deu em razão de o governo considerar que a causa dos males nacionais era a irresponsabilidade que predominava na sociedade. Por isso, acreditava que a formação moral das novas gerações promoveria a salvação do país, atribuindo “[...] à crença no papel moralizador da escola” Horta (1994, p.139).

Imbuídos desse sentimento, os idealizadores da escola Antônio Souza ofereceram um programa de ensino elementar que valorizou a educação da mente e do corpo, ao que denominavam de educação integral.

Outras questões relacionadas à formação do alunado também fizeram parte da história da Escola Antônio Souza, como, por exemplo, a racionalização do trabalho escolar, otimizando, assim a qualidade dos serviços por ela prestados.

Dessa forma, a distribuição das funções entre os funcionários da instituição se deu da seguinte forma, exposta no quadro que segue.

Quadro 4 – Funcionários da Escola Antônio Souza, 1926-1931³⁶

ANO	CARGO	IDENTIFICAÇÃO
1925-1926	Diretor Secretário e tesoureiro	Dr. Silvio Rebello Josias Peixoto Abreu

³⁵ Quadro elaborado pela autora.

³⁶ Quadro elaborado pela autora.

1925-1926	Porteiro	Albino Rodrigues Paiva
1927-1928	Diretor Secretário Tesoureiro Porteiro	Dr. Domingos Tertuliano da Silva Ignácio Raymundo dos Reis Josias Peixoto Abreu Albino Rodrigues Paiva
1929-1930	Diretor Secretário Tesoureiro Porteiro	Benedicto Constâncio Durans José Gomes Júnior Josias Peixoto Abreu Edmundo A. da Costa Jinkings
1931	Diretor Secretário Tesoureiro Porteiro Fiscal	Benedicto Constâncio Durans Américo Gonçalves Josias Peixoto de Abreu Edmundo A. da Costa Jinkings Leude Guimarães

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, 1926-1931.

Como podemos perceber, eram atribuídas aos diferentes atores sociais acima relacionados diferentes funções. Com destaque para a figura do diretor, responsável por fiscalizar as atividades escolares, controlar os professores, manter a ordem e a disciplina dos alunos e no princípio de cada mês fazer um mapa frequencial dos estudantes regularmente matriculados e enviar cópias ao presidente da Loja Maçônica e ao Prefeito Municipal.³⁷

A realização das atividades dessa instituição ocorria das 19h às 21h, de segunda à sexta-feira, de primeiro de março a 15 de novembro, quando celebravam a cerimônia de diplomação dos alunos que estavam aptos à leitura e à escrita. Joaquim Galdino Lima e Antônio Nicoláo do Reis foram os primeiros alunos diplomados desta escola em 1927, o que comprova, portanto, o reconhecimento dos serviços prestados pela Loja Maçônica à população pinheirense.

Contudo, a Escola Antônio Souza, após nove anos de funcionamento, em 1934, encerrou suas atividades devido ao fechamento da entidade responsável pela sua manutenção.

Por outro lado, o sucesso da escola acima mencionada despertou em Elisabetho Barbosa de Carvalho, Clodoaldo Cardoso e Sílvio Rebello o interesse pela formação profissional do professorado, que se encontrava no exercício do magistério, em Pinheiro, visto que a maioria era constituída por leigos, o que tornava a qualidade do ensino deficiente. Assim, sentiram a necessidade da criação de uma Escola Normal na cidade.

A fundação de um estabelecimento de ensino congênere à Escola Normal³⁸ da capital no município aconteceu porque esses líderes políticos compreendiam que nem tudo

³⁷ (Regulamento da Escola Antônio Souza. *Cidade de Pinheiro*. Pinheiro, 13 de mar. 1927. n.º 247, p.6).

³⁸ Sobre a criação da Escola Normal em São Luís – Ma, ver MOTTA; Diomar das Graças; NUNES, Iran de Maria Leitão. Escola Normal: uma instituição tardia no Maranhão. In: ARAÚJO, José Carlos Souza et al. *As Escolas Normais no Brasil: império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008. cap. 18.

poderia ficar subordinado ao Estado, fato que os levou a criar em 24 de março de 1926 a *Escola Normal de Pinheiro* (FERNANDES, 2003).

O curso normal oferecido por esta escola, de caráter particular, compreendia cinco anos, e seu propósito era preparar o “[...] magistério primário em consonância com os pressupostos da escola republicana e da moderna pedagogia” Souza (2008, p.52).

Com a finalidade de formar o quadro de professores da Escola Normal de Pinheiro, seus idealizadores solicitaram auxílio ao governador do Estado, Magalhães de Almeida (1926-1930), uma vez que a colaboração de particulares não seria suficiente para consolidar esse empreendimento.

Atendendo ao pedido de Elisabetho Barbosa de Carvalho, Clodoaldo Cardoso e Sílvio Rebello, o referido governador promulgou o Decreto nº 1.051, em primeiro de abril de 1926, criando dois lugares de professoras normalistas para compor o quadro docente da Escola Normal de Pinheiro.

Seguindo tais determinações, o Sr. Henrique José Couto, Secretário Geral do Estado, nomeou Hilda Monteiro e Zélia Pederneiras (ver Anexo 1), normalistas diplomadas pelo curso profissional do Liceu Maranhense, para exercerem a docência na escola em apreço.

Com a nomeação das professoras aludidas, foi formado o quadro da Escola Normal de Pinheiro que, em conjunto com os demais, ficou assim constituído:

Quadro 5 - Disciplinas e professores da Escola Normal de Pinheiro³⁹

PROFESSORES	MATÉRIAS
Clodoaldo Cardoso	História Geral e do Brasil
Hélio Costa	Geografia
Elisabetho Barbosa de Carvalho	Francês
Hilda Monteiro	Corografia do Brasil, do Maranhão e Ginástica
Raimunda R. Alves	Desenho
Sílvio Rebello	Aritmética
Zélia Pederneiras	Português, Música e Prendas Domésticas

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, 2 de maio. 1926, nº 229, p.1.

Como podemos observar, o corpo docente da Escola Normal de Pinheiro foi constituído por um conjunto de profissionais formado por homens públicos que exerciam o papel de educadores e por professoras normalistas diplomadas, e a distribuição das disciplinas ocorreu de acordo com a habilitação de cada um.

O programa de ensino dessa escola, segundo informações obtidas no jornal

³⁹ Quadro elaborado pela autora.

Cidade de Pinheiro de 25 de abril de 1926, obedecia à estrutura curricular do curso Normal do Liceu Maranhense, cujo propósito era oferecer uma educação integral para formar um profissional competente e imbuído dos valores republicanos para constituir o quadro de lideranças educacionais do município.

Sendo assim, a maior parte das disciplinas de seu currículo voltava-se à cultura geral, às letras e às ciências modernas (ver Anexo 2), distribuídas em um horário escolar (ver Anexo 3) que ordenou a distribuição racional das disciplinas nas suas dimensões diárias e semanais nos cinco anos de duração do curso.

Durante o período de funcionamento, esteve instalada em um amplo sobrado⁴⁰, alugado por seus idealizadores, que atendia às exigências físicas e pedagógicas da Secretaria do Interior do Estado, ou seja: biblioteca, salas de aulas amplas, arejadas e equipadas com quadro de giz retangular, mesa para o professor, carteiras para os alunos, corpo administrativo e docente entre outras determinações⁴¹. A Escola Normal de Pinheiro foi constituída por regime misto, conforme o quadro de matrícula exposto abaixo:

Quadro 6 – Alunos do 1º ano da Escola Normal de Pinheiro, 1926⁴²

Nº	ALUNOS	FILIAÇÃO
1	Alice Guterres Soares	Antonio Abrahão Soares
2	Almir Rebello	...
3	Carmen Martins Pereira	José João Pereira
4	Edith Soares da Costa	Vicente Gomes da Costa
5	Francisco Pederneiras	Francisco Pederneiras
6	Hilda Costa Castro	Arcelina Costa
7	Ignácia Silva	Torquato Gregório da Silva
8	Ignez Frazão	Mariano Frazão
9	Inah Araujo Souza	José Anastácio de A. Sousa
10	Joanna Costa Leite	João A. da Costa Leite
11	Juliêta Mendes Carneiro	Manoel da Serra Carneiro
12	Leonor de Barros Moraes	João Moraes
13	Maria Rosa Franco de Sá	Artur Franco de Sá
14	Raimunda Costa	Mariano Antonio Costa
15	Raimunda Mendes Coêlho	Rufino Inocencio Coelho
16	Raimundo Soares	João Baptista Soares Filho
17	Rosalina Castro	Osorio Braulio de Castro
18	Raimundo Mendes Carneiro	Manoel da Serra Carneiro
19	Zirza Jinkings	Edmundo de A. da Costa J.

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, 23 de maio. 1926, nº 232, p.6.

⁴⁰ Situado na Rua Dr. Elisabetho, canto com a Rua Araújo Castro. Atualmente o imóvel encontra-se como propriedade da Prelazia de Pinheiro.

⁴¹ CIDADE DE PINHEIRO, 18 de abril de 1926, nº 227, ano 5, p. 3.

⁴² Quadro elaborado pela autora.

A composição do corpo estudantil da Escola Normal foi marcada pela expressiva presença feminina; dos dezenove estudantes matriculados (Quadro 6), quinze eram do sexo feminino. Segundo (ALMEIDA, 2004), este fato ocorreu devido à carreira do magistério representar, nas primeiras décadas do século XX, a única profissão aberta às mulheres. Isso significava a possibilidade de elas conciliarem a vida doméstica ao trabalho, o que lhes conferia certa autonomia na sociedade.

Fez parte do processo pedagógico do curso Normal, a realização de exames, uma forma de analisar e comparar o rendimento escolar dos alunos através da medição de suas aptidões desenvolvidas em cada disciplina por meio da atribuição de notas. Estas eram condicionadas a provas, exercícios orais e escritos, realizados ao final de cada mês perante uma banca examinadora que mensurava as habilidades dos alunos (SALDANHA, 2008).

Das notas diárias, os professores tiravam a média do aproveitamento mensal (ver Quadro 7) do aluno que, ao final do ano letivo, eram somadas, dividindo-se o algarismo resultante da soma dessas médias pelo número de notas obtidas, as quais eram expressas através dos seguintes conceitos: Ótima (10); Boa (7 a 9); Sofrível (5 a 6); Má (2 a 4); Péssima (1) e Nula (0) que depois de somadas ao longo do processo, para daí extrair-se a média final.

Quadro 7 – Média escolar do mês de setembro, 1926

Nº	ALUNOS	Português	Desenho	Aritmética	Música	Francês	Corografia	Geografia	Ginástica	Faltas
1	Alice Guterres Soares	“	“	“	“	“	“	“	“	“
2	Almir Rebello	7½	10	9	8	7	9½	8	10	2
3	Carmen Martins Pereira	67½	8	10	8½	6	9	9	10	7
4	Edith Soares da Costa	“	“	“	“	“	“	“	“	“
5	Francisco Pederneiras	5	9	7	6	4	7	6	10	12
6	Hilda Costa Castro	9	7½	10	8	8	9	10	10	12
7	Ignácia Silva	5	7½	9	7	6	7	6	10	-
8	Ignez Frazão	9	8½	10	9½	7	10	9	10	15
9	Inah Araujo Souza	7	9	7	6	5	7	6½	10	19
10	Joanna Costa Leite	9	9	10	10	8	10	9	10	3
11	Juliêta Mendes Carneiro	6	8½	9½	7	5	7	7½	10	5
12	Leonor de Barros Moraes	“	“	“	“	“	“	“	“	“
13	Maria Rosa Franco de Sá	6½	10	9	7	4	8	9	10	3
14	Raimunda Costa	7	9	10	7	4	8	7	10	8
15	Raimunda Mendes Coêlho	9½	9½	10	10	8	10	9	10	1
16	Raimundo Soares	9	9	9½	8	7	9	9	10	-
17	Rosalina Castro	“	“	“	“	“	“	“	“	“
18	Raimundo Mendes Carneiro	9	8½	10	7½	8	9½	9	10	1
19	Zirza Jinkins	7	8	10	9½	5	10	9	10	10

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, 28 de nov. de 1926, nº 259, p. 3.

O Quadro 7 expôs o grau de conhecimento adquirido pelo aluno em cada disciplina através da atribuição de notas. Dos dezenove estudantes matriculados, quatro não faziam mais parte do corpo discente em virtude de os mesmos terem cancelado suas matrículas por motivos desconhecidos. Daí a não atribuição da mensuração de seus conhecimentos.

Mas, uma nota abaixo da média alcançada na disciplina Aritimética pela aluna Raimunda Mendes Coêlho causou desconforto aos funcionários da Escola Normal de Pinheiro. Sobre esta situação a senhora Ignez Reis Castro descreveu detalhadamente o que segue:

A razão para este acontecimento lastimável ocorrido na Escola Normal de Pinheiro foi devido à insatisfação de um fazendeiro de muitas posses na época no município, o senhor Rufino Inocêncio Coêlho, com a reprovação de sua filha, a aluna Raimunda Mendes Coêlho, que obteve nota insuficiente na disciplina Aritimética⁴³ ministrada pelo professor Clodoaldo Cardoso. Esta moça com certeza contou suas vantagens ao pai para que este agisse de forma tão estúpida. Ele subiu as escadas da referida escola e dirigiu-se ao mestre Clodoaldo Cardoso para expor sua indignação com relação ao fato, acometido de muita raiva por não aceitar as justificativas que lhes foram expostas proferiu agressões verbais ao docente e não satisfeito com as explicações efetuou disparos no interior da instituição prometendo matá-lo, o que causou pânico a toda comunidade escolar ali existente, pois foi muito difícil acalmar aquele senhor.⁴⁴

Em face dessa ocorrência, este centro de formação de professores, fundado com o propósito de formar profissionais capacitados para atuar nas escolas primárias pinheirenses, findou suas atividades escolares em novembro de 1926.

Portanto, após oito meses de funcionamento, a Escola Normal de Pinheiro desapareceu do cenário educacional do município devido à atitude violenta do pai de uma das alunas com um dos professores da referida instituição, fato que levou a diretoria da escola, em respeito à população do município, publicar uma nota no jornal “Cidade de Pinheiro” com o seguinte comunicado:

Em virtude da desagradável scena de que foi theatro hontem esta escola, agredida à mão armada collocando professores e alunos em estado de intranqüilidade, ficam suspensos os exames das cadeiras de arithmetica, francez e geographia, até que a congregação resolva a respeito.⁴⁵

⁴³ Segundo a entrevista, a polêmica foi com o professor Clodoaldo Cardoso, que no momento ministrava a disciplina Aritimética no lugar de Sílvio Rebello, conforme consta no Quadro 5.

⁴⁴ Entrevista concedida pela Sr^a Ignez Reis Castro em 11/5/2011.

⁴⁵ JORNAL CIDADE DE PINHEIRO. Pinheiro, 28 nov. 1926. n° 259, ano 5, p. 5.

Apesar de as iniciativas empreendidas pelo grupo político local para resolver os problemas relacionados à educação no município, que se apresentava totalmente dispersa e sem homogeneidade, não terem obtido o êxito por eles almejado, despertou-lhes então a necessidade de criação de uma de uma escola pública primária em Pinheiro nos moldes requeridos pela modernidade republicana, o “Grupo Escolar”.

A concepção de Grupo Escolar esteve refletida nas características políticas, legais e administrativas que se materializaram numa estrutura técnico-pedagógica peculiar, sustentada na representação de um tipo de instituição primária que se tornaria uma “escola modelar” Carvalho (1989, p.23), de referência para as demais, relegando as escolas isoladas e urbanas a uma representatividade contraditória da nova ordem republicana.

Esse modelo de organização de ensino primário foi implantado no Brasil no estado de São Paulo. Conforme (SAVIANI, 2004), data do ano de 1893, a partir reunião das escolas isoladas, servindo de modelo para outros estados brasileiros. Assim, a escola primária tornou-se um modelo que representava a excelência da educação, sendo *apropriado* (CHARTIER, 2002) rapidamente por vários Estados brasileiros.

No Maranhão, a instauração dos Grupos Escolares⁴⁶ aconteceu inicialmente em São Luís, a partir da promulgação da Lei nº 323, de 26 de março de 1903, e no interior do estado, pela Lei nº 363, de 31 de março de 1905, os quais funcionaram somente até o ano de 1912, por não se ajustarem às normas estabelecidas para esse tipo de escola (MOTTA; NUNES, 2006).

Então, os Grupos Escolares ressurgem no cenário educacional maranhense na gestão governamental de Urbano Santos da Costa Araújo (1918-1922). Este, usando das atribuições que lhe conferia o art. 4º da Lei nº 804, de 28 de junho de 1918, reorganizou o ensino público do Estado, através do Decreto nº 182, de 1919, criando nove grupos escolares: oito na capital e um na cidade de Caxias, interior do Maranhão (SILVA, 2011).

Em Pinheiro, a concepção de uma escola primária aconteceu somente em 1927, vindo a concretizar-se porque à liderança política local tinha forte ligação com a oligarquia que chefiava o governo do Maranhão⁴⁷ no período, o que facilitou a implantação desse tipo de escola na cidade.

⁴⁶ Sobre o processo de institucionalização dos grupos escolares maranhenses ver: SILVA, Diana Rocha da. **A Institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903-1920)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão- UFMA. São Luís, 2011.

⁴⁷ O grupo que assumiu a liderança política do Estado nesse período foi representado por: Costa Rodrigues, Luís Domingues, Godofredo Viana, Francisco Cunha Machado e Magalhães de Almeida. A esse respeito ver: REIS, Flávio. **Grupos políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n], 2007.

Assim, atendendo à solicitação do grupo político pinheirense, José Maria Magalhães de Almeida (1926-1930), governador do Estado, expediu o Decreto de nº 1.128, em 4 de fevereiro de 1927, que determinava:

Art. 1º. É criado, na cidade de Pinheiro, um grupo escolar que se denominará de Odorico Mendes, ficando extinta a escola mista da mesma cidade. Parágrafo único: O Secretário Geral fará a designação dos professores para o grupo ora criado e providenciará sobre a respectiva instalação. Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário⁴⁸.

O êxito na criação de um grupo escolar em Pinheiro representava prestígio para o município e fortalecia a imagem política dos atores sociais representantes da oligarquia local, que tinham como meta oferecer escolas que se coadunassem com o ideário republicano de civilizar a população, moralizar e disciplinar seus costumes através da inculcação de valores cívico-patrióticos (FARIA FILHO, 2000).

Nesse sentido, os grupos escolares, como uma nova forma organizacional do ensino primário coadunavam com esse ideário, pois sua implantação modificou a configuração da educação pública pinheirense que era oferecida até então, tanto no seu aparelhamento técnico-administrativo quanto nos métodos, processos, programas e organização didática e pedagógica.

Logo, a criação do Grupo Escolar “Odorico Mendes”⁴⁹, o primeiro Grupo Escolar da Baixada Maranhense, foi instituído como símbolo de modernização do ensino, redesenhando novos contornos para a educação pública primária do município, promovendo uma ruptura com a forma de ensino que vigorava na educação de Pinheiro.

Então, esse modelo escolar adotou um novo método pedagógico, estabeleceu e fixou a jornada escolar com início e término das aulas, foi definido o ritmo, marcados os intervalos, e o saber a ser transmitido aos alunos foi dividido em matérias.

A partir da nova estruturação propiciada pela implantação dessa escola, foi oferecido o ensino primário realizado em 5 anos, constituído do curso elementar e complementar.

A inauguração desse Grupo Escolar foi muito comemorada pelas autoridades e municipais, pois representava a realização de muitas lutas e anseios por melhores perspectivas

⁴⁸ MARANHÃO. DECRETO Nº 1.128, de 4 de fevereiro de 1927. Cria um grupo escolar em Pinheiro. Coleção de leis e decretos do Governo do Estado do Maranhão. São Luís, 1927, p.204-205.

⁴⁹ Ilustre cidadão maranhense que exerceu inúmeras funções sociais em meados do regime Imperial, dentre elas a de político, jornalista, humanista e literato. Como homem público, empenhou-se em prol da evolução do país como um grande incentivador do regime republicano, dentre outras ações que o consagraram para a posteridade, devido ter sido um dos mais brilhantes políticos do século XIX.

para a educação da cidade. A cerimônia inaugural foi descrita na matéria publicada no jornal local:

Inaugurado no dia 15 de fevereiro de 1927, nesta cidade de Pinheiro, município do Estado do Maranhão, presentes neste edifício o Sr. Josias Peixoto de Abreu, prefeito municipal, o Sr. Dr. João Rodrigues da Cunha, inspetor escolar, Raimundo José Pimenta, presidente da Câmara Municipal, o juiz de direito o Dr. Elisabetho Barbosa de Carvalho, o Sr. Clodoaldo Cardoso, diretor do jornal local, as professoras Zélia Pederneiras Costa Ribeiro, Naiza Antunes Sousa, Maria Hilda Monteiro e Francisca Souza, muitos cavalheiros, senhoras e senhoritas da sociedade local, alunos e alunas do grupo escolar. A solenidade iniciou-se com o hasteamento da bandeira e o canto do Hino Nacional, seguido das considerações dos representantes das autoridades locais, professores e alunos.⁵⁰

Esse trecho nos indica que a inauguração do Grupo Escolar “Odorico Mendes” foi uma festa grandiosa que mobilizou a sociedade pinheirense. Nela se fizeram presentes o grupo político de relevo do município, o inspetor escolar estadual, representantes do corpo docente, discente e demais membros da sociedade, que por meio da exaltação dos símbolos republicanos, a bandeira e o hino nacional, legitimaram a educação cívica propagada pelo novo regime.

Consideramos que o motivo da repercussão municipal no que tange à inauguração do Grupo Escolar estava ligado, dentre outros fatos, ao de que para Pinheiro era um avanço implantar tal instituição, principalmente por ser uma cidade interiorana.

Desse modo, a promoção de tal festividade se constituiu para dar visibilidade e enaltecer os feitos do Estado, imbuído do pensamento nacional que viabilizaria o ideal republicano através da educação, demonstrando que essa escola contrapunha-se àquela da velha ordem que não poderia oferecer nem educação cívica, nem “preparação para satisfazer as necessidades da vida ou para desempenhar as funções sociais que o regime exige” Mota apud Carvalho (1989, p.25).

Apesar desse tipo de escola exigir um modelo arquitetônico peculiar, o Grupo Escolar Odorico Mendes, nos seus primeiros anos, realizou suas atividades educacionais provisoriamente em alguns prédios alugados pelo Estado, a exemplo de um imóvel de propriedade do pecuarista Acrisio de Araújo Cerveira e posteriormente onde funcionou a Coletoria Federal e a Escola Mista Estadual. Tais espaços foram adaptados para que fossem desenvolvidas as atividades escolares.

No entanto, somente quinze anos após sua implantação em Pinheiro, houve a construção definitiva do prédio onde seria instalado, na região central da cidade, em 1942, por

⁵⁰ CIDADE DE PINHEIRO. Pinheiro, 3 março. 1927. n° 279, Ano 6, p. 5.

determinação do interventor federal do Maranhão, o Dr. Paulo de Souza Ramos (1936-1945), conforme ilustração abaixo:

Figura 2 – Prédio do Grupo Escolar Odorico Mendes.



COSTA, Diulinda Pavão. 2011.

A escolha da Praça da República para a instalação do Grupo Escola Odorico Mendes, atualmente denominada de José Sarney, região nobre da cidade era uma forma de proporcionar visibilidade a essa instituição, que marcou “pela imponência e localização, seu significado no tecido urbano” Buffa e Pinto (2002, p. 44). Esta monumentalidade se faz plenamente percebida diante da grande precariedade na qual se instalava a maioria das escolas de ensino elementar da cidade de Pinheiro.

Dessa forma, a arquitetura de tal edifício tornou-se portadora das “finalidades sociais, morais e cívicas da escola pública. O lugar de formação do cidadão republicano teria que ser percebido e compreendido como tal” Souza (1998, p.124).

Além da inovação do prédio escolar, houve também novidades com relação aos funcionários responsáveis pelas funções burocráticas (diretor, secretários, serventes e porteiros) e pedagógicas (professor e o inspetor) desenvolvidas neste espaço. Nesse sentido, foram nomeadas cinco professoras normalistas: Estevina Vasconcellos, Maria Hilda Monteiro, Francisca Sousa, Naiza Antunes de Souza e Zélia Pederneiras Costa Ribeiro para exercer a docência no Grupo Escolar Odorico Mendes, pelo Secretário Geral do Estado na época, Henrique José Couto, para compor o quadro de funcionárias do primeiro ano de

funcionamento da instituição.

Conforme apurado pela documentação a que tivemos acesso, percebemos que a constituição do quadro docente da escola se deu primordialmente pela presença de professoras normalistas, titulação fundamental para exercer a docência nesse tipo de escola.

Segundo (MENDES, 2011), os professores do Grupo Escolar contavam com uma sala de professores, com armários para guardar seus livros, com alguns materiais didáticos como globo, mapas do Brasil e do mundo, alguns cartazes para o ensino de Ciências e Geografia, além de algumas coleções de livros didáticos.

Nos anos posteriores à sua fundação, este estabelecimento educacional sofreu inúmeras modificações tanto em relação à composição de seu corpo pedagógico quanto ao administrativo, mas seu quadro funcional continuou sendo constituído somente por mulheres (ver Quadro 8), as quais estiveram subordinadas à Diretoria da Instrução Pública do Estado⁵¹.

Quadro 8 - Diretores e professores do curso primário do grupo escolar “Odorico Mendes” 1927-1950⁵²

ANO	DIRETOR	PROFESSORES	SÉRIE
1927 a 1928	Zélia Pederneiras Costa Ribeiro	Estevina Vasconcellos	1ª
		Maria Hilda Monteiro	2ª
		Francisca Sousa	3ª
		Naiza Antunes de Sousa	4ª
		Zélia Pederneiras Costa Ribeiro	5ª
1929 a 1931	Naiza Antunes Sousa	Saphyra Velloso	1ª
		Estevina das Virgens e Vasconcellos	2ª
		Naiza Antunes Sousa e Ena Perdigão	3ª
		Maria Soares Paiva	4ª
		Maria de Lourdes Farias	5ª
1932 a 1934	Mª Hilda Monteiro	Clarice Farias	1ª
		Juliana Santos	2ª
		Maria Valois	3ª
		Maria Hilda Monteiro	4ª
		Nina Perdigão	5ª
1935 a 1939	Leonor Muniz Naiza Antunes de Souza Joana Pacheco Silva	Diva Varão Monteiro	1ª
		Mª de Jesus Paiva de Abreu e Mª José Bacellar Couto	2ª
		Mª Firmina Velôso Franco de Sá	3ª
		Maria Luíza Novaes	4ª
		Undine de Mattos Pereira	5ª
1940 a 1942	Naiza Antunes de Sousa	Mª Antônia da S. Leite e Mª Raimunda Gouvê	1ª
		Maria Sá	2ª
		Joana Pacheco da Silva	3ª

⁵¹ Criada no governo de José Magalhães de Almeida, através da Lei nº 1.284, de 31 de março de 1927, foi responsável a partir de então por dirigir o ensino primário e secundário do Estado.

⁵² Quadro elaborado pela autora.

		Naiza Antunes de Sousa	4 ^a
		Maria Paiva Abreu	5 ^a
1942 a 1943	Naiza Antunes de Sousa	Diná Rodrigues Mochel	1 ^a
		Dayse Alves Marques	2 ^a
		Lygia Farias Silva Cutrim	3 ^a
		Naiza Antunes Sousa	4 ^a
		Elza Silva Maia	5 ^a
1944 a 1948	M ^a Quitéria Cerveira (1944 a 1946) M ^a de Nazaré Cerveira (1947 a 1949)	M ^a José Ferreira Morais	1 ^a
		M ^a Vitória Caldeira Leite	2 ^a
		M ^a Fausta de Carvalho Gomes	3 ^a
		Maria Quitéria Cerveira	4 ^a
		M ^a de Jesus Paiva Abreu	5 ^a
1949 a 1950	Ausair Soares de Alencar	Maria Fausta de Carvalho Gomes	1 ^a
		Vitória Caldeira Leite	2 ^a
		Ausair Soares de Alencar	3 ^a
		Maria Quitéria Cerveira	4 ^a
		Maria de Nazaré Cerveira Durans	5 ^a

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro.

Constatamos no quadro acima que o corpo docente e administrativo da escola era constituído somente por mulheres. Destas, duas eram nomeadas pelo governo, uma para desempenhar o cargo de secretária e outra, o de diretora. Assim, as nomeações funcionavam como instrumento de barganha no jogo político da época, e estas funcionárias passaram a se constituir um grupo estratégico na sustentação dos governantes no poder, mas, ao mesmo tempo, eram submissas às determinações dos chefes estaduais, já que dependiam deles para se manterem no cargo.

Nesse sentido, ter um diretor escolar como aliado e dependente político dava a possibilidade de deter o controle de uma instituição que atendia diretamente parte significativa da população por meio de um contato direto e sistemático. Ele desempenhava o papel de interlocutor da escola com a administração do ensino, sendo o único responsável pelo estabelecimento perante o governo (SOUZA, 1998).

Assim, a interferência política acabou por se constituir um importante elemento na composição dos fatores que determinavam a escolha de quem devia ocupar o cargo público de diretor escolar, considerando-se, em especial, situações de compadrio e influência política do candidato, o que caracterizou a presença do clientelismo nas relações sociais, em que políticos profissionais ofereciam ajuda pública ao seu alcance como cargos, empregos e recursos públicos, chancelas estatais e todo o tipo de privilégios que seu *status* lhes permitira obter, em troca de apoio e fidelidade pessoal (CARVALHO, 1997).

Nesse contexto, foi nomeada Zélia Pederneiras como a primeira diretora do

Odorico Mendes, a qual foi responsável por organizar, coordenar, fiscalizar e dirigir o ensino da referida instituição. Durante sua gestão, definiu o uniforme a ser adotado pelos alunos (para os meninos camisa e calça cáqui e para as meninas saia azul marinho, blusa e chapéu creme), fixou o horário e o programa de ensino (ver Quadro 9) a ser seguido pelo corpo pedagógico e discente, cuja finalidade era manter a ordem e a disciplina no interior do estabelecimento escolar.

Quadro 9 – Matérias ministradas no curso primário do grupo escolar “Odorico Mendes”, 1927⁵³

PIMÁRIO				
ELEMENTAR				COMPLEMENTAR
1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
Caligrafia	Caligrafia	Ciências Naturais	Gramática	Gramática
Cálculo oral	Cálculo oral	Geografia	Canto	Canto
Cálculo escrito	Cálculo escrito	Aritmética	Instrução Moral e Cívica	Instrução Moral e Cívica
Ginástica	Ginástica	Instrução Moral e Cívica	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais
			Aritmética	Aritmética
			Ensino Objetivo	Ciências Naturais
			Ginástica	Geografia
			Geografia	História do Brasil
		Recitação	Ginástica	Ginástica

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, 20 de fevereiro. 1927, nº 271, p.1.

A distribuição dos conteúdos no quadro acima estava dividida em cinco anos de escolarização que permitiam a gradação do ensino de acordo com a série, sendo que ao primeiro e ao segundo ano esteve reservado primordialmente o ensino da Leitura, da Caligrafia, do Cálculo oral e escrito. Mas, a partir das séries posteriores, foram sendo elencados outros saberes para compor o programa de ensino da instituição, tais como: Ciências Naturais, Geografia, Gramática e Aritmética, além da aplicação do Ensino Objetivo, que posteriormente vai ser discutido.

Ainda podemos perceber no programa de ensino acima ilustrado, a presença da disciplina Trabalhos Manuais, cuja execução aconteceu a partir do terceiro ano, prescrita somente para as meninas. Já as aulas de Ginástica, Instrução Moral e Cívica, História do

⁵³ Quadro elaborado pela autora.

Brasil e Canto, foram estratégias usadas pelo governo para inculcar nos alunos o dever nacional, o amor pátrio, a obediência, de forma a “civilizar” os costumes para a construção da memória cívica do País.

Tais matérias foram embasadas numa seleção de conteúdos⁵⁴, distribuídos por meio da organização do horário escolar (ver Quadro 10), que ordenava a “sequência e frequência das rotinas diárias, a fragmentação das matérias e sua conversão em lições, pontos, aulas, exercícios” Compere, 1997 apud Saviani (2004, p.116), e, através da ação do relógio, controlava-se o ritmo das atividades dos professores e dos alunos na execução das tarefas.

Quadro 10 – Horário do 3º e 4º ano do grupo escolar Odorico Mendes, 1927

TEMPO	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA	SÁBADO
7:30;7:40	INSPEÇÃO E CANTO					
7:45;8:05	Gramática	Leitura	Gramática	Ginástica	Leitura	Gramática
8:10;8:40	Cálc. oral	Cálc. escrito	Cálc. escrito		Cálculo oral	Cálc. escrito
8:45;8:55	Leitura	Geografia	Leitura	Desenho	Caligrafia	Leitura
TEMPO	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA	SÁBADO
9:00;10:00	Escrita e correção					
10:05;10:15	RECREIO					
10:15;10:30	Geografia	Música	Geografia	Trabalhos Manuais	Geografia	Música
10:35;10:50	História do Brasil	Instrução Cívica	História do Brasil		Instrução Cívica	Recitação
10:55;11:20	Ensino Objetivo					
11:20;11:30	CANTO E DESPEDIDA					

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, 20 de março de 1927. nº 275, p. 5.

O quadro acima revela que havia quatro horas diárias de aulas no Grupo Escolar Odorico Mendes, ministradas de segunda a sábado em todos os dias úteis, das 7h30min às 11h30min, através da distribuição diária e semanal das matérias intercaladas por 5 minutos de descanso, com uma pausa maior quando da realização do recreio.

O início das atividades escolares acontecia às 7h30min, com a inspeção diária realizada pelo professor para verificar se os alunos se apresentavam em condições de higiene satisfatórias para assistir às aulas. Após a revista, eles cantavam os hinos nacional e estadual, para despertar-lhes sentimentos cívicos e patrióticos.

Posteriormente, a organização das aulas se dividia em dois momentos. O primeiro, das 7h45min às 10h, era reservado às matérias direcionadas para o conhecimento da língua pátria (Gramática e Leitura), das atividades matemáticas (Cálculo oral e escrito) e ao

⁵⁴ A ausência da descrição detalhada dos conteúdos ministrados em cada uma das matérias do programa de ensino do Grupo Escolar Odorico Mendes se deu em razão da inexistência de fontes escritas sobre esses conteúdos.

desenvolvimento da coordenação motora (Caligrafia), que exigiam maior esforço e atenção dos alunos.

O segundo momento, das 10h15min às 11h20min, era dedicado aos conhecimentos sociais, formados pelo ensino da Geografia, História do Brasil, Instrução Cívica e Música. As quintas-feiras eram reservadas exclusivamente para o ensino do Desenho e para as disciplinas voltadas para o desenvolvimento físico da criança, tais como Trabalhos Manuais e Ginástica.

Essa ordenação do tempo teve o propósito de encadear os trabalhos pedagógicos para que os alunos pudessem aproveitar todas as horas do dia, da melhor maneira possível, descartando a ociosidade, a dispersão e a desordem.

Cabe ressaltarmos que ainda fez parte do programa de ensino do Grupo Escolar Odorico Mendes o *Ensino Objetivo*, momento em que o professor fazia uso do *método intuitivo*, que unia a teoria à prática, como mecanismo para que os alunos alcançassem melhores resultados na apreensão dos conhecimentos. As instruções e orientações de sua execução foram determinadas pelo Regulamento da Instrução Primária do Estado⁵⁵ (1923, p.62-63) que fixou:

N. B. - A. os espécimes escolhidos, para se fazer as lições, devem ser familiares ao aluno. - B. Devem ser de fácil aquisição ou de melhor conservação na sala de aula. - C. Devem proporcionar conhecimentos úteis. - D. O valor das lições não está no número de espécimes, observados, mas na maneira de fazer as lições. - E. Deve-se prosseguir no estudo de um espécime, enquanto elle interessar ao alumno, oferecendo-lhe oportunidade para novas observações e novos conhecimentos. - F. Depois que o alumno tenha observado uma folha, uma flor, etc., deve representá-la por meio de desenho. Não é necessário que este demonstre traços geraes com veracidade. - G. As exposições devem ser sempre em linguagem simples e referentes ao espécimes, para despertar interesse ao alumno, formar hábitos de observação e dar-lhe prática no manejo do idioma. - H. A observação deve ser exata e ordenada. - I. Os alumnos devem ser induzidos a fazer investigações por si sós, fora da escola.

Portanto, os conhecimentos do ensino primário estavam relacionados às aplicações práticas, através dos saberes indispensáveis à formação integral do aluno. Partia-se de situações concretas para as abstratas, procurando estabelecer relações com realidade do educando.

O método intuitivo se constituiu uma metodologia mais apropriada para a educação das classes populares, também conhecido “sob a denominação de *lições de coisas* e

⁵⁵ É necessário destacarmos que a partir de 1932 as escolas primárias do Estado passaram seguir um novo regulamento de ensino, o qual foi aprovado através do Decreto nº 252, de 2 de março do ano mencionado, pelo Secretário de Estado do Governo do Maranhão, Americo Wanick, no exercício do cargo de Interventor Federal.

método objetivo” Valdemarin (2004, p.171); apontava para a possibilidade de uma aprendizagem democrática na qual o aluno passou a ser o foco no processo ensino-aprendizagem. A aplicação de tal método, segundo (FARIA FILHO; VIDAL, 2000) acontecia através do uso diversificado de objetos, visitas e excursões às circunvizinhanças da escola para ilustrar os conteúdos ensinados na sala de aula.

Utilizando-se dessa metodologia, a professora Zélia Pederneiras, do Grupo Escolar Odorico Mendes, realizou um passeio pedagógico com as alunas do 4º ano (Leonette Costa Soares, Honorina Ribeiro, Candida Ferreira, Candida Dulce Pereira, Neide Reis Ferreira, Ignez Reis Castro e Severa Gomes Pessoa) e do 5º ano (Maria Trindade Ferreira, Maria de Lourdes Durans, Alaila Fialho Félix e Júlia Estrela) pela faveira⁵⁶ (ver Fig. 3) para ilustrar os conteúdos ensinados na disciplina Ciências Físicas e Naturais.

Figura 3 - Excursão pedagógica realizada pela professora Zélia Pederneiras, 1928



Fonte: Arquivo particular da senhora Ignez Castro Alvim.

A fotografia 3 ilustra a aplicação da metodologia do Ensino Intuitivo pela professora Zélia Pederneiras, realizando uma aula prática para que as alunas pudessem vivenciar os conteúdos ministrados na sala de aula, mostrando então que o Grupo Escolar

⁵⁶ Estamos nos referindo às “árvores frondosas” – as faveiras, que rodeavam, no passado, as margens do rio Pericumã lhe proporcionando essa outra denominação. Leite (2000, p. 169).

empregava uma metodologia moderna que legitimava a renovação do ensino pinheirense. No entanto, tal imagem mascarava as dificuldades materiais enfrentadas por esta profissional na execução das práticas pedagógicas prescritas pelo poder público, o qual não lhes oferecia condições adequadas para este fim.

Entretanto, a partir da década de 1930, houve intensas transformações na sociedade brasileira, já discutidas no início deste capítulo, as quais refletiram no setor educacional. Essas mudanças aconteceram na Era Vargas (1930-1945), quando o Governo Federal assumiu de modo categórico sua posição de integração, orientação e coordenação das atividades isoladas de cada Estado, rompendo os pactos oligárquicos que predominaram durante a República Velha.

Nesse contexto, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) para “homogeneizar conteúdos, métodos, tempos e espaços escolares. Até então, a educação nos vários estados brasileiros [...] seguiam diretrizes próprias constituídas pelos Departamentos de Instrução Pública” Faria Filho e Vidal (2000, p.28). Tal ação daria organicidade ao sistema de ensino do país. Mas, além da implantação do MESP, foram instituídos órgãos federais⁵⁷ que passaram a estabelecer regras a serem cumpridas no plano estadual como forma de regulamentar os problemas pertinentes à educação.

Esse período marcou a história da educação brasileira pela subordinação das instituições escolares e de suas práticas pedagógicas para reforçar o nacionalismo. Então, foram utilizados o currículo por meio das disciplinas Educação Moral e Cívica, Educação Física, Canto Orfeônico e História, e as festividades escolares como dispositivos utilizados para a formação do ‘sentimento patriótico’ nas escolas primárias do país Hildorsf (2011, p.100).

Esse ideário nacionalista foi vivenciado no Grupo Escolar Odorico Mendes, que mesmo longe das efervescências políticas, centradas em São Paulo e no Rio de Janeiro, não esteve à margem do processo, mas sintonizado com ele, e estas ações são perceptíveis através dos conteúdos aprendidos na sala de aula e nas comemorações cívicas de que participava.

Os acontecimentos obedeciam a um calendário determinado pelo governo, que indicava o que deveria ser lembrado como constituição de uma memória coletiva oficial, visto que “toda vida cotidiana, afetiva, fantástica de uma sociedade depende de seu calendário” Le

⁵⁷ A Comissão Nacional do Ensino Primário (1938), o Fundo Nacional do Ensino Primário (1938), O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos- INEP (1938), o Instituto Nacional de Estatística (1934), que deu origem ao IBGE (1938), o Instituto Nacional do Livro, o Serviço de Radiofusão Educativa, o Ince- Instituto Nacional do Cinema Educativo, e o Sphan - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (HILSDORF, 2011, p.100).

Goff (1990, p. 492), pois através dele a escola organizava suas atividades.

O calendário cívico determinava as datas a serem festejadas e vivificadas para o engrandecimento da pátria. Foram elas: *21 de abril*, consagrada à comemoração dos precursores da Independência do Brasil, personificados na figura de Tiradentes; *14 de julho*, Queda da Bastilha; *7 de setembro*, comemoração da Independência do País; *21 de setembro*, Festa da Árvore; *15 de novembro*, Proclamação da República e *19 de novembro*, Festa da Bandeira Nacional. Acrescentaram-se a essas datas as festas cívicas criadas no governo Vargas, tais como: o aniversário da Revolução de 1930, do Interventor, o próprio Getúlio Vargas e do Estado Novo.

Além das festas cívicas, o Grupo Escolar Odorico Mendes também realizou festas comemorativas que aludiam ao aniversário da escola (15 de fevereiro), à memória de seu patrono (17 de agosto) e às festas de encerramento do ano letivo. Nesse contexto festivo, a escola concebida como um espaço educativo de invenção das tradições históricas e nacionais, revelando, divulgando e socializando saberes e conhecimentos, possibilitava reforçar, na memória pinheirense, o sentimento de unidade e coesão nacional.

Como podemos perceber, a implantação desse Grupo Escolar implicou uma série de modificações na escolarização pinheirense, pois era uma escola pensada nos moldes de uma modernidade, que apresentou um novo método de ensino, com edifício próprio, com turmas seriadas, com professores preparados e práticas pedagógicas que inseriram uma cultura escolar diferenciada nas práticas cotidianas vividas pelos atores sociais da instituição.

Apesar de o *Grupo Escolar* se caracterizar como o tipo de escola moderna que se adequava à superação do que era definido como atraso da educação primária pinheirense, seus custos adiariam a implantação de outro estabelecimento de ensino desse tipo em Pinheiro. O que só veio a se concretizar na década de 1940, no terceiro mandato de prefeito de Josias Peixoto de Abreu (24/2/1946-14/3/1947), quando foi criado o Grupo Escolar Elisabetho de Carvalho.

Desse modo, por ser o *Grupo Escolar* tido como uma instituição de ensino onerosa aos cofres públicos, foi minoritária no cenário educacional pinheirense, em relação às escolas de *primeiras letras*, as *mistas* ou *isoladas* subvencionados pelo poder público, e as *Escolas Reunidas* “concebidas como um estabelecimento de baixo custo e mais uma alternativa para a disseminação da educação popular” Souza (2008, p.47).

A prática de reunião de escolas em um mesmo edifício continuou a ser adotada em Pinheiro, na medida em que reunia as escolas isoladas em um mesmo espaço físico, criando outro tipo de escola primária denominada de *escolas reunidas*. No entanto, tais

escolas se apresentaram como um modelo alternativo e intermediário entre as *escolas isoladas* e os *grupos escolares*, seja nas estruturas físicas em que eram instaladas, seja na sua organização pedagógica mais simplificada, o que protelava a criação de grupos escolares na cidade.

Em Pinheiro, a existência das *escolas reunidas* consta da década de 1940, na gestão do prefeito Dr. Antônio Euzébio da Costa Rodrigues (1940-1944), as quais se disseminaram nos anos posteriores. Dentre elas podemos destacar: Paulo Ramos, Tito Soares e Naiza Souza⁵⁸.

Assim, o campo educacional em Pinheiro no recorte temporal contemplado por este capítulo foi constituído por *escolas singulares*, escolas públicas *mistas* (municipais e estaduais), um instituto escolar, o *Instituto Pinheirense*, uma escola de alfabetização noturna a *Antônio Souza*, a *Escola Normal de Pinheiro*, dois grupos escolares o *Odorico Mendes* e o *Elisabetho de Carvalho*, e as *escolas reunidas* acima aludidas.

Portanto, ainda que possamos atribuir ao governo do Estado o mérito da renovação do ensino primário pinheirense, quando da instalação de um grupo escolar na cidade, concebido e construído como verdadeiros “templos de civilização” Souza (2008, p.76), por ser considerado um símbolo da modernidade republicana, torna-se também necessário o reconhecimento dos atores sociais responsáveis pela escolarização nas escolas leigas, como também da contribuição do grupo político local que empreendeu ações para reformular as escolas do município.

⁵⁸ A ausência da descrição detalhada sobre estas escolas é resultante da dificuldade de encontrarmos informações em bom estado sobre sua conservação.

CAPITULO II

A CONGREGAÇÃO DE NOSSA SENHORA DO SAGRADO CORAÇÃO E A ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA PINHEIRENSE



Alunos (as) da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração.
Fonte: Arquivo particular do Colégio Pinheirense.

Na seção anterior utilizamos fontes impressas, iconográficas e orais para mapear a constituição do cenário educacional pinheirense, que compreendeu o recorte temporal do último decênio da Primeira República até o período do Estado Novo. Para tanto, fizemos a análise das contribuições dos diferentes atores sociais que por meio de suas ações implantadas na educação da época contribuíram na trama do processo de escolarização do município.

A partir deste capítulo, nosso olhar se volta para identificarmos as possíveis mudanças e contribuições na educação primária pinheirense advindas com a chegada a Pinheiro dos membros pertencentes à Congregação religiosa de Nossa Senhora do Sagrado Coração, que fundaram na cidade, em 1950, uma escola paroquial.

Para uma melhor compreensão da atuação dos(as) religiosos(as) no setor educacional se fez necessário tratarmos de maneira sucinta os principais acontecimentos da Igreja Católica durante o século XIX até meados do século XX, tanto na França quanto no Brasil, para entendermos a instalação da referida Congregação em nosso país e posteriormente de seu estabelecimento em Pinheiro.

Assim, tornou-se relevante a reconstituição do projeto idealizado pelo Pe. Jean Jules Chevalier (1824-1907), bem como das primeiras ações desenvolvidas pelos religiosos pertencentes a sua Congregação no setor educacional em nosso país, quando foram estabelecidas relações institucionais entre a Igreja e a sociedade mediadas pela educação, o que abriu caminho para analisarmos os vestígios das ações desenvolvidas por tais religiosos materializados na escola paroquial criada em Pinheiro.

2.1 A ação missionária e a revitalização da Igreja

A Igreja católica foi uma das principais instituições da Idade Média, época em que predominou o sistema político e administrativo na França entre os séculos XV e XVII, denominado de Absolutismo ou Antigo Regime. Esse modo de governo foi baseado em privilégios sociais, jurídicos e econômicos que centralizava o poder do Estado e da Igreja nas mãos do monarca.

De acordo com Martina, nesse tempo houve uma “estreita união entre o trono e o altar” (1996, p.150), sendo o principal representante desse período o rei francês Luís XIV (1643-1715). Durante o governo desse monarca a Igreja desfrutou de grandes privilégios, pois o catolicismo, como religião oficial do Estado, influenciava todos os setores da sociedade, regulamentando suas relações sociais e comportamentais, uma vez que nesse tempo a religião não só servia para legitimar o Absolutismo, como também era a base para explicar o mundo

natural.

Apesar de vários séculos de estabilidade conquistada através das alianças com monarcas católicos, o poder exercido pela Igreja foi desestabilizado com a queda do Antigo Regime. Isso foi causado pela Reforma Protestante no século XVI e pela Revolução Francesa no século XVIII, tendo ocorrido no século XIX o coroamento das crises dessa instituição, pois foi a época em que houve a consolidação da sociedade industrial na Europa que permitiu com o avanço da ciência e de suas tecnologias a consolidação do capitalismo.

Nesse contexto, sobressai como ideologia da classe burguesa o liberalismo, uma política anticlerical que favoreceu o aparecimento do fenômeno da secularização iniciado na França, mas que se alastrou por toda a Europa, ultrajando a Tradição Católica (COMBY, 1994).

A secularização foi um processo que caracterizou o declínio da credibilidade da religião católica, pela perda da importância de suas estruturas, provocando profundas transformações nas atitudes religiosas das pessoas. O enfraquecimento, segundo Martina (1996), passou a ser percebido na metade do século XIX, permanecendo até meados do século XX, através dos seguintes episódios: confisco dos bens eclesiásticos, supressão de conventos e ordens religiosas, revogação de subvenção estatal aos estabelecimentos de ensino confessional, supressão do ensino religioso nas escolas públicas, fechamento de escolas católicas e decretação da laicização da vida pública nos países europeus.

Na França o laicismo se consolidou através da promulgação da Constituição Civil do Clero, em 12 de junho de 1790, que considerou o Estado neutro em relação a todas as religiões, não tendo mais o direito de assalariar ou subvencionar qualquer culto. Tal fato agravou o funcionamento da grande maioria das ordens religiosas, fechando suas escolas e proibindo seus membros de ensinar, inclusive na rede privada, o que levou muitos religiosos ao exílio (MARTINA, 1996).

A Igreja buscou defender seus direitos entre as instituições da sociedade moderna, reagindo a essa situação através das reformas empreendidas em sua estrutura eclesiástica. Então, para preservar sua identidade, e garantir sua sobrevivência, o papa Pio IX denunciou os erros cometidos pela sociedade liberal⁵⁹ na encíclica *Quanta Cura* (1864) e no *Syllabus*⁶⁰, reforçando os ensinamentos tradicionais católicos e decretando a partir de então a infalibilidade Papal no mundo.

⁵⁹ O racionalismo puro, o socialismo e o comunismo, o liberalismo, a maçonaria, as liberdades de imprensa, a separação política entre a Igreja e o Estado, e a Ideologia do progresso (MARTINA, 1996).

⁶⁰ Publicado também em 1864, foi um documento que reuniu os erros condenados pela Igreja.

Desse modo, a partir do Concílio do Vaticano I (1869-1870), o papa reafirmou os princípios disciplinadores da doutrina católica tridentina, estes baseados na criação de uma Igreja universal para combater a modernidade, fato que fez com esta instituição revitalizasse as antigas ordens religiosas suprimidas pelo movimento de secularização e criasse outras para recristianizar a sociedade. Esse processo ficou conhecido como romanização ou movimento conservador ultramontano⁶¹ (MARTINA, 1996, COMBY, 1994).

Nesse contexto é que “surgem as congregações religiosas, ou o modelo congregacional, em substituição às ordens monacais com projeto de atuação social” Nunes (1986, p.190), “através da reconstituição de instituições paralelas às do Estado, uma contra-sociedade cristã diante de uma sociedade leiga” Comby (1994, p.125). Na ocasião ocorreu a feminização do clero e do catolicismo, visto que houve a entrada significativa de mulheres para a chamada vida religiosa, mas com uma ação social ativa no mundo, dedicando-se às atividades de caridade e principalmente à educação feminina.

Esses *especialistas*, padres e freiras, ficariam responsáveis pela fundação de igrejas, hospitais, asilos, orfanatos e escolas para então desenvolver seus trabalhos apostólicos com o propósito de restaurar o catolicismo e recristianizar a sociedade. A estratégia de colonização utilizada foi a retomada da ação missionária através da realização de Missões dirigidas à África, Ásia, América Latina e mesmo aos países europeus.

Para dar apoio financeiro às obras missionárias, foi criada em Lyon, na França, em três de dezembro de 1822, por Paolina Jaricot, a Sociedade da Propagação da Fé, e em Paris, no ano de 1843, por D. de Forbin-Jason, a Obra Santa Infância. Mas, além dessa proposta da Santa Sé, outros fatores interviram no processo de restauração do catolicismo no século XIX: o colonialismo, o imperialismo e a emigração europeia (COMBY, 1994; MARTINA, 1996).

Em nosso país o processo de romanização ocorreu a partir da instalação da República em 1889, que levou à separação da Igreja do Estado, deixando, portanto, o catolicismo de ser a religião oficial do Brasil, fato “oficializado por decreto em janeiro de 1890 e confirmado pela Constituição republicana de 1891” Horta (1994, p.93), que em seu Art. 72, § 6º determinava: “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”, bem como “A laicidade está colocada para expulsar o ‘dogmatismo sectário’ do ambiente escolar, dado que a personalidade do educando seria desrespeitada se a escola viesse a ser utilizada como ‘instrumento de propaganda de seitas e doutrinas’ Ghiraldelli Júnior, (2009,

⁶¹ Movimento político idealizado por Pio IX, que objetivava fortalecer a autoridade papal, e buscava a centralização das Igrejas nacionais em torno da Cúria Romana.

p.45).

Tal Constituição rompeu as relações entre o Estado e a Igreja, decretando o fim do padroado⁶² e a abolição do ensino religioso das escolas oficiais, tornando então a educação laica. Na época, a situação da Igreja foi ainda mais agravada pela presença de “três correntes ideológicas que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo” Carvalho (1990, p.9), que exerceram grande influência no projeto educacional do período republicano.

Mas, por outro lado, tal separação abriu portas para a vinda de inúmeras ordens e congregações religiosas, masculinas e femininas, oriundas da Europa, as quais se estabeleceram “efetivamente, no Brasil, a partir de 1890, vindo não só da França, como também da Itália e de outros países europeus” Nunes (1986, p.192). E, por exercerem atividades úteis à sociedade, auxiliaram na reestruturação da Igreja Católica brasileira.

De acordo com (AZZI, 1986), a instituição da República abriu as portas para que muitas Ordens e Congregações de ascendência europeia, masculinas e femininas, implantassem no Brasil institutos religiosos que se baseassem nas diretrizes tridentinas⁶³ da Igreja.

Nesse contexto tiveram destaque: dominicanos (1882), salesianos (1883), jesuítas (1890), lazaristas (1890), redentoristas (1894), verbistas e claretianos (1895), maristas (1897), franciscanos (1892), beneditinos (1903), carmelitas (1904), lassalistas (1907), as Escravas do Divino Coração (1913), Irmãs de São José de Chamberry, Irmãs da Divina Providência, Nossa Senhora do Sagrado Coração, entre outras.

Os membros das ordens ou congregações vindas para o Brasil exerciam atividades pastorais, administravam paróquias e formavam o clero, além de também atuarem na área da saúde e assistência social. Entretanto, foi com o trabalho realizado no campo educacional que a Igreja Católica enfrentou a laicidade do sistema público de ensino, quando “o episcopado brasileiro investiu suas melhores energias institucionais no estabelecimento de uma rede de escolas católicas no território nacional” sob o comando desses grupos de religiosos Dallabrida (2009, p. 78).

⁶² No século XVI, através do regime do Padroado, a Santa Sé outorgava à Coroa Portuguesa certo controle da Igreja Nacional. No Brasil, a Igreja Católica monopolizou o ensino durante o período colonial. Com a Independência do Brasil em 1822, a religião Católica é definida como religião do Estado e assegura sua influência sobre a instrução pública.

⁶³ A educação, segundo as diretrizes tridentinas, era entendida como cultivo da inteligência e de virtudes, promovendo uma educação integral que compreendia a vigilância sobre os costumes e o cuidado com o adequado desenvolvimento das faculdades da alma. Tal proposta educativa tem seus fundamentos na tradição cristã e nos preceitos do Concílio de Trento, que culminam na presença de uma concepção de ser humano como pessoa e da educação como percurso evolutivo.

A escola católica era o elemento de fundamental importância do processo de romanização, e a Igreja se utilizou de tais ações como uma estratégia para “situar-se novamente como instituição no Brasil, visando à sua auto-afirmação sem apoio ou tutela do Estado” Araújo (2007, p.103). Por isso “envidou esforços para fundar desde escolas paroquiais, até universidades católicas, passando por colégios de ensino secundário, escolas normais e profissionais” Dallabrida (2009, p.79).

Nesse sentido, a Igreja utilizou-se do saber letrado no intuito de redefinir seu papel na sociedade republicana, de forma a recuperar o poder que detinha desde os tempos coloniais, pois nesse contexto “o saber se torna, para a sociedade religiosa, sua catequese ou nas controvérsias, um meio de se definir” De Certeau (2008, p.132).

A romanização da Igreja no Brasil significou um esforço de modernização das suas estruturas para renovar o clero nos moldes ditados por Roma, no intuito de influenciar os costumes públicos e elevar a moral da sociedade.

Dessa forma, frente à perda do seu monopólio em matéria religiosa, a Igreja desdobrou sua estrutura hierárquica, vinculada estreitamente à Santa Sé, em paróquias, dioceses e arquidioceses, disseminadas no âmbito dos Estados, e estes teriam “no mínimo uma diocese, que centralizava e animava as ações pastorais em consonância com as determinações da Cúria Romana e do episcopado brasileiro” Dallabrida (2009, p.77).

Além da reestruturação institucional aludida, a Igreja segundo Mesquida (2001, p.125) também empreendeu reformas em suas ações externas para moralizar sua atuação com as massas populares. Nesse processo, as congregações desempenharam papel importante para a divulgação da doutrina católica através das ações devolvidas pelos párocos e leigos⁶⁴, que, juntos, contribuíram na luta pela defesa dos direitos da Igreja.

Nesse contexto, a paróquia passou a ser o lugar de articulação da hierarquia eclesiástica com o povo, tendo como mediador o pároco, agora fortalecido em suas práticas religiosas e políticas. O bispo foi outro ator social de suma importância nesse processo, sendo o responsável pela condução da ação pastoral da diocese e dos sacerdotes (MARTINA, 1996).

Em sua atuação, tais religiosos contribuíram para o aumento significativo do número de paróquias e dioceses em todo o país, e ainda para o estabelecimento de conventos, seminários, santuários, oratórios, escolas, enfim, tudo que possibilitasse a produção e o domínio de um espaço religioso para combater o anticlericalismo.

Após a promulgação da Constituição de 1891, a Igreja tentou estabelecer vínculos

⁶⁴ Na hierarquia da Igreja era um Membro religioso da Instituição que não recebeu o sacramento da Ordem.

não oficiais com o Estado, no entanto, não obteve sucesso. Isso propiciou o surgimento de um projeto para recuperar o seu espaço na sociedade, o que foi denominado de Restauração Católica ou Neocristandade, “uma ordem econômica, social e política sob a direção dos princípios cristãos definidos pela Igreja” Beozzo (1985, p.322).

Esse novo modelo de Igreja se configurou teoricamente no país através da publicação da Carta Pastoral de 1916, de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1950) à Arquidiocese de Olinda⁶⁵, para onde foi nomeado. Esta Carta orientou os rumos dessa instituição religiosa pelos quarenta anos seguintes.

Na prática, foi uma “reação católica” proposta pelo Cardeal Leme para reconquistar a posição de privilégio que a Igreja havia perdido com a proclamação da República e a laicização do Estado. Segundo (HORTA, 1994) tal movimento passou a ser realmente vivenciado no país a partir de 1921, quando Dom Leme foi transferido para a Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Na época, esse pontífice influenciou uma série de iniciativas culturais, organizativas e políticas ligadas à Igreja, aliando-se a um grupo de intelectuais católicos, dentre eles, Jackson Figueiredo, que, em parceria com D. Leme, promoveu a fundação do Centro Dom Vital (1922), que agregava as publicações da revista *A Ordem* (1921).

A Ordem foi peça importante para o desenvolvimento do projeto de Restauração Católica. Seus artigos se destacavam na divulgação dos princípios religiosos, do mesmo modo que apresentavam à sociedade a reafirmação dos valores da Igreja nas estruturas políticas e sociais. O nome oferecido ao periódico refletia o combate de seus líderes às doutrinas caracterizadas como a desordem social, a exemplo do comunismo e da laicização política (AZZI, 1994).

Outros intelectuais católicos também colaboraram para o fortalecimento do catolicismo no país, dentre os quais se destacavam Leonardo Van Acker, Leonel Franca, Jonathas Serrano, Everardo Backheuser, que ajudaram a estabelecer um campo fecundo para a discussão e a crítica formal contra os preceitos do liberalismo, do socialismo e da renovação

⁶⁵ Essa Carta está dividida em quatro grandes partes. Na primeira, Dom Leme identifica o grande tema sobre o qual quer chamar a atenção de seus futuros diocesanos: “Somos no Brasil uma maioria católica, mas não exercemos nenhuma influência nos destinos e na organização do País” (p. 4). Dentre outras causas, o Arcebispo destaca a ignorância religiosa, à qual dedica o restante do texto. Na segunda parte, ele aborda essa ignorância em todos os níveis, tanto entre os intelectuais (idolatria da ciência; positivismo) quanto nas camadas populares (espiritismo e superstições). Na terceira parte, destaca a instrução religiosa como meio para vencer essa ignorância: para os contemporâneos, através da pregação e da leitura; para a futura geração, através do lar, da escola católica e do catecismo. Finalmente, na última parte da Carta, o Arcebispo apresenta os cumprimentos às diversas esferas civis e religiosas de sua futura Arquidiocese. Cfr. LEME, Dom Sebastião. *Carta Pastoral*. Petrópolis: Typographia Vozes, 1916.

do ensino (GHIRALDELLI JÚNIOR., 2009).

Contudo, o auge da Restauração Católica aconteceu na Era Vargas (1930-1945), quando o Estado estreita os laços com a Igreja devido a sua força e penetração junto ao povo, já que realizava ações pastorais nos diferentes segmentos da sociedade.

Na época, a política social e educacional do Estado varguista teve o propósito de resgatar o espírito de fraternidade cristã, buscando formar uma identidade nacional e religiosa coesa em que cada instituição representaria e exerceria seu papel. Foi nesse contexto que Francisco Campos regulamentou o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras, proclamando “a mobilização de toda a Igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas [...] no sentido de apoiar o governo, pondo a serviço deste um movimento de opinião de caráter absolutamente nacional” Horta (1994, p.105).

Na opinião desse mesmo autor tal aproximação foi confirmada pela Constituição de 1934, que reatou as relações entre tais instituições, tornando o catolicismo religião oficial do Brasil, além do retorno do ensino religioso nas escolas.

Assim, neste espírito de cooperação, nos anos trinta floresceram movimentos no interior da Igreja que fortaleceram o Catolicismo no País, a exemplo da criação dos Círculos Operários em 1932 e da Ação Católica Brasileira (ACB), fundada em nove de junho de 1935 por Dom Sebastião Leme.

A Ação Católica era uma importante organização social cristã, constituída de departamentos nacionais, diocesanos e paroquiais, que teve como objetivo formar o laicato para enfrentar as novas condições impostas pelo momento histórico. Nessa perspectiva, foi enviada uma carta pelo Papa Pio IX (1846-1878) ao Cardeal Leme e aos Bispos do Brasil em 27 de outubro de 1935, na qual constavam as seguintes ressalvas:

Sendo insuficiente o Clero Brasileiro para dar assistência a todos os fieis, é necessário formar leigos na doutrina e na piedade, a fim de auxiliarem a Hierarquia dos Bispos e dos Sacerdotes no mister do ensino e da edificação dos cristãos. Essa formação deve ser metódica e em grupos que vão depois, qual o fermento evangélico, levedar toda a massa. Pacheco (1969, p.584).

Desse modo, a Ação Católica oportunizou a participação dos leigos na construção de uma Igreja mais real, cujo propósito foi mobilizar todas as classes sociais (estudantes, lavradores, operários, intelectuais), para desenvolverem atividades que fortalecessem e difundissem os princípios católicos na vida individual, familiar e social.

No Maranhão, este movimento foi organizado por Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta (1890-1982), que recebeu o Pe. Dr. Sebastião Fernandes, formado em

Roma e especialista em ‘Ação Católica’; ele veio de Minas Gerais para ministrar formação cristã a um grupo de católicos leigos (PACHECO, 1969).

Outro organismo criado pela Igreja para aproximar-se do poder político foi a Liga Eleitoral Católica (LEC), em 1932, “graças aos esforços de D. Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima” Horta (1994, p. 111). Esta instituição se estabeleceu em todos os Estados do País e teve como objetivo realizar o alistamento dos eleitores católicos e orientá-los sobre seus direitos e deveres como cidadãos, demonstrando a importância do voto para as mudanças sociais.

Nas eleições de 1933, para compor a Assembleia Constituinte, a LEC realizou uma grande campanha eleitoral em que a maioria dos candidatos apoiados por ela foram eleitos. E as propostas da Igreja Católica em defesa da indissolubilidade do casamento, da assistência religiosa às escolas públicas e de reconhecimento dos serviços da Instituição nas forças armadas foram aprovadas e incluídas na Constituição de 1934 (HORTA, 1994).

No Maranhão, a LEC elegeu para a Assembleia Legislativa 17 dos seus 30 deputados. Nessa legislatura, a 20 de abril de 1936, os representantes da instituição católica elaboraram um projeto para instituir obrigatoriamente o ensino religioso nas escolas públicas do Estado. Tal projeto foi promulgado no governo do interventor Federal, Major Carneiro Mendonça, através da Lei nº 28, de 31 de julho de 1936, baseado nos termos dos arts. 153 da Constituição Federal e 134 da Carta Constitucional do Estado (PACHECO, 1969).

Porém, as determinações com relação à incorporação do ensino religioso nas escolas, determinado pela Constituição de 1934, teve curta duração, em virtude de ter sido promulgada outra Carta Constitucional em 1937, época em houve a instauração de uma nova ordem política, baseada no autoritarismo e no conservadorismo, marcando a segunda fase do governo de Vargas, conhecida como Estado Novo (1937-1945).

A instituição desse regime trouxe novos rumos para as relações da Igreja com a política nacional, pois com o fortalecimento do executivo, o clero passou a figurar em segundo plano no governo de Vargas.

Tal fato fez com que a Igreja se fizesse presente e atuante no processo de elaboração das Leis Orgânicas do Ensino. Para executar essa proposta, foi criada pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema, através do Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938, a Comissão Nacional do Ensino Primário (CNEP), presidida por Everardo Backheuser, presidente da Confederação Católica Brasileira de Educação (GHIRALDELLI JR., 2009).

Esta comissão apresentou um anteprojeto de lei para o ensino primário, cujo objetivo centrou-se em nacionalizar o ensino elementar, como também em “opinar sobre as

condições em que deve ser dado nas escolas primárias o ensino religioso” Horta (1994, p.121).

No entanto, o anteprojeto elaborado pela comissão acima aludida não obteve êxito, uma vez que não foi “transformado em lei, e o ensino religioso [ministrado] nas escolas primárias, [...] [continuou a seguir] as regulamentações estaduais estabelecidas [...] pelo decreto de 1931 e da Constituição de 1934” Horta (1994, p.122). Isso levou o Diretor da Instrução Pública do Maranhão, Dr. João de Mattos, a publicar em 17 de maio de 1937, a Portaria nº 46, que estabeleceu o ensino religioso nas escolas primárias e secundárias do Estado como matéria facultativa no horário escolar (PACHECO, 1969).

Já a Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada em 1942, estabeleceu a inclusão da instrução religiosa no currículo oficial deste nível escolar. A elaboração do anteprojeto foi preparada pelo próprio ministro Gustavo Capanema, que em aspectos pontuais, levou em consideração os pareceres recebidos dos educadores por ele consultados, com destaque para aqueles que representavam o grupo católico, Alceu Amoroso Lima e Pe. Leonel Franca, que em suas observações fizeram referência ao currículo, ao ensino religioso e à coeducação.

Para defender os interesses das escolas confessionais católicas, foi criado em 1945, no fim do Estado Novo, a Associação de Educação Católica do Brasil (AEC), pelo Pe. Artur Alonso Farias. Esse organismo foi uma estratégia da Igreja para se manter no poder e orientar os rumos da política educacional no Brasil, quer em termos ideológicos, quer em termos de diretrizes eclesiais.

E em 1952, foi fundada, por Dom Hélder Câmara (1909-1999), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que atuou em cinco dioceses do Nordeste, por meio da educação radiofônica, propiciando coesão à Igreja, que por meio desse órgão pôde definir com clareza e unidade seus objetivos e princípios políticos perante a sociedade.

2.2 Amado seja por toda parte o Sagrado Coração de Jesus: a missão de Jean-Jules Chevalier e a fundação da Congregação

Jean-Jules Chevalier (Júlio Chevalier) foi o terceiro filho de Jean-Marie Chevalier e Louise Ory. Nasceu em 15 de março de 1824, na cidade de Richelieu, situada no extremo sudeste da região de La Touraine, na França, atualmente pertencente ao departamento do Indre-et-Loire.

No ano de seu nascimento, ocorreu a morte de Luís XVIII (1815-1824), rei da

França, que restaurou no país a dinastia dos Bourbon⁶⁶ quando retomou o trono francês; teve como sucessor o seu irmão, Conde de Artois, coroado como Carlos X (1757-1836).

Em 1815, a França testemunhou a derrota de Napoleão Bonaparte⁶⁷, que foi vencido pelos ingleses e prussianos na batalha Waterloo, forçado a abdicar do trono, foi exilado na Ilha de Santa Helena, onde morreu em 1821. Na época, a sociedade francesa vivenciava o início do período da Restauração da Igreja Católica, que se estendeu até o ano de 1830, quando voltou a estreitar suas relações com a monarquia, retomando os privilégios que detinha no período do Antigo Regime.

Foi nessa realidade que Jean-Jules Chevalier viveu sua infância, cujo pai possuía pouca escolaridade e vivia à margem da Igreja, com um mínimo de prática religiosa, tendo sido proprietário de uma padaria e vindo a falecer aos 65 anos. Já sua mãe, a Sr. Louise Ory, feirante no mercado de Richelieu e devota de Nossa Senhora, era “uma mulher muito piedosa, que dava aos filhos o exemplo da prática religiosa” Kerck (1987, p.13).

Esse ambiente familiar acabou por influenciar a espiritualidade de Jean-Jules Chevalier que teve um caráter acentuadamente marial, tornando-se um devoto fervoroso de “Nossa Senhora” e do “Coração de Jesus”.

Os estudos religiosos de Jean-Jules tiveram início quando de sua admissão no Seminário Menor do Bispado de Tours, região central da França, em meados do XIX. Lá, aos doze anos, fez a sua primeira comunhão, em 29 de maio de 1836. No entanto, sua permanência no referido Seminário foi interrompida devido às dificuldades financeiras de seus pais em custear seus estudos, quando passou a exercer o ofício de aprendiz de sapateiro até 1841.

Neste ano apareceu em Richelieu o Sr. Juste, guarda florestal do município de Vatan, que ajudou financeiramente a família de Jean-Jules, o que contribuiu para o seu ingresso, aos 17 anos, no Seminário Menor de Saint-Gaultier, um lugarejo ao sul do departamento de Indre, onde permaneceu até 1846, ano em que o seminarista foi transferido

⁶⁶ Os monarcas pertencentes à dinastia Bourbon começaram a governar primeiramente em Navarra, em 1555. E posteriormente na França, em 1589 com Henrique IV, cujo reinado se estendeu até 1792, quando, durante a Revolução Francesa, com a prisão de Luís XVI, a monarquia foi derrubada e houve o estabelecimento da Primeira República. Restaurada brevemente em 1814 e definitivamente em 1815, após a queda do Primeiro Império Francês, a Dinastia Bourbon foi finalmente derrubada na França durante a Revolução de julho de 1830.

⁶⁷ Assumiu o exército francês em 1796, aos 27 anos, ficando em seu comando por 19 anos em campanhas bélicas. Nessa época enfrentou coligações europeias e conquistou extraordinárias vitórias, se tornando uma figura importante no cenário político mundial da época, conquistando grandes partes do continente europeu. Durante seu governo modernizou a França, estabeleceu a ascensão da burguesia e promoveu a criação de uma educação pública, estatal e laica, enfraquecendo o poder da Igreja, que na época detinha o monopólio do ensino (MARTINA, 1996).

para o Seminário Maior de Bourges, e lá permaneceu até sua ordenação sacerdotal em 14 de junho de 1851. Durante os três primeiros anos de seu sacerdócio, recebeu quatro nomeações, a última delas em outubro de 1854, quando foi designado sacerdote de Issoudun, diocese de Bourges, situada na Província de Berry (COSTA, 1996).

Na época, a Igreja recuperou seu prestígio na sociedade, utilizando-se da *ação missionária* para conquistar a simpatia da população através da figura do missionário (MARTINA, 1996). Isso contribuiu para a realização do grande desejo do Pe. Chevalier que era fundar uma “Congregação Religiosa para cristianizar a população rural da França” Costa (1996, p. 11).

Para alcançar esse propósito, o sacerdote aludido passou a realizar, a partir de 30 de novembro de 1854, uma Novena de Prece à Nossa Senhora a fim de obter um sinal de aprovação de seu plano, se comprometendo por voto, caso fosse atendido, a honrar Maria Santíssima como padroeira da Congregação.

Assim, em oito de dezembro de 1854, o Pe. Chevalier recebeu do Sr. Felipe de Begny, paroquiano de Issoudun, uma doação de 20.000 francos, que foi destinado ao trabalho apostólico em prol da região de Berry, para fundar uma Casa de Missionários. Logo esse dia passou a ser considerado como a data da fundação da Congregação que foi intitulada de Nossa Senhora do Sagrado Coração, homenagem à santa protetora de sua devoção. A missão da Congregação foi propagar o carisma⁶⁸ aos mais sofridos, espiritual e materialmente.

Em virtude de Chevalier ter afeição devocional por Maria, apresentou-a como padroeira da Congregação, inspirado no “adágio ‘Per Mariam ad Jesum’ (Por Maria a Jesus), sendo ela o caminho que leva ao coração do Senhor” (KERCK, 1987, p.36). Tal devoção o levou a escolher como lema do seu grupo religioso: “Amado seja por toda parte o Sagrado Coração de Jesus”, e, seguindo o exemplo de Maria, a atitude dos missionários deveria ser pautada na compaixão, no amor e na misericórdia.

No dia da fundação da Congregação de Chevalier, a devoção mariana foi favorecida pelo novo dogma da Imaculada Conceição, declarado pelo papa Pio IX, grande incentivador do trabalho missionário (MARTINA, 1996). Esta atividade foi uma forma utilizada pela Igreja para sobrepor-se às novas expressões religiosas, garantindo assim sua presença institucional frente à separação do Estado.

⁶⁸ Segundo Mata (2010, p.100), “na tradição cristã, o carisma designa a posse ou manifestação de dons espirituais, de línguas ou proféticos”. Essa relação se manifesta através da “ação do Espírito Santo que atua, sem cessar, de modo gratuito e das mais variadas maneiras, segundo a fé e a confiança no poder de Deus”. MISSIONÁRIOS DO SAGRADO CORAÇÃO. A **caminho**: nosso sesquicentenário. v. 3..Tradução Província de São Paulo. MSC: São Paulo, 2003, p.4.

Pautado nesse propósito foi que Jean-Jules Chevalier passou a se empenhar na formação de homens que se consagrassem ao Coração de Jesus e assumissem a missão de revelar a bondade a todos os necessitados através dos ensinamentos da doutrina católica, tendo sido, portanto, os primeiros missionários de sua Congregação os padres: Jean-Baptiste Guyot (João Baptista Guyot), J. Ferdinand Durin, Mousseaux, Georgelin e Charles Piperon (Carlos Piperon), os quais foram orientados pelo “regulamento de Olier e Tronson” Kerck (1987, p.17).

As normas constitucionais da Congregação estiveram fundamentadas nas Constituições oficialmente aprovadas em Roma, chamadas de ‘Formula Instituti’ (Fórmula do Instituto) que eram as “Constituições apresentadas à Sagrada Congregação dos Bispos e Religiosos para serem examinadas, [...] e anexas ao pedido de aprovação” Kerck (1987, p.50). Tais normas foram provisoriamente aprovadas em oito de março de 1867 por meio do *Decretum Laudis* (Decreto de Louvor), reconhecendo a sociedade dos MSC como congregação religiosa de direito pontifício, isto é, instituída juridicamente com isenção do poder episcopal, tendo sua aprovação definitiva em 26 de julho de 1874.

Neste mesmo ano, vinte anos após a fundação da Congregação do Pe. Chevalier formada somente pela presença masculina, houve a criação da comunidade feminina, em atendimento ao pedido da madre superiora, Maria Francisca Lefèbre Duruflé e 13 irmãs do convento de Paris, pertencentes à fundação do Santo Nome de Jesus, para congregá-las a sua comunidade religiosa.

Esse fato se concretizou em 30 de agosto de 1874 em meio a uma missa realizada pelo Pe. Chevalier na paróquia de Saint-Cyr, quando as irmãs receberam a medalha que continha o símbolo da congregação: a imagem de Nossa Senhora, em que foram denominadas de “Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração (FNSSC)”, sendo encarregadas de desenvolver seu carisma nas Missões "ad gentes", na realização de trabalhos de assistência social, mas principalmente na condução da educação feminina.

Cabe ressaltarmos que a madre superiora, dentro da Congregação, gozava de prerrogativas importantes; tinha poder e autoridade absoluta, e era tida como “quase substituta” de Deus. Dessa forma, as demais irmãs tinham que seguir rigorosamente as suas ordens e seus conselhos, sem contradizer ou criticar. A superiora determinava a tarefa de cada Irmã, decidindo quem tinha as qualidades exigidas para lecionar, cuidar de doentes e fazer o trabalho doméstico.

Em 1875, a madre Maria Francisca desligou-se das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração, época em que a Congregação formada pela comunidade feminina ficou à

beira da ruína devido à incoerência das ações cometidas pela referida religiosa. Este fato causou a insatisfação de Chevalier, que levou a madre superiora mencionada a renunciar. A referida religiosa foi substituída pela freira Maria Felicidade. Assim, em 1882, ele reorganizou a congregação formada pela presença feminina com o auxílio de Maria Luísa Hartzer⁶⁹ sua cofundadora.

Mas, numa segunda-feira, em 21 de outubro de 1907, às 17h30min, falece em Issoudun na Província de Berry, na França, o Pe. Jean-Jules Chevalier. Nesse tempo, “sua congregação contava com 750 membros, dos quais 300 eram sacerdotes, 250 irmãos leigos, e 200 escolásticos” Kerck, (1987, p.197).

Os seguidores de Chevalier, após sua morte deram continuidade a sua obra, espalhando a todos os povos do mundo o amor por Cristo. Nesse sentido, (COSTA, 1996) afirma que as FNSSC atualmente contam com províncias localizadas na Austrália, França, Holanda, Bélgica, Irlanda, Itália, Espanha e Brasil. E os Missionários do Sagrado Coração desenvolvem suas atividades na América do Norte, África, Ásia, Europa, Oceania e América Latina.

A Congregação francesa de Nossa Senhora do Sagrado Coração chegou ao Brasil no início do século XX e instalou-se primeiramente em Minas Gerais. Sua presença vinculou-se ao movimento de reforma que o episcopado mineiro estava implementando, a fim de criar uma Igreja homogênea e centralizada. Então buscou meios para que a instituição se tornasse a mais presente e importante da sociedade.

Nesse cenário, os Missionários do Sagrado Coração, os padres Adriano Van Iersel e Ludovico Kauling, da Província Holandesa, vieram ao Brasil em 1911, a pedido de Dom Antônio Augusto de Assis (1863-1961), bispo da Diocese de Pouso Alegre, no sul do Estado, para assumirem a direção do Colégio Diocesano (COSTA, 1996).

A partir de 1915, estenderam suas atividades pelo noroeste de São Paulo, desenvolvendo por longo tempo obras importantes, a exemplo da construção da Escola Apostólica de Pirassununga (1931), da casa do Noviciado em Itapetininga (1937) e finalmente do Escolasticado em São Paulo (1941). Já no período de 1946 a 1954, foi criada a Província Brasileira dos Missionários do Sagrado Coração.

Em 1954 a Congregação também ampliou suas atividades para o sudoeste de Minas, criando seminários, construindo capelas e desenvolvendo obras assistenciais, com o

⁶⁹ Nasceu em 27/8/1837 em Wissemburgo, no Nordeste da França, 16/2/1858 e casou-se com Victor Hartzer com quem teve dois filhos: Victor Ferdinand Hartzer e Léopold Hartzer, que posteriormente se tornam Missionários da Congregação de Nossa Senhora do Sagrado Coração.

objetivo de intensificar a vida cristã por meio de uma pastoral catequética regular, pela criação de associações religiosas e por incremento da participação nas práticas sacramentais.

Em 1926, chegaram para administrar Itajubá os MSC João Batiste Van Rooyen e seu colaborador Paulo Hartgers, vindos da Província Holandesa. Dentre as suas realizações, reformaram a Igreja Matriz da cidade, fundaram a Liga Católica Jesus Maria José, as Congregações Mariana e a de Santa Ignez, além de também incentivar a Cruzada Eucarística e a Congregação das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração.

As FNSSC⁷⁰, provenientes da Província Francesa, chegaram ao Brasil, mas especificamente em Alfenas, Minas Gerais, em 16 de dezembro de 1920, a convite do padre João Batista Van Rooyen, que na época era provedor da Casa de Caridade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do município. A Congregação veio ao País para servir na Santa Casa de Misericórdia e no Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Todavia, com o falecimento do pároco Paulo Hartgers (1/2/1933), colaborador do sacerdote João Batiste, chegou a Itajubá, em 1934, o Pe. Arnaldo Geerts que deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelos MSC durante dois anos, pois em 1936 foi nomeado Delegado Provincial, com poderes especiais para o governo das obras dessa Congregação no Brasil, ampliando suas atividades para as regiões paulistas e fluminenses. Assim, foi substituído pelo pároco José Willing, da Província Alemã, que construiu novas igrejas e capelas rurais nesse município.

Depois outros missionários da Congregação vieram para essa cidade, onde desenvolveram trabalhos de grande importância social, quando da construção da Granja Escola Wenceslau Neto (30/4/1951), para dar assistência aos menores desamparados, e do Colégio Itajubá.

Devido às inúmeras ações desenvolvidas por eles no município, Itajubá, recebeu a denominação de “Cidade Eucarística e Cidade Mariana” Costa (1996, p.23). Nos anos posteriores, os MSC estenderam suas atividades para outras cidades mineiras, como Belo Horizonte, Muriaé, Miradouro, Juiz de Fora, Contagem e Mariana.

O reconhecimento pelo trabalho prestado por esses religiosos “ocorreu oficialmente em 12 de setembro de 1996, através do Projeto de Lei nº 768, de autoria do vereador da Câmara Municipal de Itajubá, Geraldo José Canha, que lhes concedeu o Diploma de Honra ao Mérito” Costa (1996, p. 24).

Nos dias atuais, os MSC realizam suas obras em 164 cidades brasileiras,

⁷⁰ A ausência nominal das primeiras Irmãs pertencentes à Congregação feminina do Pe. Julio Chevalier a chegar ao Brasil se deu face à impossibilidade de acesso à documentação que as identificassem.

distribuídos nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Ceará, Paraná, Pará, Piauí, Mato Grosso, Tocantins, Bahia e Maranhão. E as FNSSC desenvolvem seus trabalhos no Distrito Federal (Brasília), Maranhão (Mirinzal e Apicum-Açu), Minas Gerais (Divinópolis, Alfenas e Itajubá), Paraná (Curitiba, Capanema e Barracão), no Rio de Janeiro, São Paulo (Vila Formosa, na Zona Leste e em Campinas)⁷¹.

2.3 Semeadores de esperança em Pinheiro: Missionários do Sagrado Coração

Como política expansionista do domínio da Igreja, foi criada a Prelazia da Baixada Ocidental Maranhense em 22 de julho de 1939 e instalada no dia 20 de abril de 1940, pelo “Decreto de Execução”, baixado pelo Revmo. Dom Benedito Masella, por decisão da Nunciatura Apostólica do Brasil, atendendo à solicitação de Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, Arcebispo Metropolitano de São Luís do Maranhão (1936-1944).

Inicialmente, a cidade de Viana se credenciou para receber a instalação da sede da Prelazia, mas em razão da interferência política do desembargador Elizabetho Barbosa de Carvalho, reforçada pelo apoio do Pe. Newton Inácio Pereira⁷², primeiro sacerdote a presidir a paróquia de Pinheiro, expuseram à Arquidiocese Metropolitana de São Luís que o município pinheirense reunia melhores condições para instalação dessa organização benemerita da Igreja Romana, além de também apresentar maior carência de assistência espiritual. Tais motivos contribuíram para que Pinheiro fosse escolhido como sede da nova Prelazia.

Esta passou, a partir de então, a ser denominada Prelazia Nullús de Pinheiro, criada pela Bula pontifícia “Ad maius Christifidelium” do Papa Pio IX, em 22 de julho de 1939, tendo sido desmembrada da Arquidiocese de São Luís e da Prelazia de São José de Grajaú⁷³, hoje Diocese de Grajaú. A Prelazia pinheirense se constituiu de nove municípios⁷⁴, “numa área total de 27.460 Km², em que viviam [...] cerca de 36.000 habitantes [...] entregues à responsabilidade dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus” Meireles (1960, p.323).

Na época da criação da Prelazia Nullús de Pinheiro, houve a eclosão da Segunda Guerra Mundial na Europa (1939-1945), fato que retardou a vinda dos Missionários e de Dom

⁷¹ NOSSA história...nossa origem. In: FILHAS DE NOSSA SENHORA DO SAGRADO CORAÇÃO.

⁷² Ordenado padre em oito de dezembro de 1929 e enviado a Pinheiro pelo Arcebispo Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, faleceu em 1952.

⁷³ Primeira Prelazia do Maranhão, criada a 10 de fevereiro de 1922 e confiada aos capuchinhos lombardos, que desde 1893 trabalhavam na Diocese de São Luís.

⁷⁴ Alcântara, Bequimão, Cândido Mendes, Carutapera, Cururupu, Guimarães, Santa Helena, Turiaçu e Pinheiro (a sede). Atualmente, além das cidades aludidas, foram incluídos outros municípios para formar a referida Prelazia. São eles: Bacuri, Cedral, Guimarães, Mirinzal, Palmeirândia, Peri-Mirim, Santa Helena e São Bento.

Afonso Maria Ungarelli, que havia sido nomeado desde primeiro de junho de 1940 como Administrador Apostólico da nova Prelatura. Então, nesse intervalo, foram nomeados dois Administradores Apostólicos para o prelado recém-criado, o primeiro, Dom Carlos Carmelo, que assumiu o cargo de 1940 a 1944, e o segundo, o Pe. José Maria Lemercier (ver anexo 4), vigário capitular da Arquidiocese de São Luís que exerceu a função de 1944 a 1946.

E, em “15 de agosto de 1946, festa de Assunção de Nossa Senhora” Furtado Filho (2003, p.74) chegou a Pinheiro o Administrador Apostólico, o Pe. Dom Afonso Maria Ungarelli (1946-1975), autorizado por Carlos Chiarlo para tomar posse da Prelazia de Pinheiro, chefiando o primeiro grupo de Missionários do Sagrado Coração.

Figura 4 - Chegada dos padres italianos à Pinheiro, 1946



Fonte: SOARES, José Jorge. Lugar das Águas: Pinheiro 1856-2006, p.168.

A ilustração acima revela a chegada dos Missionários do Sagrado Coração à Pinheiro, vindos da Itália, para disseminar a devoção católica, supervalorizando o culto a Maria através dos trabalhos que desenvolveriam nas suas respectivas paróquias. Foram eles os padres Cornélio Marie Dan, Fiorini Fiorino, Umberto Giungarelli, Augusto Mozzetti, Fernando Meloselle, Pierpaolo Sambalino e o irmão leigo Giuseppe Preziosa, presididos por Dom Afonso Maria Ungarelli.

Vestidos com suas batinas pretas, encontravam-se a bordo de um barco a vela

denominado “Duque de Caxias”, único meio de transporte disponível para chegar à cidade. Aportaram às margens do Rio Pericumã, Faveira, no Armazém Santa Cruz às 23 horas, mas o desembarque só ocorreu às duas horas da madrugada, com o auxílio da canoa cedida pelo proprietário da referida mercearia, capitaneada pelo senhor apelidado de Mulatinho. Essa demora se justificou pela baixa da maré que interferia no regime fluvial do Pericumã, dificultando a ancoragem da embarcação, pois na época ainda não havia sido construída a comporta do município (GOMES, 2004).

Posteriormente, os Missionários aludidos foram designados por Dom Afonso para assumirem suas respectivas paróquias nos municípios que compunham a Prelazia, tendo sido nomeado como administrador apostólico de Pinheiro o Pe. Fernando Meloselli, auxiliado por Pe. Pierpaolo Sambalino e pelo irmão leigo Giuseppe Preziosa (Frei José) (SOARES, 2006b).

Esses religiosos, considerados como “semeadores de esperança” passaram a desenvolver a partir de 1947 obras para fortalecer as práticas religiosas no meio social pinheirense. Nesse sentido, foi fundado nesse ano, pelo bispo Dom Afonso, o Seminário São José, voltado para a clientela masculina, que teve como finalidade formar jovens para compor o quadro eclesial da Igreja. Esta ação era uma forma de ajudar na reestruturação e na afirmação dessa instituição religiosa na sociedade; a escola era vista como um importante instrumento para legitimar os ideais da religião católica.

Portanto, a Igreja vendo a escola católica como lugar de educação integral passou a desenvolver projetos educativos fundamentados na doutrina cristã, e confiou à escola confessional católica a missão de realizar um projeto educativo à luz da fé e dos ensinamentos de Jesus Cristo. Então, foi fundada em Pinheiro, em 1950, uma escola paroquial: *Nossa Senhora do Sagrado Coração*, cujo objetivo era moralizar a criança por meio da educação religiosa e da vivência cristã, integrando ciência e fé, razão e espiritualidade.

2.4 A Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração para evangelizar e moralizar a infância pinheirense

Os estabelecimentos de ensino de caráter primário, implantado nas paróquias pelo episcopado eclesial, eram chamados de escolas paroquiais. Estas eram consideradas pela Igreja uma estratégia de evangelização de suma importância “na cruzada contra as escolas públicas laicas instituídas pelo regime republicano” (Dallabrida (2009, p.80).

Assim, foi fundada em 1º de janeiro de 1950, pelo Pe. Fernando Meloselli (MSC), responsável pela paróquia de Pinheiro, uma escola paroquial denominada de Nossa Senhora

do Sagrado Coração, em homenagem à padroeira da Congregação a qual pertencia o referido pároco. Esta escola funcionou inicialmente no turno matutino e seu objetivo principal era amparar as crianças mais pobres da freguesia. Seu projeto educacional compreendeu o primário elementar e complementar, como também o jardim de infância.

A instalação em Pinheiro da educação pré-primária foi uma inovação trazida pelos missionários ao município, sendo o primeiro jardim oficial da cidade, chamado de Nossa Senhora do Sagrado Coração voltado para o atendimento de crianças de 4 a 6 anos de idade. Segundo Kuhlmann Júnior (2007, p.474) era “o primeiro estágio do ensino primário [...] [e cumpria o] papel de ‘moralização’ da cultura infantil, de educar para o controle da vida social”, por isso o seu funcionamento foi atrelado à escola primária paroquial.

O Pe. Fernando Meloselli elaborou o Estatuto da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, que foi constituído das seguintes seções: 1. Instituições e fins 2. Direção 3. Uniforme, 4. Disciplina 5. Programa 6. Livros, cancelaria e contribuições 7. Horário e abertura das aulas 8. Regulamento Religioso. As normas e regras que abrangeram a disciplina, o ensino e a organização deveriam ser seguidas pelos alunos e funcionários da instituição⁷⁵.

A fundação do educandário teve a colaboração e a aprovação do bispo da Prelazia, Dom Afonso Maria Ungarelli. Para o funcionamento da escola paroquial, foi adquirida a casa do Sr. Armindo Campos (ver Fig.5), situada na Rua Benjamin Constant, em frente à Praça Pe. Newton Pereira, no bairro da Matriz, local hoje ocupado pela Casa Paroquial.

Figura 5 – Prédio da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, 1950.



Fonte: Arquivo particular do Colégio Pinheirense.

⁷⁵ CIDADE DE PINHEIRO. Pinheiro, 1 de janeiro de. 1950, ano 29, p.2.

A ilustração 5 revela que as instalações do prédio em que funcionou a Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração eram simples, adaptadas para fins escolares. A escola constituía-se de cinco salas de aulas amplas e arejadas através das janelas laterais da referida construção, e foi inaugurada em 28 de fevereiro de 1950.

A manutenção da instituição advinha das contribuições fornecidas por meio da colaboração mensal de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros), de responsabilidade dos pais ou responsáveis dos alunos matriculados na escola, como também da Província Italiana, da Prelazia de Pinheiro e do próprio dinheiro arrecadado pela Igreja durante as celebrações litúrgicas (TOMBO, Grupo Paroquial NSSC, Pinheiro, 1950, p. 5).

Devido à ausência das freiras da Congregação, responsáveis pelo magistério primário, o Pe. Fernando Meloselli juntamente com o bispo Dom Afonso contrataram um grupo de professoras leigas tanto para assumir a direção quanto para ministrar a docência na escola paroquial. Desse modo, foi confiada a diretoria e a regência da 3ª série à Srª. Raimunda Marques Reis, que também ficou responsável pela matrícula dos alunos, pelo horário escolar, regulamento disciplinar e pela orientação pedagógica. As demais professoras ficaram assim distribuídas: Terezinha Ramalho, com a docência no Jardim de Infância, Maria de Lourdes Freitas e Zuíla Corrêa, nas primeiras séries, e Aurelina Catarina, no 2º ano (TOMBO, Grupo Paroquial NSSC, Pinheiro, 1950, p. 3).

As docentes mencionadas ficaram responsáveis por ministrar o currículo escolar da instituição, que seguiu o mesmo programa de ensino adotado nas escolas primárias do governo do Estado, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 11 – Programa das disciplinas do ensino primário da escola paroquial “Nossa Senhora do Sagrado Coração”⁷⁶

ELEMENTAR	COMPLEMENTAR
Leitura; Linguagem Oral e Escrita	Leitura; Linguagem Oral e Escrita
Iniciação à Matemática	Aritmética e Geometria
Geografia	Geografia e Noções de Geografia Geral
História do Brasil	História do Brasil e História da América
Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho	Conhecimentos das atividades econômicas da região
Para o sexo feminino: Trabalhos Manuais	Para o sexo feminino: Trabalhos Manuais e Noções de Economia Doméstica
Desenho	Desenho
Canto Orfeônico	Canto Orfeônico

⁷⁶ Quadro elaborado pela autora.

Educação Física	Educação Física
Estudo da Religião, da História Sagrada e do Evangelho	Estudo da Religião, da História Sagrada e do Evangelho

Fonte: Livro de Tombo da Escola Paroquial “Nossa Senhora do Sagrado Coração”, 1950.

O quadro acima expõe que a organização do programa escolar estava posto de acordo com a modalidade do ensino primário que o aluno cursava, elementar ou complementar, cujo propósito era modelar as novas gerações fundamentadas nos valores cívico-nacionalistas permeados pelos ideais educativos ancorados na moral religiosa.

Com a finalidade de oferecer uma educação integral, o programa de estudos da escola paroquial foi organizado através das disciplinas que propagavam os valores cívicos e patrióticos, ensinados nas aulas de História do Brasil, de Educação Física e Canto Orfeônico, como também foi dada importância ao ensino da Religião, da História Sagrada e do Evangelho como forma de moralizar a infância.

Pudemos constatar que no programa de estudos da escola paroquial, o Ensino Religioso substituiu a disciplina Educação Moral e Cívica, que era a responsável anteriormente por moralizar os costumes. Este fato foi constatado nos programas de ensino das escolas primárias pinheirenses discutidas no primeiro capítulo desta dissertação.

Sendo assim, de acordo com o programa de estudos (ver Quadro 11), a escola paroquial pretendia contemplar uma formação integral, física, intelectual, moral e religiosa de forma a internalizar as práticas de conduta predominantes no ideário nacionalista difundido desde a Era Vargas e que perdurou até o período da República Nova (1946-1964).

Também podemos constatar, através das práticas simbólicas que aconteciam no âmbito escolar da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, que havia a aliança entre os preceitos nacionalistas e religiosos realizados e celebrados nas comemorações cívicas e festas escolares, conforme detalhado a seguir:

Foi solenemente comemorado o ‘Dia da Pátria’ com um magnífico desfile. Pela manhã foi realizada primeiramente uma missa campal na Praça da Matriz em que as crianças desta escola apresentaram um coral entoando cânticos de louvor a Nossa Senhora, o que foi muito apreciado pelos presentes. Após a cerimônia religiosa os alunos saíram em marcha pelas principais ruas da cidade, empunhando as bandeiras da Pátria, da Igreja e da escola cantando hinos patrióticos. A tarde realizou-se na Praça [...] [aludida] uma demonstração física com exercícios de ginástica e jogos diversos muito apreciados pelos assistentes. Nossa Senhora Sagrado Coração. (1953, p. 22).

Notamos nesta cerimônia que as atividades desenvolvidas pela Instituição criavam um ambiente propício à propagação dos ideais morais e religiosos, inerentes a Congregação

de Nossa Senhora do Sagrado Coração, o que diferenciava a proposta educacional desta escola daquela dos demais estabelecimentos de ensino existentes. Nesse sentido, as celebrações cívicas e religiosas iam ao encontro de preceitos formativos nacionalistas e cristãos, realizados e executados no espaço escolar por indivíduos na mais tenra infância, formando um cidadão patriótico dotado de espírito cristão.

Já em outra solenidade realizada em 1952, nas dependências da escola paroquial, aconteceu uma celebração de cunho eminentemente católico, denominado de Mês de Maria, conforme texto a seguir:

Pela primeira vez foi celebrado com a máxima devoção e solenidade nos dois estabelecimentos de ensino da escola paroquial o mês de maio consagrado a Maria Santíssima. Houve uma verdadeira porfia entre os alunos em honra a nossa Mãe do Céu. Foram construídos nos salões principais das escolas [a do bairro da Matriz e a do Centro da cidade] lindos altares nos quais foi colocado o andor a imagem de Maria onde todas as manhãs os alunos chefiados pelas professoras se reuniam para oferecerem hinos de louvor a Nossa Senhora e depositar suas orações. Nossa Senhora do Sagrado Coração (1952, p. 14).

Ante o exposto, percebemos que, na celebração, eram utilizados símbolos e rituais representativos da tradição histórica e religiosa da Igreja Católica, que os divulgava no espaço escolar para a formação da alma nacional e cristã. A manifestação acima aludida representava a sacralização da educação realizada através de uma simbologia teológica feita por meio de um apelo ritualístico e imagético que visava demarcar uma identidade nacional, cultural e religiosa.

De acordo com (MENDES, 2011), a proposta educacional da escola paroquial agradou, logo em sua origem, grande parte dos pais, que viam unidas numa só Instituição duas características importantes na formação das crianças pinheirenses: o ensino e a religião, fato este que os deixava tranquilos por seus filhos estarem nas mãos de religiosos.

Acreditamos que a credibilidade do educandário perante a sociedade foi um dos fatores que contribuiu para o aumento significativo no número de matrículas, pois no primeiro ano de funcionamento da escola foram matriculados 180 alunos: 36, no 3º ano; 45, no 2º; 69, no 1º e 30, no Jardim de Infância. Já em 1951, a clientela aumentou para 316 estudantes: 100, no jardim; 82, no 1º ano; 51, no 2º; 50, no 3º; 27, no 4º e seis, no 5º ano. Nossa Senhora Sagra do Coração (1950, p. 10).

De acordo com as fontes catalogadas, constatamos que a constituição da clientela da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração veio transferida dos diferentes

estabelecimentos de ensino primário⁷⁷ que funcionavam na época no município.

Em função do crescimento da instituição, os MSC compraram, em 1951, a residência do Sr. Josias Peixoto de Abreu, na Av. Getúlio Vargas, local privilegiado por se localizar no centro da cidade. No imóvel passou a funcionar no turno matutino o Jardim Infância e a turma feminina, e no vespertino, o laboratório denominado “Nossa Senhora do Sagrado Coração”, para as práticas das atividades de Trabalhos Manuais.

O aumento no número de discentes e de estabelecimentos de ensino da escola paroquial levou os Missionários a contratarem professoras leigas (ver Fig. 6) para integrarem o quadro docente da escola. Segundo (AMORIM, 2012), a limitação de 25 alunos em cada sala e a saída de algumas colegas de trabalho por motivos pessoais também contribuiu para a ocorrência desse fato.

Figura 6 – Corpo docente da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, 1952⁷⁸



Fonte: Arquivo digital do NEDHEL.

Nessa imagem, visualizamos dezesseis das professoras que constituíam o corpo

⁷⁷ Como tratamos no Capítulo anterior, os estabelecimentos de ensino que ofereciam educação primária eram escolas de primeiras letras, escolas isoladas, grupos escolares e escolas reunidas.

⁷⁸ A identificação das pessoas na foto foi realizada por Aurelina Catarina Amorim e Deny Reis Leite, a quem prontamente agradecemos pela colaboração.

docente da escola paroquial no ano de 1952, eram elas: 1.Aurelina Catarina Amorim, 2. Darly Durans, 3.Francisca Lobato, 4.Glorinha Costa, 5.Gracinha Moreira, 6.Lizete Beckman, 7.Luzia Freitas, 8.Maria Alice Moreira, 9.Maria Leonete Bezerra, 10.Maria do Rosário Cordeiro, 11.Maria dos Prazeres Dias, 12.Maria da Natividade Costa, 13.Maria Helena Costa Soares, 14.Neoline Bezerra, 15.Raimunda Amorim e 16.Terezinha da Costa Leite Guterres.

Ainda referente à imagem, destacamos que as professoras se encontravam uniformizadas com blusa de mangas curtas na cor branca e saia de prega azul; provavelmente o seu uso era devido à necessidade de expressar mais seriedade e recato à sociedade. Sentadas ou de pé, apresentavam-se muito discretas, fato percebido na postura das pernas e dos braços. Conforme (LEITE, 2006), a moda predominante na época era o uso dos cabelos curtos, redondo, com franjas, e, se ondulados, partidos de lado. Daí o uso desse penteado pelas docentes anteriormente ilustradas.

A questão de recato nas vestes era um fator de suma importância para os Missionários do Sagrado Coração, sendo exigido também dos alunos da escola em discussão, que deveriam se apresentar igualmente uniformizados no estabelecimento de ensino, de modo que sua farda se assemelhava à das professoras ilustradas na Figura 6, diferenciando-se apenas no uso da gravata, das iniciais “NS” (Nossa Senhora), da imagem de um coração, gravados no peito esquerdo, e do sapato colegial preto em modelos específicos para meninos e meninas, Nossa Senhora do Sagrado Coração (1950, p. 2).

Na época, Dom Afonso mantinha estreita relação com as lideranças políticas locais, Elizabetho Barbosa de Carvalho, que nesse tempo era Secretário do Interior, Justiça e Segurança, e Clodoaldo Cardoso, que exercia o cargo de Assistente Procurador Geral do Estado. Estes facilitaram a implantação da Diocese pinheirense e a expansão das atividades educacionais da Congregação.

Essas lideranças, usando de sua influência e de seu prestígio político, articularam com governador Eugênio Barros (1951-1956) para que fossem feitas concessões ao educandário católico, o que começou a se concretizar a partir de 1951, quando o referido chefe do poder executivo sancionou a Lei nº 727, em 28 de dezembro, concedendo subvenção de Cr\$ 20.000.00 (vinte mil cruzeiros) à referida escola. Nesse mesmo ano, promulgou o Decreto nº 841, em 27 de dezembro, autorizando a equiparação da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração às escolas públicas primárias estaduais.

O relacionamento entre a Igreja e as lideranças políticas do município facilitou a expansão e a divulgação de suas atividades, contribuindo para o aumento significativo no número de matrículas da escola, que no ano de 1952 passou a atender 480 discentes. Destes,

somente no Jardim foram matriculados 193 crianças; no 1º ano, 87; no 2º, 67; no 3º ano, 69; no 4º ano, 40; e no 5º, 24 alunos.

Outra ação empreendida por Dr. Elizabetho Barbosa de Carvalho com o governo Estado, em prol dessa instituição, foi ter colaborado, em 1952, para que integrasse o corpo docente da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração a professora normalista, a Srª. Teresinha da Costa Leite Guterres (Fig. 7), que se distinguia das demais porque possuía capital escolar diferenciado (BOURDIEU, 2007).

Figura 7 – A normalista, Terezinha da Costa Leite Guterres, 1951



Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, 3 de setembro. 1956. C.5, Edição do Centenário, p.1.

Nessa imagem, a superioridade da professora Terezinha Soares Costa Leite Guterres se encontra simbolizada por meio do vestuário e da aquisição do diploma escolar, enquanto instrumentos de certificação formal, que retratavam seu mérito pessoal atestando sua formação cultural, comprovando seu nível de escolaridade e proporcionando-lhe

valorização e prestígio no meio profissional.

Portanto, a posse do diploma se constituiu para esta normalista um recurso para lhe dar acesso ao exercício do magistério na esfera pública. Na época, o procedimento utilizado era o da livre nomeação pela autoridade executiva, governador ou prefeito, que obedeciam principalmente a critérios políticos para a indicação daqueles que deveriam ser nomeados.

No entanto, a interferência ocorrida na ocasião da nomeação da Sr^a Terezinha Soares Costa Leite Guterres foi caracterizada pela disputa do domínio político local, cujas relações de poder se encontram descritas no relato a seguir:

Quando fui nomeada para exercer a docência no município de Pinheiro, aconteceu um fato muito curioso, duas personalidades muito importantes no cenário político maranhense na época, o Sr. Orlando Leite⁷⁹ e o jurista Elisabetho Barbosa de Carvalho desencadearam um impasse sobre o local em que deveria exercer minha atividade docente. O primeiro determinou que deveria assumir a diretoria do Grupo Escolar Odorico Mendes e o segundo queria que eu trabalhasse com os padres italianos na Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração. Essa indecisão fez com que o governador Eugênio Barros sustasse minha nomeação até que a questão fosse resolvida. Como não podia perder este emprego, pois era de família pobre e meus pais fizeram um sacrifício sobreumano para que concluísse meus estudos, então resolvi ir ao fórum municipal em São Luís falar com o Des. Elisabetho no qual lhe contei minha vida [...] disse de que família era e que gostaria de ser designada para a escola paroquial porque não me sentiria bem sendo diretora das minhas ex-professoras no grupo escolar. Portanto, estava ali para lhe pedir que intercedesse junto Exmo. Sr. Governador sobre minha nomeação. Então, a partir desta exposição de motivos nos dirigimos até o palácio do governo no qual fui apresentada a esta autoridade governamental como a moça da polêmica da nomeação para a cidade de Pinheiro. Na ocasião, apresentei as razões de não aceitar trabalhar no estabelecimento de ensino que foi determinado por Orlando Leite, sendo auxiliada pela interpolação do desembargador que me acompanhava. Nesse momento, o então governador virou-se para o Dr. Elisabetho e disse: eu perco uma batalha mais não perco a guerra, vou nomear essa moça para escola paroquial⁸⁰.

Constatamos, na fala da depoente, que a obtenção do diploma não garantiu sua entrada no mercado de trabalho, apesar de se constituir como um diferencial que legitimava seu nível de escolarização. Também se fez necessário estabelecer relações sociais com os diferentes segmentos sócio-políticos para a obtenção da nomeação em cargos públicos.

⁷⁹ Orlando José da Silveira Leite nasceu em Brejo dos Anapurus, Maranhão, em 20 de novembro de 1913. Era o terceiro dos doze filhos do casal Flávio Borges Leite e Francisca das Chagas da Silveira Leite. Mudou-se com a família para São Luís em janeiro de 1927, lugar em que viveu durante toda a sua vida. Casou-se em 24 de julho de 1937 com a pinheirense Maria da Conceição Soares, motivo que propiciou sua ligação com a cidade de Pinheiro. Foi Bacharel em Direito e no decorrer de sua vida pública exerceu os seguintes cargos: Inspetor de Educação do Município de São Luís (1930-1938), Chefe de Gabinete do governador Eugênio Barros (1951-1952), Procurador do Tribunal de Contas do Estado (1953), Deputado Estadual (1954-1958). Faleceu aos 76 anos em 15 de abril de 1989.

⁸⁰ Entrevista concedida pela senhora Terezinha Soares da Costa Leite Guterres em 5 /6/2011 às 16h, em São Luís-MA.

Tais relações eram manipuladas pela prática do clientelismo⁸¹ político, assentado na troca de favores, sendo o cargo público nesse contexto usado como um importante instrumento de mercantilização, em que a estrutura governamental, aqui representada na figura do governador Eugênio Barros, fez uso da “utilização patrimonial do Estado” Reis (2007, p.51), concedendo benefícios na forma de empregos, em troca de apoio político.

Com o mesmo propósito, Elisabetho e Orlando Leite se sustentavam numa relação de dominação baseada na centralização política por eles intermediadas, pela relação que dispunham em face dos interesses econômicos e políticos mantidos com o governo. Então exerciam, ao mesmo tempo, a função de mediação entre poder local e poder central, visando a seu próprio fortalecimento (MICELI, 2001).

A atuação de Elisabetho na ocasião se baseou naquilo que (HOLANDA, 1995) denominou de “cordialidade”, ou seja, tratar a coisa pública com os critérios do interesse particular. A ocorrência no interior das instituições estatais desse tipo de relação fez com que os compromissos assumidos descartassem totalmente os interesses sociais, já que o “apadrinhamento” teceu uma rede de trocas em que o favorecimento de ambas as partes sobrepôs-se aos interesses coletivos.

O Des. Elisabetho Barbosa de Carvalho atuando como um “homem cordial” Holanda (1995, p.146), intercedeu pela referida professora ao Governador Eugênio Barros, para que fosse desconsiderado o pedido feito por Orlando Leite, aludido no relato anterior, o que lhe permitiu acumular certo prestígio na sociedade local.

No testemunho, a depoente foi considerada um agente histórico, e sua visão acerca da experiência e dos acontecimentos sociais pelos quais passou ressaltou sua valorização nesse contexto quando de sua nomeação para a Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração no ano de 1952, em que ficou responsável pela docência do 5º ano na referida escola.

Em 1953, a matrícula na escola paroquial chegou a aproximadamente 900 alunos. Esse crescimento levou Dom Afonso Maria Ungarelli a São Paulo buscar as primeiras Irmãs Missionárias Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração. Foram elas: Maria Adélia, Maria Geralda, Maria Suzana, Vera Maria e a Madre Maria Dolores, que vieram a Pinheiro para assumir a direção e integrar o corpo docente da escola paroquial, cuja chegada se tornou um acontecimento na cidade.

A matéria abaixo, que tratou dessa novidade de forma entusiástica, ocupou quase

⁸¹ “Tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” Carvalho (1997, p.233).

a metade da primeira página do jornal Cidade de Pinheiro em 19 de janeiro de 1953:

VERDADEIRA APOTEOSE A CHEGADA DAS IRMÃS EM PINHEIRO

Foi com verdadeiro júbilo que o povo de Pinheiro recebeu as irmãs de N. S. do Sagrado Coração, que vieram á nossa terra para realizarem e concretizarem uma das maiores inspiração do pinheirense: o Ginásio, tendo como principal incentivador o nosso amado bispo Dom Afonso Maria Ungarelli, pelo seu esforço e abnegação tem procurado trabalhar pelo engrandecimento dessa gleba. Graças também ao nosso incansável vigário Pe. Fernando Meloselli, que com sua sábia orientação tem contribuído para todas as boas iniciativas, que se tem idealizado entre nós.

A CHEGADA

Foi uma verdadeira consagração pública a chegada das irmãs, toda a nossa população viveu momentos de intensa alegria, quando às 7h30min em ponto, a bordo do táxi aéreo Nossa Senhora das Graças, chegaram as duas primeiras freiras acompanhadas de S. Excia. Dom Afonso Maria Ungarelli.

Um pouco mais tarde chegava no mesmo aparelho, a irmã superiora acompanhada de outras duas irmãs. A massa humana que compareceu a esse espetáculo de fé cristã, então no auge de seu contentamento, vibrou numa explosão de imensa alegria.

ORADORES

Acompanhadas pela multidão, se dirigiram para o prédio do Aerocampo ‘Salgado Filho’ [...]. Em nome da nossa população falou o governador da cidade, Sr. Raimundo Marcelino Ferreira, [...] da satisfação que o povo sentia em recebê-las; apresentado-lhes os votos de bôa vinda, entregou-lhes a chave da cidade.

Também usou da palavra em nome da juventude pinheirense a Srta. Yolanda Leite Moreira, que disse da satisfação da mocidade desta terra, em ver concretizado o seu sonho.

Em seguida falaram em nome da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, a Srta. Aurelina Catarina Amorim, e em nome das crianças pinheirenses, a garota Iolete Beckman Soares⁸².

Por meio da matéria jornalística acima descrita, percebemos que a chegada das irmãs pertencentes à Congregação de Nossa Senhora do Sagrado Coração a Pinheiro simbolizava a elevação do capital cultural da sociedade escolarizável, pois tinham como finalidade proporcionar uma educação cristã às crianças e jovens da região de acordo com os preceitos católicos.

Nesse contexto, as mulheres foram eleitas, religiosas ou não, como perfeito veículo de transmissão de valores católicos e cristãos, tendo sido responsabilizadas por “guiar a infância e moralizar os costumes” Almeida (2004, p.61). Este fato justificou a vinda das referidas irmãs a Pinheiro. Portanto, conforme a proposta da Congregação, caberia a elas a docência no Curso Primário.

Outra particularidade mencionada na matéria acima, foi relacionar a chegada das religiosas, responsáveis pela prática pedagógica da Congregação, à fundação de um ginásio, objeto do nosso terceiro capítulo, no município de Pinheiro, justificada pela ausência desse

⁸² CIDADE DE PINHEIRO, 19 de janeiro. 1953. Nº 1.542, Ano XXXII, p.1.

nível de escolarização na cidade, uma vez que o governo do Estado na época priorizava a expansão do ensino primário “e para tanto investiram na formação e profissionalização dos professores dessas escolas, por meio da implantação e da modernização das escolas normais” Dallabrida (2009, p.82).

Com a chegada das religiosas, a direção da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração ficou sob a responsabilidade da madre Maria Dolores, e as demais freiras passaram a integrar o corpo docente da instituição. Ainda no decorrer do ano de 1953, outras religiosas da Congregação, vindas de São Paulo, chegaram a Pinheiro para compor o quadro do educandário, quais sejam: as irmãs Ana Maria, Maria Rute Swerts Costa e Vera Lúcia.

No mesmo ano, houve a inspeção nos educandários mantidos pelos MSC realizada pela Diretoria da Instrução Pública do Estado, que constatou o funcionamento de suas atividades exercidas em prédios próprios, além de contar com um número expressivo de professores e crianças matriculadas. Este fato contribuiu para que o governador Eugênio Barros expedisse o Decreto de nº 973 em 16 de dezembro do referido ano, determinando que a *Escola Paroquial* passasse a ser denominada a partir de então de *Grupo Escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração*. Essa titulação era vista na época como o modelo ideal de escola republicana, o que coroou a ação dos missionários em Pinheiro.

III CAPÍTULO

UMA EDUCAÇÃO PARA A ELITE: o Ginásio Pinheirense



Os MSC, as FNSSC, professoras do Grupo Escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração e do Ginásio Pinheirense acompanhados dos ginásianos.

Fonte: Arquivo particular do Colégio Pinheirense.

A constituição educacional do município de Pinheiro, no período compreendido entre o ano de 1920 a 1950, foi formada por um conjunto de estabelecimentos de ensino advindos tanto da iniciativa privada quanto do poder público, cujas ações possibilitaram o acesso à educação daqueles que fizeram parte da sociedade escolarizável da época.

Tais empreendimentos educativos abrangeram escolas de caráter primário e tentativas de institucionalizações de ensino secundário⁸³, que mesmo com as dificuldades estruturais e pedagógicas já relatadas nos capítulos anteriores contribuíram para o alargamento da oferta educacional pinheirense.

Depois das experiências de escolarização já discutidas, consolidou-se no município, ainda no início da década de 1950, por meio da instalação de um ginásio privado católico, o ensino secundário, que se constituiu um evento relevante para a história da educação de Pinheiro.

Neste Capítulo, discutiremos a partir das fontes localizadas, escritas e orais, as ações políticas e os dispositivos de controle e expansão da escolarização secundária no país, situando nesse contexto o Ginásio Pinheirense, buscando identificar sua criação, estrutura organizacional, bem como explicitar suas principais práticas e realizações estabelecidas dentro e fora do espaço escolar.

3.1 A contextualização do ensino secundário

No sistema educacional do país, foram introduzidas mudanças significativas entre os anos 1940 e 1960 que contribuíram para sua reorganização. Tal manifestação se iniciou com a criação das ‘leis orgânicas do ensino’⁸⁴, também conhecidas como “Reforma Capanema”, cujo propósito foi estabelecer uma política nacional única, mas que de certo modo oficializou o dualismo educacional após sua promulgação, fragmentando a escola e delineando caminhos diferenciados à clientela segundo a classe social.

Nessa concepção, havia a existência de um sistema de ensino secundário que manteve duas estruturas de educação paralelas e distintas: um destinado ao aluno pobre, o técnico-profissional (constituído dos cursos Industrial, Comercial, Agrícola e Normal) e o outro, para a elite, o curso ginásial e o colegial, com ensino propedêutico voltado à preparação

⁸³ Como tratamos no Capítulo I, houve a fundação em Pinheiro do Instituto Pinheirense em 21 de maio de 1922, criado por iniciativa de Elisabetho Barbosa de Carvalho, Josias Peixoto de Abreu, Clodoaldo Cardoso e Basiliano de Castro Adonico Barroca, o qual encerrou suas atividades em setembro do ano já mencionado.

⁸⁴ Constituíram-se de seis decretos-leis, os quais regulamentaram o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola.

ao ensino superior (FREITAS; BICCAS, 2009; GHIRALDELLI JR., 2009; SOUZA, 2008).

A manifestação do ensino profissionalizante no País data do século XIX, época em que foram criadas as Casas de Educandos Artífices⁸⁵ (1840-1850) e em 1909 as Escolas de Aprendizes Artífices, mas somente a partir da década de 1930 a educação profissionalizante voltou ao debate no cenário nacional quando teve início o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1937). Nessa época, também, foram criados o Ministério do Trabalho, o da Indústria e Comércio e houve a implantação da Reforma Francisco Campos, em 1931, que instituiu o Ensino Comercial voltado a atender às classes trabalhadoras, mas que não dava acesso ao curso superior.

Na década de 1940, a educação profissional ganhou novo impulso durante a gestão do ministro da Educação Gustavo Capanema⁸⁶, visto que este deu novo direcionamento ao ensino profissional com a criação, em 1942, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), fato que marcou a institucionalização de uma política nacional e sistemática da formação técnica (GHIRALDELLI JR., 2009; ROMANELLI, 2010).

Já o ensino secundário, desde a sua gênese não esteve destinado a atender às classes populares, mas aos filhos da elite, sendo o responsável por encaminhá-los para as profissões liberais mais valorizadas da sociedade; somente ele dava acesso à universidade, tornando este nível de ensino elitista, pois nele imperavam privilégios e princípios bastante discriminatórios.

Tais princípios norteadores estiveram evidenciados na própria legislação educacional, desde a Reforma de Francisco Campos (1931), sendo reforçada pela Reforma Capanema, mediante o Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 a qual expressava que esse nível de ensino se destinava a preparar “os homens que assumiriam maiores responsabilidades dentro da sociedade e da nação, portadores de concepções que seriam infundidas no povo” Nunes (2000, p.40).

De acordo com a Lei Orgânica, o ensino secundário ficou estruturado em dois ciclos. O primeiro chamado Ginásial, com duração de quatro anos, ofereceu aos adolescentes elementos fundamentais do ensino secundário, cujo currículo compreendeu as áreas de

⁸⁵ Foi uma organização de princípios militares que tinha um esquema de aprendizagem pautado na hierarquia e disciplina voltada para atender às camadas mais pobres da sociedade, ou seja, o que se entendia como excluídos, órfãos, abandonados e desvalidos (CASTRO, 2007).

⁸⁶ Gustavo Capanema Filho (1890-1985) iniciou sua carreira como advogado e professor na Escola Normal de Pitangui (MG), sua terra natal. Teve uma vida política bastante diversificada (vereador, deputado e senador), tendo assumido a pasta da Educação e Saúde Pública no período de 1934-1945 (VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 99).

Línguas, Ciências e Artes. O segundo ciclo, denominado Colegial, com três anos de duração, foi subdividido em curso Clássico, voltado para as letras e humanidades, e o Científico, direcionado para as Matemáticas e as Ciências. Ambos tinham como objetivo “consolidar a educação ministrada no curso ginasial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la” Brasil (1942, p. 21).

A finalidade do ensino secundário, de acordo com a Reforma Capanema, foi formar a personalidade integral dos adolescentes, acentuar e elevar a consciência humanística e dar preparação intelectual geral que poderia servir de base a estudos mais elevados de formação especial. As aulas desse nível de escolarização seriam ministradas em dois tipos de escolas: o Ginásio (destinado a ministrar o primeiro ciclo) e o Colégio, que oferecia simultaneamente o primeiro e o segundo ciclo.

A partir da década de 1950, a escola secundária passou por um processo de modernização. Neste período o Brasil ajustava-se à nova lógica mundial do pós-Guerra, em busca do desenvolvimento e da modernidade nacional. Esse contexto foi denominado por Nunes (2000, p.35) de ‘novos tempos’, devido ao fato de que nessa época foram promovidas mudanças importantes em todo o país, as quais perpassaram pelos campos sociais, políticos⁸⁷ e econômicos⁸⁸.

As transformações ocorridas na época basearam-se no discurso desenvolvimentista de ‘redemocratização’ (PARENTE, 2000, p. 381-408 apud Vieira; FARIAS 2007, p.103), apoiado numa política de cunho populista⁸⁹ e nacionalista que visou à articulação entre industrialização, desenvolvimento científico e renovação educacional⁹⁰.

O processo de redemocratização propiciou o retorno da educação secundária ao debate nacional. Tal manifestação ocorreu devido às camadas pertencentes às classes médias pressionarem o governo a ampliarem a rede de estabelecimentos públicos de ensino, “particularmente no que se referia à possibilidade de acesso à escola secundária desejada por ser considerada como passagem natural à escola superior” Nunes (1979, p.30).

Este fato ocasionou, naquele período, uma nova expansão do ensino secundário,

⁸⁷ Com o surgimento de novos partidos como PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PSD (Partido Social Democrático) e UDN (União Democrática Nacional) (GHIRALDELLI JR., 2009).

⁸⁸ Época em que houve a criação do SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia); do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) atualmente BNDES; PETROBRÁS e da SUDENE (Superintendência do desenvolvimento do Nordeste) (VIEIRA; FARIAS 2007).

⁸⁹ O populismo é um “estilo de política onde o líder que reivindica representar os sentimentos verdadeiros do povo, e suas aspirações, o faz, em geral retoricamente, contra o que está estabelecido, e para tal procura se identificar diretamente com a população, sem a mediação de partidos, se pondo contra regras de elites ou regras de organizações estrangeiras” Ghiraldelli Júnior (2009, p.88).

⁹⁰ Acerca dos avanços educacionais esboçados para esta fase ver VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Política Educacional do Brasil. Brasília: Liber Livro, 2007. cap.5.

no entanto, mais marcada pela intervenção do poder estatal, que, além de oferecer o aumento do número de estabelecimentos desse nível escolar também empreendeu ações para organizá-lo e aperfeiçoá-lo, que foram realizadas nos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

No governo de Vargas, foram instituídas as Leis de Equivalência⁹¹, a CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário) e o Fundo Nacional do Ensino Médio, criado em 1954 (SOUZA, 2008). Já na gestão de Juscelino Kubitschek, a ênfase foi dada ao ensino técnico-profissionalizante, que propiciou o ingresso imediato dos estudantes no mercado de trabalho, favorecendo a integração do homem na desejada civilização industrial (CUNHA, 1991). Estas ações coadunaram-se com a ideologia desenvolvimentista vivida no período.

Cabe ressaltarmos que as iniciativas governamentais quanto à expansão das escolas secundárias, entre as décadas de 1950 e 1960, foram insuficientes para estender este nível de escolarização a todo o país, cabendo seu alargamento à iniciativa privada, representada principalmente pela Igreja Católica, que, na época configurou-se como um aparelho político-ideológico do Estado (NUNES, 1979).

O poder político, por sua vez, voltou a ver na Igreja um apoio de grande valia para a defesa da ideologia desenvolvimentista vigente. Esta manifestação refletiu diretamente na relação dos indivíduos com a religião e na reconfiguração das esferas do público e do privado, o que propiciou à instituição religiosa produzir estratégias e práticas que ajudaram a construir não só sua imagem perante a sociedade, por meio de suas representações⁹², mas também do setor governamental.

Nesse cenário, a doutrina católica, entendida como elemento da cultura no processo das relações sociais, seria para o Estado um instrumento capaz de garantir a preservação da ordem e a legitimação do autoritarismo através da transmissão de valores ligados à religião, à família, à moralização dos costumes, que serviram de subsídio ao discurso propagado nessa fase.

Durante esse momento histórico, três elementos contribuíram para reforçar o poder da Igreja: a concentração episcopal em torno da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o ativismo social dos movimentos leigos e a composição da Comissão

⁹¹ Sobre as leis de Equivalência ver BRAGHINI, K. M. Z. **O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ EHPS. São Paulo, 2005.

⁹² Conceito baseado em Chartier (2002, p.20) que a define como “instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é”.

Central da CNBB. Tal fortalecimento viabilizou a supremacia da Igreja na manutenção das escolas que ministraram o ensino secundário no país, através da “atuação das ordens e congregações católicas formadas por mão de obra especializada, com dedicação exclusiva e fervor missionário, que teceram uma rede de colégios de abrangência nacional” Dallabrida (2009, p.82).

Estes religiosos, sob a tutela do alto clero, contribuíram na configuração escolar dos anos de 1950 e 1960 com o desenvolvimento de uma vasta rede de escolas particulares, visto que “das 4.600 escolas secundárias do Brasil, 60% pertenciam a Igreja” Nunes (1986, p.200). Inserido nesta estatística se encontrou o Ginásio Pinheirense, escola de caráter secundário, fundada em Pinheiro por iniciativa da Congregação dos Missionários do Sagrado Coração (MSC).

Tal instituição foi estruturada para atender às necessidades dos filhos da elite, por meio da priorização da produção e reprodução de uma cultura geral distintiva, própria para ornamento e símbolo da alta sociedade, de modo que o rigor desta formação humanística visou, antes de tudo, preparar os estudantes para o ingresso no ensino superior.

3.2 A criação do Ginásio Pinheirense

A fundação da escola ginásial em Pinheiro deveu-se à iniciativa de Dom Afonso Maria Ungarelli (MSC), que teve o propósito de atender à reivindicação da população local, que se ressentiu da ausência do ensino secundário no município, como demonstrou matéria veiculada no jornal Cidade de Pinheiro:

[...] a necessidade de um estabelecimento de ensino secundário, entre nós, a fim de que pudesse a nossa mocidade completar os seus estudos iniciados nas escolas de curso primário faziam [...] rapazes e senhoritas desta terra, procurarem [...] as casas de instrução secundária de São Luís, sendo que alguns de melhores recursos rumavam para outros Estados [...]. No entanto, outros ficavam privados da continuação dos seus estudos em face da impossibilidade, [...] de meios de retirar-se desta cidade.⁹³

As justificativas para tal solicitação foram baseadas na ausência de uma escola de nível secundário em Pinheiro, o que impossibilitava aos jovens do município dar continuidade a seus estudos.

Este fato ocasionava o deslocamento daqueles que possuíam capital econômico

⁹³ A instrução em Pinheiro. *Cidade de Pinheiro*, Pinheiro, 3 de set. 1956, Caderno 5, p. 1.

para outras cidades em busca de escolarização, enquanto as famílias com poucos recursos financeiros ficavam impedidas de formar seus filhos no ensino secundário devido aos altos custos para mantê-los estudando em outro local.

Tal situação despertou na sociedade local o desejo da instalação em Pinheiro de um ginásio escolar, não só para atender aos filhos da terra, mas também a alunos advindos das cidades vizinhas, os quais, na sua maioria, não continuavam os estudos por não terem condições de deslocamentos para outras cidades.

No intuito de suprir tal desejo, Dom Afonso Maria Ungarelli criou no cenário educacional pinheirense um ginásio, escola secundária de nível intermediário entre o primário e o superior, voltado para o atendimento do primeiro ciclo, que compreendeu um curso de formação geral, com duração de quatro anos.

Entretanto, vale ressaltarmos que, em princípio, a escola se direcionou apenas para o atendimento do sexo feminino em regime de externato, pois seguia as deliberações da “encíclica *‘Divini Illius Magistri’*⁹⁴, do Papa Pio XI, publicada em 1929, que condenava a educação mista, especialmente no ensino secundário, frequentado por adolescentes” Dallabrida e Carminati (2007, p.20).

Mas em virtude de a instituição educacional em discussão ter sido o único estabelecimento de ensino na época a oferecer o curso ginásial no município, tornou-se imperativo que a direção escolar estendesse o acesso desse nível de escolarização também ao sexo masculino, reservando-se o direito de criar turnos separados em função do gênero para o atendimento da demanda escolar.

Nesse sentido, muitas pessoas se empenharam para a implantação do Ginásio Pinheirense, incluindo pais, autoridades locais, pessoas influentes do meio político e social do município, a exemplo da ex-professora do Grupo Escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração, a Sr^a. Teresinha da Costa Leite Guterres, conforme relato que segue:

Depois da fundação da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, surgiu à ideia de instituir uma escola ginásial na cidade, e por ter trabalhado na secretaria da escola Rosa Castro, na capital do Estado, entendia muito bem dos tramites legais de como fundar um colégio. Além disso, tinha relações de amizade com o Secretário de Educação na época, o Sr. Luís Rêgo. Então, contribuí para a fundação do Ginásio Pinheirense e participei da realização do primeiro exame de admissão à primeira série do curso fundamental do ensino secundário.

⁹⁴ Na Encíclica *Divini Illius Magistri* a educação é concebida como uma obra sobrenatural e natural, a qual refletia os princípios educacionais estabelecidos por Roma, razão pela qual a educação pertencia à Igreja, e ao Estado cabia o direito de promovê-la (LIMA, 1978).

O pano de fundo desse depoimento evidenciou que a entrevistada, através dos seus conhecimentos com relação aos trâmites burocráticos, auxiliaria na implantação da escola ginásial no município, pois as relações pessoais afetivas estabelecidas com o responsável pela direção geral da instrução pública no Estado, à época, o professor Luís de Moraes Rêgo, facilitaria ultrapassar os obstáculos impostos pela burocracia.

Após ter cumprido as exigências governamentais, houve a fundação do Ginásio Pinheirense, em 7 de março de 1953⁹⁵, sob a tutela da Congregação masculina apoiada pelas Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração, instaladas no município. Este fato implicou a Pinheiro o reconhecimento no cenário educacional do *status* de convergência e de referência do ensino secundário na Baixada Maranhense.

Ocorre que havia uma distribuição desigual do número de estabelecimentos que ofereciam o ensino secundário no Maranhão nas décadas de 1950 e 1960, os quais estiveram mais concentrados na Capital, enquanto o interior do Estado se encontrava em situação de inferioridade, fato constatado no quadro que segue.

Quadro 12 – Estabelecimentos de ensino secundário do Maranhão, 1948⁹⁶

MUNICÍPIO	ESCOLAS	CARÁTER
São Luís	Colégio Estadual do Maranhão – Liceu Maranhense	Público Estadual
“	Escola Normal do Estado	“
“	Ginásio Maranhense São Francisco de Paula	Particular
“	Colégio Santa Teresa	Particular
“	Colégio São Luís	Particular
“	Ginásio Rosa Castro	Particular
“	Ginásio Ateneu Teixeira Mendes	Particular
Caxias	Ginásio Caxiense	Particular
Carolina	Ginásio do Sertão Maranhense	Particular

Fonte: Departamento Estadual de Estatística, 1948, p. 213e 214; Mensagem de Sebastião Archer da Silva apresentada a Assembleia Legislativa do Estado, 1949, p.80.

Verifica-se no Quadro (12) que, no Maranhão, dos nove empreendimentos educacionais secundários existentes na capital, sete eram de caráter privado, e apenas dois deles eram públicos e mantidos pelo governo do Estado: o Colégio Estadual do Maranhão e a Escola Normal.

Já no interior do Estado o déficit de estabelecimentos secundários era bastante

⁹⁵ Neste mesmo ano, o governador Eugênio Barros, através da Lei nº 934, de 31 de julho, mudou a denominação da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública (SENESP) para Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura (SENEC).

⁹⁶ Quadro elaborado pela autora.

expressivo, pois havia apenas duas escolas em funcionamento na época que ofereciam esse nível de escolarização, uma localizada na Zona do Itapecuru⁹⁷ na cidade de Caxias, e outra, em Carolina na Zona do Tocantins⁹⁸, deixando desprovidas de tais instituições as demais regiões⁹⁹ demográficas do Estado.

Após estas colocações e diante da distribuição dos estabelecimentos de ensino secundário, podemos afirmar que a expansão da rede escolar secundária maranhense foi oportunizada pela iniciativa privada. Nesse contexto, se encontra inserida a fundação do ginásio escolar instalado em Pinheiro, na região da Baixada Maranhense, cuja implantação na história da cidade teve relevância e foi destacada nos relatos de memória das entrevistadas, quais sejam:

A iniciativa de Dom Afonso em fundar um ginásio alterou completamente a vida do município, uma bênção para a pobreza de Pinheiro que aproveitou a oportunidade para dar prosseguimento aos estudos. [...] Foi uma explosão de conhecimentos que contribuiu para que muitos alunos conquistassem a formação universitária¹⁰⁰ (AMORIM, 2012).

[...] Foi uma obra de grande importância para o povo pinheirense, porque contribuiu para a elevação intelectual da mocidade. O curso oferecido pela instituição era muito bom, o aluno saía do ginásio realmente preparado, visto que a educação lá ministrada não devia em nada para as escolas da Capital¹⁰¹ (LEITE, 2012).

Nas reminiscências das ex-alunas, percebemos a relevância dada por elas à implantação da escola no contexto histórico da cidade, sendo apontada como centro de formação cultural, se caracterizou na época, como um espaço em que se vivenciou a aprendizagem de saberes e habilidades com base preparatória para o ingresso nos cursos superiores.

Buscando concretizar esse propósito, a Prelazia de Pinheiro, adquiriu a antiga residência do Sr. Josias Peixoto de Abreu¹⁰² para o funcionamento do tão desejado ginásio (ver Fig. 8). O prédio localizava-se na área central da cidade, na Rua Luís Domingues, esquina com a Josias Abreu; era um local privilegiado porque abrigava as classes sociais mais favorecidas economicamente, como também os estabelecimentos comerciais mais importantes da época.

⁹⁷ Formado pelos municípios de Caxias, Buriti Bravo, Codó, Colinas, Coroatá, Curador, Itapecuru-Mirim, Mirador, Passagem Franca e Timbiras.

⁹⁸ Constituído dos municípios de Carolina, Imperatriz e Porto Franco.

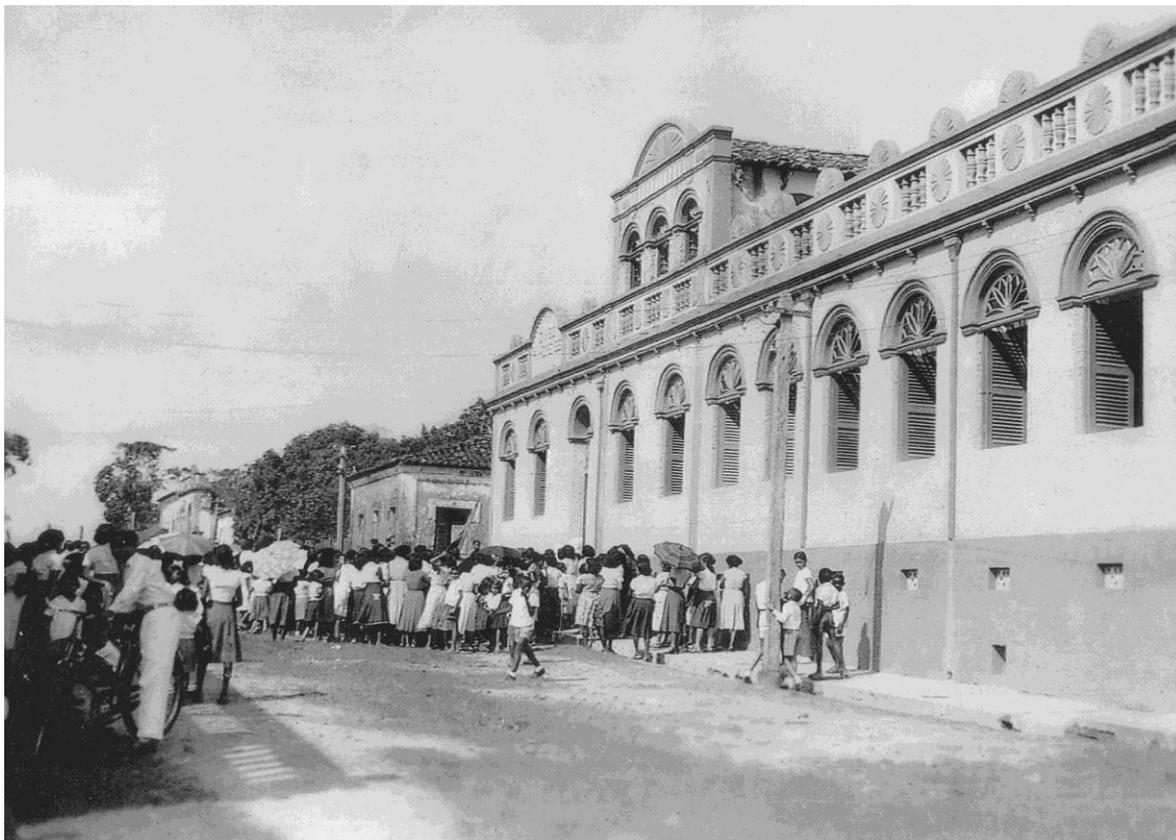
⁹⁹ Litoral Nordeste, Litoral Norte, Baixada Maranhense, Baixo Mearim, Baixo Parnaíba, Médio Mearim, Alto Parnaíba, Alto Mearim, Zona do Pindaré e do Gurupi (MARANHÃO, 1948, p.63-65).

¹⁰⁰ Entrevista concedida por Aurelina Catarina Amorim em 9/1/2012 às 10:00 da manhã em sua residência, em Pinheiro-MA.

¹⁰¹ Entrevista concedida por Deny Reis Leite em 6/1/2011 às 14h30 da tarde, em Pinheiro, MA.

¹⁰² CIDADE DE PINHEIRO. Pinheiro, 3 de setembro. 1953. Caderno 3, Edição do Centenário, p.4.

Figura 8 – Prédio do Ginásio Pinheirense, 1955.



Fonte: Arquivo particular do Colégio Pinheirense.

O casarão imponente onde funcionaram as instalações da escola atendeu aos requisitos da construção e do aparelhamento escolar determinado pelo art. 84 do Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, sendo, portanto, constituído de um pátio, onde eram realizadas as atividades de Educação Física; cantina; uma biblioteca denominada Gonçalves Dias¹⁰³; salas de aulas, da administração, do professor, entre outros ambientes necessários para que a educação acontecesse de forma social e ativa (RELATÓRIO, 1953, p.5).

O prédio para o funcionamento do Ginásio Pinheirense foi adaptado a uma arquitetura escolar, de modo a atender às finalidades pedagógicas exigidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC)¹⁰⁴. Estas exigências estiveram pautadas nos termos do artigo nº 128 da Portaria nº 501, de 19 de maio de 1952, que determinava a inspeção dos estabelecimentos secundários com a intenção de padronizá-los, devido ter sido exigidos requisitos mínimos para concessão de autorização preliminar de funcionamento.

¹⁰³ Inaugurada em 19/3/1953, cujo acervo foi constituído de 950 livros provenientes da área de História e Literatura.

¹⁰⁴ A alteração ocorrida em 1953 de MESP para MEC através do Decreto-Lei nº 1.920, com a separação na instância federal da educação e saúde (WERLE, 2009; ABREU, 2005).

A realização da inspeção foi de extrema importância para o reconhecimento e legalização do Ginásio Pinheirense, pois somente a partir desse trâmite poderia ser obtida a validade do curso oferecido perante os órgãos oficiais da Educação, no Estado e nos demais territórios da federação.

Para cumprir as exigências da inspeção federal, veio a Pinheiro, em março de 1953, a mando do Ministério da Educação e Cultura, o Sr. Dr. Luís Gonzaga de Araújo, que realizou a vistoria da instituição do ponto vista financeiro, administrativo, docente e físico, com o propósito de verificar se o Ginásio Pinheirense preenchia as exigências necessárias para a concessão preliminar¹⁰⁵.

Naquele tempo, Dom Afonso Maria Ungarelli encontrava-se politicamente apoiado em âmbito local pelo Procurador-Geral do Estado, Des. Elisabetho Barbosa de Carvalho, como também em nível estadual, pelo Deputado Costa Rodrigues. Esta aliança entre tais lideranças e a igreja foi mediada pela materialização da troca de favores em prol de apoio político, em que tais atores facilitaram a viabilização dos trâmites legais para concessão preliminar do funcionamento do Ginásio Pinheirense.

Após esta ação, o Ginásio Pinheirense foi visitado e avaliado pelo Inspetor Federal anteriormente citado, o que lhe propiciou receber a permissão condicional da Divisão de Ensino Secundário (DESE), que expediu a Portaria nº 424, de 31 de maio de 1953, para o exercício das atividades educativas “por um prazo de no mínimo dois anos; posteriormente, mediante nova avaliação positiva, [...] conquistar o *status* da equiparação ou inspeção permanente” Dallabrida e Carminati (2007, p.17).

Com a autorização de funcionamento, o Ginásio Pinheirense realizou, em 15 de março de 1953, a cerimônia inaugural de suas instalações com uma grande festa que durou todo o dia e aconteceu em dois momentos.

Pela manhã, houve a realização de uma missa na Igreja Matriz celebrada pelo Bispo D. Afonso Maria Ungarelli, em que se fez presente toda cúpula eclesiástica da Congregação, Pe. D'Angelo Emílio, superior provinciano dos MSC, Pe. Fernando Meloselli, Pedro Paulo Sambalino, e as Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração, Maria Adélia, Maria Dolores, Maria Geralda, Maria Suzana e Vera Maria, além dos estudantes e professores do Ginásio Pinheirense, o prefeito municipal o Sr. Raimundo Marcelino Ferreira (1952 -1956) e demais autoridades locais.

Às 18 horas, nas instalações da escola houve o corte da fita simbólica de

¹⁰⁵ CIDADE DE PINHEIRO. Pinheiro, 15 de março. 1953. nº 1550, ano32, p.1.

inauguração da Instituição, pelo Des. Elisabetho Barbosa de Carvalho, que na solenidade representou o governador do Estado, Eugênio Barros (1952-1956). Também esteve presente na cerimônia o Sr. Dr. Luís Gonzaga de Araújo, Inspetor Federal¹⁰⁶.

Apesar de a escola em estudo ter cumprido as condições necessárias para implantar o ensino ginasial, ainda havia outros mecanismos estabelecidos pelo governo federal para o funcionamento deste estabelecimento educacional, tais como a criação de um Regimento Interno destinado a organizar a rotina escolar, bem como o seu regime disciplinar.

Nessa direção, D. Afonso redigiu o Estatuto Interno do Ginásio Pinheirense, que se constituiu em normas prescritivas e de condutas que regulamentaram as funções, direitos, deveres e penalidades dos diferentes atores que formavam a comunidade escolar. Esse mecanismo demarcou as práticas desejadas, a serem cumpridas por esses sujeitos, bem como a sua conseqüente vigilância aos cumprimentos de tais imposições.

Tal instrumento constitui-se de doze seções formadas pelas seguintes partes: 1. Das finalidades, 2. Da organização; 3. Da administração geral; 4. Secretaria; 5. Tesouraria; 6. Corpo docente; 7. Corpo discente; 8. Orientação educacional; 9. Penalidades; 10. Vida escolar; 11. Contribuições; 12. Escrituração e arquivo¹⁰⁷. Além desses itens, o Regulamento ainda previa as condições para a realização do exame de admissão, a época das inscrições do referido exame, o valor da mensalidade e a constituição do uniforme escolar.

Com relação à realização dos exames pelos alunos, estes eram de três ordens: de admissão, de suficiência e de licença. O de admissão era obrigatório ao candidato que quisesse ingressar no ensino secundário. Ele fez parte da legislação educacional do País de 1931 a 1971, cujas leis sofreram alterações através dos sucessivos decretos e portarias,¹⁰⁸ que apresentaram além das regras gerais, período e forma dos exames, a documentação exigida para inscrição, o detalhamento dos conteúdos das provas e, inclusive, da correção.

Durante os quarenta anos de sua existência, o exame de admissão funcionou como “linha divisória decisiva entre a escola primária e a escola secundária” Nunes (2000, p.45), como lembrou a ex-aluna da turma de 1953 do Ginásio Pinheirense, Marieta Franco de Sá:

Na época, ao concluir o primário, o aluno que quisesse cursar o ginásio tinha que fazer uma seleção, uma espécie de vestibular chamado Exame de Admissão, que determinava quem estava apto ou não para ingressar no ensino secundário. Ele era

¹⁰⁶ CIDADE DE PINHEIRO. Pinheiro, 15 de março. 1953. n.º 1550, ano 32, p.1.

¹⁰⁷ CIDADE DE PINHEIRO, Pinheiro, 15 de fevereiro. 1953. n.º 1546, ano 32 p.4.

¹⁰⁸ DECRETO n.º 19.890, de 18 de abril de 1931; DECRETO n.º 21.241, de 4 de abril de 1932; DECRETO n.º 22.106, de 18 de novembro de 1932; PORTARIA n.º 142, de 24 de abril de 1939; DECRETO-LEI n.º 1.750, de 8 de dezembro de 1939; PORTARIA n.º 479, de 30 de novembro de 1940; PORTARIA n.º 193, de 13 de maio de 1950; PORTARIA n.º 325, de 13 de outubro de 1959; LEI n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

obrigatório pela lei da educação tanto em Pinheiro quanto em qualquer lugar do Brasil¹⁰⁹.

Observamos nesse registro de memória que a realização do exame de admissão foi uma padronização determinada pelo governo federal a todos os estabelecimentos de ensino secundário, o que obrigava os alunos à execução de provas escritas e orais, que permitiam a aferição mais exata das condições reais do candidato ao curso secundário.

Nesse sentido, tais provas funcionaram como instrumentos legais que garantiam o acesso, ou não, ao curso secundário constituindo-se tanto como um meio de confirmação da escolarização realizada em nível primário quanto um mecanismo seletivo e classificatório oficializado pela política educacional da época (ROMANELLI, 2010).

Após ingressar no ginásio o aluno passava a realizar os exames de suficiência durante os quatro anos de duração do curso. Estes exames tiveram a finalidade de habilitá-lo e promovê-lo à série posterior, e, no caso de estar cursando o último ano, capacitá-lo para prestar os exames de licença, como determinava a Lei Orgânica do Ensino Secundário:

Art. 48. Os exames de suficiência de cada disciplina compreenderão, no caso de habilitação para efeito de promoção, uma primeira e uma segunda prova parcial e uma [...] final, e no caso de habilitação para efeito de prestação dos exames de licença, somente uma primeira e uma segunda prova parcial.
Parágrafo único. As provas parciais versarão sobre a matéria ensinada até uma semana antes da realização de cada uma, e a prova final sobre toda a matéria ensinada na série. Brasil (1942, p.28).

Baseado no Decreto-Lei de 1942, o Exame de Suficiência foi constituído por exercícios e provas, parciais e finais, realizados em sala de aula ao longo do ano letivo. As parciais eram escritas,¹¹⁰ aplicadas pelo professor da disciplina, e aconteciam em duas chamadas, a primeira realizada em junho e a segunda em outubro, esta facultada aos alunos que não compareceram à primeira, cuja necessidade da ausência deveria ser comprovada.

Já as finais eram orais, com exceção das disciplinas relacionadas ao ensino das Artes, e aconteciam em duas épocas: dezembro e fevereiro, perante uma banca examinadora. No entanto, ficava impedido de realizar os referidos exames o aluno que tivesse como resultado dos exercícios e das provas parciais, no conjunto das disciplinas, média inferior a três ou frequência insuficiente.

Ao término do curso ginasial, o aluno ainda realizava o Exame de Licença, que comprovava a conclusão dos estudos de primeiro ciclo, e acontecia no decurso dos meses de

¹⁰⁹ Entrevista concedida em 27/4/2012 às 17h da tarde em sua residência, Pinheiro-MA.

¹¹⁰ Salvo as de Desenho, Trabalhos Manuais e Canto Orfeônico as quais eram aplicadas as provas práticas.

dezembro e de janeiro, também perante uma banca examinadora constituída pela respectiva direção da instituição que realizava tal inspeção.

O programa para realização deste exame era expedido pelo ministro da Educação, e incluía prova escrita de caráter eliminatório para as disciplinas de Português, Latim, Francês, Inglês e Matemática, oral para Ciências Naturais, História Geral e do Brasil, e prática para Desenho.

A seletividade do ensino ginásial foi agravada pelos tipos de exames acima discutidos, pois, além de definir o tipo de aluno que teria acesso ao ensino secundário, ainda determinava as normas para a permanência e concessão do diploma.

É importante ressaltarmos que a exigência da prestação de exames foi uma prática recorrente no cotidiano do Ginásio Pinheirense, a começar pelo ingresso na instituição, que aconteceu por meio da realização do Exame de Admissão.

Para candidatar-se a esse processo, o aluno deveria atestar no ato da inscrição certidão de registro civil e idade de 11 anos completos ou a completar até o dia 30 de junho do ano do requerimento, conforme determinava o Regimento Interno da referida escola.

A primeira execução desta experiência pela Instituição aconteceu em fevereiro de 1953, e sua divulgação ocorreu no jornal Cidade de Pinheiro que informou local, horário e as disciplinas selecionadas, como demonstra o quadro que segue.

Quadro 13 – Horário para o exame de admissão ao Ginásio Pinheirense, 1953¹¹¹

PROVAS ESCRITAS		
HORA	DATA	DISCIPLINA
8:00 as 10:00	sexta-feira (20/2/1953)	Português e Matemática
8:00 as 10:00	sábado (21/2/1953)	História e Geografia
PROVAS ORAIS		
HORA	DATA	DISCIPLINA
7:30 as 9:30	segunda-feira (23/2/1953)	Português e Matemática
7:30 as 9:30	terça-feira (24/2/1953)	História e Geografia

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, 22 de fevereiro. 1953. nº 1547, p.39.

Durante quatro dias do mês de fevereiro, os candidatos a uma vaga no Ginásio Pinheirense realizaram as provas, que foram de dois modos: orais e escritas, e compreenderam as disciplinas de Português, Matemática, História e Geografia “a aprovação [...] tinha uma importância equivalente à aprovação nos exames vestibulares ao ensino superior” Nunes (2000 p.45).

¹¹¹ Quadro elaborado pela autora.

A realização do referido exame aconteceu na presença de uma banca de examinadores formada pela Irmã Vera Maria, diretora da instituição, professora Sr^a. Teresinha da Costa Leite Guterres e pelo Sr. Francisco José de Castro Gomes, inspetor fiscal. Também contribuíram na execução dessa atividade a Irmã Superiora das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração, Madre Maria Dolores, e o Pe. Fernando Meloselli¹¹².

Compareceram ao exame 59 candidatas, sendo 34 do sexo feminino e 25 do sexo masculino que se submeteram às provas das disciplinas Português, Matemática, História e Geografia. Dos inscritos no processo seletivo, apenas 54 obtiveram aprovação: 33 moças e 21 rapazes que formaram a classe feminina no matutino e a masculina no vespertino (RELATÓRIO, 1953, p. 1).

No entanto, a aprovação no Exame de Admissão não era a garantia para o ingresso no curso ginásial da instituição, os aprovados, para obterem a efetivação de sua matrícula, tinham ainda que preencher as seguintes condições:

a) Certidão do registro civil; Certidão de aprovação em exame de admissão; Atestado médico de ter sido vacinada, de não sofrer moléstia contagiosa e de ter em perfeito estado os órgãos da vista, da audição e da fonação; [...] [Alunos] advindos de outras escolas devem apresentar certificado de bom procedimento. (Condições de Admissão para Matrícula no Ginásio Pinheirense. Cidade de Pinheiro, Pinheiro, 1 de fev. 1953, p.1).

As condições acima estabelecidas pela diretoria do Ginásio Pinheirense foram cumpridas por todos os alunos que obtiveram aprovação no processo avaliativo ao qual foram submetidos, ou seja, um total de 54 estudantes: 33 moças e 21 rapazes, os quais foram matriculados nos turnos matutino e vespertino formando as primeiras turmas da instituição.

Quadro 14 - Relação dos alunos matriculados no Ginásio Pinheirense, 1953¹¹³

TURMA A - MATUTINO		TURMA B - VESPERTINO	
1	Deny Reis Leite	1	Admar Costa Abreu
2	Dilucina Sodré Gomes de Castro	2	Adonias Ewerton Dias
3	Doralice da Silva Nogueira	3	Afonso Weba Guimarães
4	Edna Antônia Pinheiro	4	Antônio Alfredo Melo Fortuna
5	Elcimar Moraes Cordeiro	5	Antônio José Sá
6	Eliane Azevedo Costa	6	Antônio Raimundo Franco de Sá
7	Honorina Sarges	7	Aurelina Catarina Amorim
8	Hormina Sodré Gomes de Castro	8	Benedito Santos
9	Joana de Jesus Silva Ribeiro	9	Carlos Alberto Mendes Barreto
10	Leir Sousa Amorim	10	Eldonor Peixoto Cunha

¹¹² CIDADE DE PINHEIRO. Pinheiro, 22 de fevereiro. 1953. Nº 1547, Ano XXXII, p.1.

¹¹³ Quadro elaborado pela autora.

11	Leir Pereira Franco de Sá	11	Francisco da Costa Leite Filho
12	Leonor de Jesus Sousa	12	Francisco Reis Castro
13	Maria da Conceição Fernandes	13	Heraldo Castro Pimenta
14	Maria da Graça Reis Castro	14	José Carlos Rodrigues
15	Maria de Jesus Ferreira	15	José Ribamar Dourado
16	Maria de Jesus Nogueira	16	José Soeiro
17	Maria do Socorro Pinheiro Marques	17	Josué Mourão de Azevedo
18	Maria do Socorro Reis Castro	18	Leonardo Amorim
19	Maria Helena da Costa Soares	19	Lais de Jesus Gomes Ribeiro
20	Maria Hilda Pimenta	20	Maria de Lourdes Freitas
21	Marieta Franco de Sá	21	Maria Helena Peixoto Costa
22	Marilene de Jesus Soares	22	Maria Regina Durans
23	Nadir Eunice Dourado	23	Odalva Costa Peixoto
24	Nair Amate	24	Raimunda Amorim
25	Raimunda de Jesus Beckman	25	Raimundo Alberto Barreto
26	Rosa Laura Soares	26	Roberval Mendonça Ferreira
27	Terezinha de Jesus Reis Leite	27	William Wilson Morais Pinheiro

Fonte: Ata de matrícula do Ginásio Pinheirense, 1953.

A turma “A” do matutino destinada ao sexo feminino se constituiu de 27 moças. No entanto, a classe vespertina destinada somente aos rapazes, identificada como “B”, adquiriu caráter misto, com a presença de 21 homens e seis mulheres. Tal fato aconteceu porque as alunas inseridas na turma masculina ensinavam pela manhã no Grupo Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, o que as impedia de frequentar as aulas no turno matutino. Este acontecimento foi respaldado pelo item 2, do art.25 do Decreto-Lei de 1942, que determinava:

Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação. Brasil (1942, p.25).

A utilização da prática da coeducação pelo Ginásio Pinheirense aconteceu exclusivamente com a turma vespertina do ano de 1953 ilustrada no Quadro 14, pois não encontramos nos registros catalogados da instituição a existência de outras experiências relacionadas a este aspecto vivenciadas pela instituição.

A utilização da referida prática foi autorizada por meio da Portaria Ministerial nº 222, de 27 de março de 1943, que flexibilizava aos proprietários das escolas privadas a adoção das classes mistas por motivo relevante. Relacionado a este aspecto, a Sr^a. Maria Regina Durans Mendes relatou:

[...] depois de ter sido submetida às provas orais e escritas do exame de admissão realizado pelo Ginásio Pinheirense no ano de 1953, que foram provas muito difíceis,

obtive a aprovação, o que foi uma alegria muito grande, pois era uma oportunidade de dar continuidade aos meus estudos. No entanto, houve um problema quando fui efetuar a minha matrícula, porque eu lecionava pela manhã na Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, o que me impedia de estudar no turno matutino destinado somente para as moças. Mas outras cinco colegas de trabalho também prestaram o exame e foram aprovadas então a direção abriu exceção para que eu, Cici Amorim, Dilú Freitas, Maria Helena, Neném Amorim e Odalva Peixoto nos matriculássemos à tarde, na turma destinada aos rapazes. Isso aconteceu porque a maioria das professoras que trabalhavam na escola primária da Prelazia não possuía o curso ginásial, apenas o primário¹¹⁴.

O fato de as seis alunas¹¹⁵ frequentarem as aulas em um turno restrito ao sexo masculino se constituiu um acontecimento especial na vida escolar do Ginásio Pinheirense, comprovado por meio da ata de matrícula da Turma B, de 1953 (RELATÓRIO, 1953, p.1). A concessão deste ato pela direção da escola não beneficiou individualmente as alunas citadas no relato acima, mas a qualificação dos profissionais que faziam parte da Escola Paroquial, o que conferiu à instituição *status* na melhoria do ensino ali oferecido.

No entanto, em 1955 a referida turma com dezoito matriculados (ver Quadro 15) cursando o 3º ano do curso ginásial foi suprimida.

Quadro 15 – Turma extinta do Ginásio Pinheirense, 1955¹¹⁶

TURMA B – VESPERTINO			
1	Admar Costa Abreu	10	José Carlos Rodrigues
2	Adonias Ewerton Dias	11	José João Nogueira
3	Antônio Raimundo Franco de Sá	12	José Soeiro
4	Aurelina Catarina Amorim	13	Maria de Lourdes Freitas
5	Benedito Santos	14	Maria Regina Durans
6	Danilo Dário Durans	15	Odalva Costa Peixoto
7	Francisco da Costa Leite Filho	16	Raimunda Amorim
8	Francisco Reis Castro	17	Roberval Mendonça Ferreira
9	Heraldo Castro Pimenta	18	William Wilson Morais Pinheiro

Fonte: Ata de matrícula do Ginásio Pinheirense, 1955.

A turma acima era constituída de cinco moças e 13 rapazes. A supressão da Turma B foi um fato de importância singular na história do Ginásio Pinheirense e que se deu

¹¹⁴ Entrevista concedida em 8/1/2011 às 16h em sua residência em Pinheiro-MA.

¹¹⁵ Aurelina Catarina Amorim (Cici Amorim), Maria de Lourdes Freitas (Dilú), Maria Regina Durans, Maria Helena Peixoto Costa, Raimunda Amorim (Neném) e Odalva Peixoto.

¹¹⁶ Quadro elaborado pela autora.

em razão de a professora Terezinha da Costa Leite Guterres ter se desentendido com o jovem aluno Inácio Sá. Segundo ela própria relatou:

No Ginásio Pinheirense eu era professora tanto no turno matutino quanto no vespertino. Na turma dos meninos aconteceram dois casos comigo e um deles se relacionou ao aluno na época da 3ª série, Inácio Sá. Ele alegou ter sido humilhado na aula de redação, o que não aconteceu, pois eu apenas corrigir sua tarefa apontando seus erros, pedindo a ele que os repassasse para um caderno dicionário, de posse individual de cada estudante, então só ele sabia, porque as atividades eram entregues em mãos, e por isso contestei suas acusações. No calor desse acontecimento Cici, aluna da turma, me fez um bilhetezinho dizendo: Terezinha não fala nada, Inácio está com um revólver. De posse dessa informação o chamei e disse: Você vem para escola bêbado? Aí saí da sala e me dirigi até Frei José, responsável à tarde pela direção da escola, e lhe comuniquei o ocorrido e declarei: ou Ele ou Eu. Então a direção o expulsou, mas hoje eu me arrependo, talvez eu devesse ser menos impulsiva e agido de maneira mais ponderada.

O acontecimento que culminou com a extinção da turma mista (ver Quadro15) do Ginásio Pinheirense não casou danos às alunas, pois estas foram transferidas para o turno matutino, e passaram a integrar a Turma A. Entretanto, prejudicou não somente o aluno citado no relato, como também os treze rapazes que compunham a Turma B, os quais sofreram a sanção prevista no art. 24 do Regimento Interno do Ginásio Pinheirense, que estabelecia a pena de exclusão definitiva. Neste caso, o dispositivo legal tomou a feição de poder disciplinar, que implicou controle e vigilância, “não mais justificáveis simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos” Foucault (1987, p.20).

Também obtivemos outras informações no jornal, O Estudante, a respeito desse episódio, o qual nos revelou que o relato acima se caracterizou apenas como o estopim para a supressão da referida turma. Nesta, já haviam ocorrido outros incidentes, como uma palavra de baixo calão escrita em uma parede da sala em discussão e a entrega de um abaixo-assinado dos estudantes da turma à direção reivindicando substituição de professores¹¹⁷.

O caso repercutiu em toda a sociedade pinheirense tendo sido manchete na primeira página, do jornal Cidade de Pinheiro, conforme ilustração abaixo:

Figura 9 – Manchete referente à extinção da 3ª série masculina do Ginásio Pinheirense, 1955.



Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, 22 de maio. 1955, nº1.662, ano 34, p.1.

¹¹⁷ O ESTUDANTE. Pinheiro, 20 de maio. 1955. nº 2, ano 1, p.3-6.

Conforme informações do jornal mencionado, o episódio em discussão aconteceu, em pleno meado do ano letivo, e, segundo Frei José, responsável em manter a ordem e a disciplina no turno vespertino, julgou que realmente houve abusos por parte dos alunos, que desrespeitaram os professores, promovendo a desordem no Ginásio Pinheirense.

Tal fato ainda culminou com o pedido de exoneração de todos os docentes que ensinavam na referida turma, mas por não haver profissionais habilitados no município para substituí-los, esta ação também contribuiu para que a direção tomasse tal ‘medida de segurança’ Foucault (1987, p.14). Nesse contexto, “saber é poder”, pois esses professores devido à posição que detinham em termos de *capital cultural*¹¹⁸ fizeram uso de uma estratégia ao pressionarem a direção, pois a posse do diploma os diferenciava na sociedade.

Percebemos, nesse caso, que as relações de poder permeavam as situações de hierarquia e autoridade na escola, onde os alunos eram submetidos a uma educação para a obediência, e que os procedimentos disciplinares presentes no cotidiano escolar desta instituição predeterminavam sua conduta, de forma a torná-los submissos, neutralizando sua vontade individual.

Neste aspecto, (LEITE, 2011), ex-aluna da primeira turma da escola em estudo, informou que o ginásio abriu suas portas para atender a uma clientela bastante distinta, a qual era formada tanto pelos filhos da classe média quanto das camadas populares. A estes o acesso ao ensino ginásial foi oportunizado através da concessão de bolsas de estudos.

Contudo, a referida concessão foi uma determinação da Lei Orgânica de 1942, que em seu art.90 indicava ser obrigatório aos estabelecimentos secundários reservar um percentual de lugares gratuitos e de contribuição reduzida, de modo a atender, tanto quanto possível, às solicitações de alunos carentes, com bolsas de estudos e outras facilidades.

Em cumprimento à legislação acima, o Ginásio Pinheirense estabeleceu em seu Regimento Interno a reserva de 5% do total de sua matrícula para distribuição de bolsas de estudos ou descontos no valor das mensalidades aos alunos pertencentes às famílias de baixa renda ou que tivessem mais de um filho matriculado na instituição.

A afirmativa anterior foi constatada por meio do acervo documental da escola que, durante o seu período de funcionamento, manteve alunos bolsistas em seu quadro de matrícula, a exemplo de 1953, em que havia o registro de 12 alunos com bolsa integral e quatro com meia gratuidade (ver Quadro 16). Além desse benefício, eles ainda recebiam

¹¹⁸ É uma expressão cunhada e utilizada por Bourdieu para analisar situações de acesso a conhecimento e informações ligadas a uma cultura específica; aquela que é considerada como mais legítima ou superior pela sociedade.

livros, cadernos e demais materiais escolares para auxiliar no estudo (RELATÓRIO, 1953, p.3).

Quadro 16 – Alunos bolsistas do Ginásio Pinheirense, 1953¹¹⁹

BENEFICIADOS COM BOLSA INTEGRAL	
1	Aurelina Catarina Amorim
2	Joana de Jesus Silva Ribeiro
3	José Soeiro
4	Luís de Jesus Gomes Ribeiro
5	Maria de Lourdes Freitas
6	Maria Helena Peixoto Costa
7	Maria Helena Costa Soares
8	Maria Regina Durans
9	Maria do Socorro Reis Castro
10	Nair Amate
11	Odalva Costa Peixoto
12	Raimunda Amorim
BENEFICIADOS COM MEIA BOLSA	
1	Edna de Jesus Sousa
2	Leonor de Jesus Sousa
3	Maria da Graça Reis Castro
4	Maria do Socorro Pinheiro Marques

Fonte: Relatório do Ginásio Pinheirense. 1953, p.3.

Como podemos ver, fez parte da missão dos religiosos em Pinheiro prestar auxílio às camadas menos favorecidas através da manutenção de alunos bolsistas em seu estabelecimento de ensino durante todo o período de duração do curso. Essa ação beneficente sofreu alargamento nos demais anos do funcionamento dessa escola, a exemplo de 1954, em que foram mantidos 29 alunos com gratuidade total ou parcial (RELATÓRIO, 1954, p.2).

Se não houvesse a concessão de bolsas de estudos às camadas populares, o acesso desses alunos ao ensino ginásial tornava-se inviável, na medida em que o valor das mensalidades de Cr\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros) pagos em prestações mensais de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) ao Ginásio Pinheirense obedeceu às seguintes condições:

Art. 27º As anuidades devidas pelos alunos serão pagas de uma só vez no ato da matrícula ou serão divididas em 10 parcelas pagas adiantadamente dentro dos primeiros dias do respectivo período; Os pagamentos devem ser efetuados com a máxima pontualidade, do contrário, [...] [os alunos] perderão o direito à assistência as aulas.; Não haverá desconto pela demora no regresso das férias, nem pela

¹¹⁹ Quadro elaborado pela autora.

ausência dos alunos.; O mês começado considera-se vencido (REGIMENTO INTERNO, 1953, p.2).

No entanto, arcar com as mensalidades não foi a única despesa dos pais na manutenção dos filhos na escola católica em estudo; havia também gastos com os caros fardamentos condicionados à instituição, que eram de uso obrigatório e diferenciados para cada um dos gêneros que formavam a clientela escolar.

Os uniformes na época faziam parte de toda uma simbologia que permeou as instituições educativas, pois postulava valores, normas e intenções que impregnam as relações educativas. Coerente com esse propósito, o Ginásio Pinheirense possuiu três tipos de fardamento: um uniforme de gala, outro para uso diário e ainda um para a prática da Educação Física. Com relação ao uniforme, as ex-alunas Aurelina Catarina Amorim, Deny Reis Leite e Marieta Franco de Sá recordaram:

Todos os alunos tinham três tipos de fardamento escolar que eram diferenciados para moças e rapazes. As meninas só podiam usar saia, esta era comprida, pregueada e folgada para não marcar as formas do corpo [...] a exemplo da farda de Educação Física que era um vestido godê azul claro com riscas brancas de manga curta, por baixo dele usávamos um short bem folgado com elástico na cintura e nas pernas (LEITE, 2011).

Para as moças a farda diária constou de saia xadrez, blusa e meia branca, e sapatos pretos. A de gala era toda na cor branca, saia pregueada com um suspensório bordado com as iniciais da escola, GP, e uma blusa de manga comprida de lingerie, usada somente nos dias especiais (AMORIM, 2012).

A primeira farda do Ginásio Pinheirense era muito feia. Foi escolhida pelas freiras uma fazenda de xadrez miudinho nas cores preto e branco, mas o tecido era muito ordinário que na primeira lavagem ficou logo todo manchado ocasionando a mudança do uniforme para uma saia de prega com suspensório na cor cáqui, blusa branca, uma gravatinha e sapatos pretos. A farda de Educação Física também mudou de um vestido godê em forma para saia, blusa e short de um tecido chamado na época de lonita (SÁ, 2012).

Esses uniformes representavam não só a imagem do estabelecimento de ensino, mas conferia aos discentes distinção e identificação de grupo. O depoimento ainda nos revelou que a farda diária feminina sofreu modificações relacionadas à cor. O primeiro (ver Fig. 10) compunha-se de uma saia xadrez, blusa branca, gravata e sapatos pretos; já o segundo era constituído de saia e gravata cáqui. De acordo com o depoimento de uma das entrevistadas, essa alteração deu-se pela má qualidade do tecido escolhido para compor a primeira farda.

Figura 10 - Primeiro uniforme diário feminino do Ginásio Pinheirense, 1953



Fonte: Arquivo particular do Colégio Pinheirense.

O registro fotográfico nos mostra as discentes usando o primeiro fardamento de uso diário do Ginásio Pinheirense, todas com cabelos bem penteados cortados à altura dos ombros, sem uso de grandes adereços, imprimiam a imagem de asseio, ordem e simplicidade. A saia tinha um leve toque de evasê e algumas pregas, pois não poderiam enfatizar os quadris. Ao lado direito das alunas encontravam-se posicionados a professora Teresinha da Costa Leite Guterres, também com suas vestes sem decotes e o cumprimento abaixo dos joelhos, e o Pe. Luís Zecchinato.

Ainda sobre a questão do vestuário da instituição, a ex-aluna Moema de Castro Alvim relatou:

Os uniformes eram vistoriados todos os dias na entrada; eles deveriam estar limpos, bem passados, serem largos e compridos, pois o aluno que se apresentasse com a farda suja ou incompleta voltava para casa. Não era permitido usar qualquer tipo pintura, minissaias, sutiã armado ou meias curtas, porque as ginásianas tinham que dá bons exemplos de comportamento tanto dentro quanto fora da instituição¹²⁰.

Percebemos que a recordação do ambiente escolar nos revelou os valores pertencentes a uma determinada geração, devido às alunas encontrarem-se na adolescência,

¹²⁰ Entrevista concedida por Moema de Castro Alvim em 1/3/2012 às 15h30min da tarde em São Luís, MA.

fase em que afloram as mudanças corporais e psicológicas no indivíduo. Portanto, havia preocupação com o recato e o pudor. Logo, ocultar as formas e proibir o uso de maquiagem estava inspirado no ideal católico da Virgem Maria, protagonista da Congregação masculina e feminina dos dirigentes da instituição.

O controle do corpo e da mentalidade eram estratégias educativas utilizadas pelos religiosos, que primavam pela educação pautada nos valores cristãos, nos bons costumes e nas práticas da fé católica, que seriam reproduzidas na família e na sociedade em conformidade com os princípios morais da época.

O uso do fardamento escolar foi exigido da mesma forma aos rapazes, que também possuíam um uniforme diário, um para as atividades de Educação Física, e outro de gala (ver Fig. 11). Como sinônimo de *status* as “vestimentas funcionam para seus usuários como exigências de construção de novos papéis sociais” Nunes (2008, p.8), uma vez que propiciavam tanto distinção quanto homogeneização dos alunos no espaço escolar.

Figura 11 - Uniforme de gala da turma masculina, 1954



Fonte: Arquivo particular do Colégio Pinheirense.

A imagem fotográfica apresentada registrou a turma de alunos da 1ª e 2ª séries do vespertino do Ginásio Pinheirense, tirada na festividade de sete de setembro do ano de 1954.

Todos com cabelos alinhados curtos e bem penteados usavam fardamento completo de gala composto de calça cáqui, blusa branca, gravata azul marinho e sapatos pretos.

De modo geral, o uniforme permitia dar visibilidade à escola identificando e padronizando os alunos, além de facilitar o controle sobre sua conduta dentro e fora da instituição, sobretudo quando a representavam isolada ou coletivamente (REGIMENTO INTERNO, 1953, p.4). De modo que, vestir a farda da escola exigia do aluno assumir uma postura exemplar.

Portanto, a utilização do uniforme de uma escola privada e bem conceituada na sociedade da época atribuiu aos alunos uma visibilidade que o identificava com a instituição, ao mesmo tempo que retratava uma rede de relações sociais, que hierarquizava, selecionava, conferia *status* social e constría subjetividades.

3.3 O corpo docente e administrativo

A instituição objeto de estudo apresentou desde a sua gênese um quadro de profissionais que em sua maioria era formado pelos MSC e pelas FNSSC, oriundos da Congregação de Nossa Senhora do Sagrado Coração instaladas no município os quais exerciam funções administrativas e pedagógicas na escola.

A organização administrativa da instituição foi constituída de tesouraria, auxiliares de administração e diretoria. Esta última ficou a cargo do diretor, respeitado como o elemento-chave na boa organização da escola; sua função ficou assim configurada, conforme art. 77, da Lei Orgânica de 1942, que estabelecia:

A administração de cada estabelecimento de ensino secundário estará enfeixada na autoridade do diretor, que presidirá ao funcionamento dos serviços escolares, ao trabalho dos professores, às atividades dos alunos e às relações de comunidade escolar com a vida exterior, velando por que regularmente se cumpra, no âmbito de sua ação, a ordem educacional vigente no país. Brasil (1942, p.10).

Observamos que a responsabilidade do diretor residiu na função de garantir o cumprimento dos serviços escolares, através da fiscalização do trabalho do professor, das atividades dos alunos e dos demais funcionários que faziam parte do ambiente escolar. Também esteve acrescido ao seu papel manter relação com a comunidade. Relação esta necessária, especialmente para a manutenção do ensino.

Durante o seu período de funcionamento (1953-1963), o Ginásio Pinheirense teve na sua direção dois diretores segmentados por turno e gênero, um responsável pelo turno

matutino e outro, pelo vespertino. O matutino foi dirigido pela Irmã Vera Maria de 1953 a 1954, de 1955 a 1962 assumiram, respectivamente, a direção as religiosas: Maria Rute, Maria Dolores, Maria Rita e Benedita Gisele Lima Aragão¹²¹. Em 1963, com o retorno das referidas irmãs a São Paulo, assumiu a diretoria administrativa a professora Terezinha da Costa Leite Guterres.

Já o vespertino ficou sob a responsabilidade dos Missionários do Sagrado Coração. De 1953 a 1954, a escola foi dirigida pelo Pe. José Ilea, o qual foi substituído a partir de 1955 a 1961 pelo irmão leigo Giuseppe Preziosa (Frei José) e Pe. Sandro Fedele. Nos anos de 1962 a 1963, a instituição ficou sob a direção do Pe. Thomás Beckman (RELATÓRIO DO GINÁSIO PINHEIRENSE, p. 1 -3).

Outro ator importante no processo administrativo do Ginásio Pinheirense foi o Sr. Francisco José de Castro Gomes, o inspetor de ensino. No lugar privilegiado que ocupava, além de conhecer as proposições e interesses de quem estava governando, de um lado, e o que se praticava nas escolas, de outro, intercedeu em favor das duas realidades, ora como divulgador ou tradutor das reformas, sendo o veículo legítimo para fazer circular as ideias e as práticas que as reformas prescreviam, ora como leitor das práticas, para, a partir daí, principalmente por meio dos seus detalhados relatórios enviados anualmente à Inspeção Regional¹²², informar sobre a conformação ou não de tais prescrições no cotidiano das escolas.

Dos relatórios elaborados mensalmente por Francisco José de Castro Gomes, destacamos um referente ao ano de 1954, que salientou a constituição do corpo docente do Ginásio Pinheirense, o qual era formado por profissionais com registro definitivo e outros inscritos nos exames de suficiência (RELATÓRIO DO GINÁSIO PINHEIRENSE, 1954).

Por meio de tais informações foi revelado que o corpo docente da instituição não era formado em sua totalidade por um professorado com Registro Profissional expedido pela Diretoria do Ensino Secundário, esta inscrição era uma exigência às escolas particulares por não efetuarem concurso público (ABREU, 2005), conforme revelou o quadro a seguir.

¹²¹ Pertencentes à Congregação Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração.

¹²² Descentralização administrativa adotada pelo Ministério da Educação, denominadas de Inspeção Seccional. Tal ação foi consolidada através da Portaria nº 318, de 5 de abril de 1954, com sede no Distrito Federal, capitais estaduais ou cidades consideradas pontos de mais fácil acesso aos municípios constituintes da respectiva área de inspeção (Brasil, 1954). No Maranhão, esse órgão foi representado pela Divisão de Ensino Secundário (DESE), que era formado por um diretor, três inspetores, um seccional, um assistente e um itinerante, responsável pela realização da inspeção geral nos estabelecimentos de ensino secundário do Estado.

Quadro 17 - Relação dos professores do Ginásio Pinheirense com/sem registro profissional¹²³

MATÉRIA	NOME DO PROFESSOR	Nº REGISTRO
Latim	Pe. Alessandro Fedele	Ex. sufic.
Educação Física	Antônio Carlos Costa Guterres	Ex. sufic.
Trabalhos Manuais, História e Desenho	Cecília Morais Miranda	Ex. sufic.
Ciências	Célia Anchieta Guerreiro	Ex. sufic.
História	Eunice Luisa dos Santos	Ex. sufic.
Ciências e Geografia	Terezinha de Jesus B. Ramalho	Ex. sufic.
Ed. Física, História e Português	Terezinha Soares Costa Leite	Ex. sufic.
Geografia	Maria Alice Pereira Moreira	Ex. sufic.
Geografia	Maria Fausta de Carvalho	24258
Canto Orfeônico e Educação Física	Giuseppe Preziosa (Frei José)	Ex. sufic.
História	José Augusto Lopes	Ex. sufic.
Português	José Guimarães Júnior	Ex. sufic.
Latim	Pe. José Ialéa	Ex. sufic.
Português	Rute Swerts Costa	6841
Matemática	Pe. Silvio Salvadori	Ex. sufic.
Francês, Francês	Teresa Juaçaba	6706
Português, Matemática e Geografia	Vera Swerts Costa	6291

Fonte: Relatórios do Ginásio Pinheirense (1953-1958).

Apesar da exigência do Registro Profissional para o exercício da docência no magistério secundário, observamos que dos professores acima relacionados apenas quatro tinham o registro permanente, os demais lecionavam mediante autorização do Ministério da Educação e Cultura e se encontravam inscritos no Exame de Suficiência realizado por meio da Campanha de Aperfeiçoamento de Difusão do Ensino Secundário (CADES).

A CADES¹²⁴ foi uma ação governamental desenvolvida no país no período de 1953 a 1971¹²⁵ e se caracterizou como uma resposta do governo federal à precariedade das condições de trabalho e da formação de docentes da escola secundária no Brasil (NUNES, 2000). Tal Campanha¹²⁶ teve como objetivo elevar o desenvolvimento do nível e da difusão do ensino secundário em todas as regiões do país, ou seja, torná-lo mais ajustado aos interesses e às necessidades da época, conferindo a ele eficácia e sentido social. Mas, para o alcance desses propósitos, a CADES lançou mão das Inspetorias Seccionais que firmaram convênios com entidades públicas e privadas, custeando cursos de aperfeiçoamento e jornadas pedagógicas (BRASIL, 1953).

¹²³ Quadro elaborado pela autora.

¹²⁴ Criada através do Decreto nº 34.638, de 17 novembro de 1953, no segundo governo de Vargas (1952-1954) na gestão de Armando Hildebrand, responsável na época pela Diretoria do Ensino Secundário.

¹²⁵ Ano em que a CADES encerrou suas atividades, devido ao exame de suficiência e aos cursos realizados pela referida Campanha terem se tornado desnecessários após a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases (5.692/71).

¹²⁶ Usada no texto para referir-se à CADES.

Mas para que a Campanha alcançasse a realização de seu objetivo ela deveria seguir o que previa o art. 3º, que, entre outras atividades, determinava:

a) Promover a realização de cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e administradores de estabelecimentos de ensino secundário; b) Conceber e incentivar a concessão de bolsas de estudos a professores secundários a fim de realizarem cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento promovidos por outras entidades, no país ou no estrangeiro; c) Colaborar com os estabelecimentos de ensino secundário, em fase de implantação ou reorganização, proporcionando-lhes a assistência de técnicos remunerados pela Campanha; d) Promover estudos dos programas do curso secundário e dos métodos de ensino de várias disciplinas, a fim de melhor ajustar o ensino aos interesses dos alunos e às condições e exigências do meio; e) Elaborar e promover a elaboração de material didático, especialmente áudio-visual, para as escolas secundárias; j) Organizar e administrar plano de concessão de bolsas de estudo a alunos bem dotados e de poucos recursos [...]. Brasil (1953, p.1622).

Todas as medidas acima relacionadas sintetizavam a finalidade de elevar o padrão da qualidade de ensino oferecido pelas escolas secundárias do país, não só aprimorando o nível profissional do professor, mas também do técnico-administrativo.

Para complementar as atividades supramencionadas foi criada, em 19 de fevereiro de 1955, a Lei nº 2.430, que dispôs sobre a realização do Exame de Suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários. No entanto, somente a partir de 1956, a CADES passou a promover, nas inspetorias seccionais, cursos intensivos de preparação ao referido exame.

Com o objetivo de conhecer o processo de formação de professores no Maranhão através da CADES, recorremos ao depoimento da ex-aluna do Ginásio Pinheirense, Aurelina Catarina, que relatou:

Quando terminamos o ginásio Eu e Neném [Raimunda Amorim] fomos enviadas a São Luís em 1958 por Dom Afonso Maria Ungarelli para fazermos o curso de Português e Matemática oferecido pela CADES, devido à precariedade de professores nas referidas disciplinas com habilitação para a docência no ensino secundário em Pinheiro.

O curso foi ministrado pelo professor de fama mundial, conhecido como Malba Tahan. As aulas duraram quinze dias e aconteceram no Liceu Maranhense de segunda a sábado, pela manhã e à tarde; aos domingos somente pela manhã. Éramos treze alunos-mestres com vários anos de tirocínio. Com o término do curso realizamos as provas orais e escritas, na presença de uma banca examinadora formada por Malba Tahan, como presidente, pelos professores José da Silva Lopes; Luís Rêgo, Diretor do Colégio São Luís; Tarcisio, irmão marista e as representantes do MEC, Inês Gonçalves e Haydé Chaves. Fomos aprovadas e recebemos o registro definitivo, Eu como professora catedrática de Português e Neném de Matemática¹²⁷.

O depoimento acima revelou que em 1958 a CADES promoveu em São Luís, por meio da Inspetoria Seccional do Maranhão, cursos intensivos de preparação aos exames de

¹²⁷ Entrevista de Aurelina Catarina Amorim.

suficiência, os quais conferiam aos aprovados o registro de professor do ensino secundário e o direito de ensinar onde não houvesse disponibilidade de licenciados pela Faculdade de Filosofia.

Na época o curso de aperfeiçoamento de Literatura Infantil ao professorado primário e o de Didática da Matemática para os do ensino secundário ocorreram no auditório da Biblioteca Pública “Benedito Leite”, seguidos de uma vasta programação que durou quinze dias (16/4 a 1/5/1958). Para ministrá-lo, foi convidado pelo governador do Estado José de Matos Carvalho (1957-1961), e pelo secretário de Educação e Cultura da época, Eloy Coelho Netto, o professor Malba Tahan¹²⁸.

Ao término das atividades foi entregue aos cursistas¹²⁹ o registro profissional, que passariam, a partir de então, a ser denominados de professores catedráticos. Tal título era o topo da carreira do magistério secundário que concedia aos docentes status e respeito social (ABREU, 2005).

Mas, apesar da distinção de capital cultural existente entre aqueles que possuíam autorização, serem catedráticos ou não, todos os docentes do Ginásio Pinheirense tinham atribuições a serem cumpridas, como destacou o art. 17 do Regimento Interno da instituição:

1- Reger as aulas de conformidade com a distribuição feita pelo diretor no horário estabelecido; Zelar pela disciplina geral do estabelecimento em cooperação com o Diretor e particularmente pela disciplina da sua classe; Cumprir o programa estabelecido, na conformidade das instruções oficiais vigentes; Verificar a presença dos alunos e marcar-lhes falta no diário de classe; Apresentar à secretaria no prazo marcado a lista de faltas e as notas de aproveitamento dos alunos; Tomar parte nos trabalhos de exame e outras de sua competência para que for designado; Comparecer às solenidades do estabelecimento, bem como às reuniões do Corpo Docente, convocado pelo Diretor (REGIMENTO INTERNO, 1953, p.4).

Como vemos as regras listadas acima faziam parte dos dispositivos pedagógicos que deveriam ser obedecidos pelo professorado da instituição. Essa normalização disciplinar,

¹²⁸ Pseudônimo usado por Júlio César de Melo Souza, que nasceu em 6/5/1895 no Rio de Janeiro. Era o quinto filho do casal dos professores primários, João de Deus de Mello e Souza e Carolina Carlos de Melo e Souza. Estudou no Colégio Pedro II e foi professor primário na Escola Nacional do então Distrito Federal. Posteriormente tornou-se professor catedrático da referida escola, do Instituto de Educação da Escola Normal da Universidade do Brasil (Escola Nacional de Belas Artes) e da Faculdade Nacional de Educação, onde recebeu o título de Professor Emérito. Trabalhou como docente durante oito anos nos cursos oferecidos pela CADES, lecionando Didática Geral e Didática da Matemática. Também foi apresentador de programas de rádio (Nacional, Clube e Maiynk Veiga do Rio) e televisão (TV Tupi, no Rio de Janeiro e Canal 2-TVC em São Paulo). Faleceu aos 79 anos, em 18/6/1974 às 5:30 horas, no Hotel Boa Viagem, em Pernambuco, onde se encontrava hospedado a convite da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, no qual iria ministrar curso de aperfeiçoamento profissional (SARAIVA, 2008).

¹²⁹ Adiel Figueiredo, Antônio Bibiano Santos, Antônio Luís Everton Ramos, Aurelina Catarina Amorim, Ezebelto Martins, José Anselmo Ferreira, José Luís Carvalho Bastos, José Ribamar Bastos, José da Silva Rosa, Júlio César de Melo e Sousa, Miguel Scherpl de Carvalho, Raimunda Amorim, Raimundo Conceição, Rubem Almeida, Terezinha Reis.

configurada em seu Regimento Interno demarcou a sequência e a ordenação das atividades a serem cumpridas em função dos resultados pretendidos.

3.4. A apropriação dos saberes escolares no Ginásio Pinheirense

A educação escolar secundária, no Brasil, no transcorrer das décadas de 1950 e 1960 sofreu transformações que envolveram, entre outras, a expansão dos estabelecimentos de ensino, a formação e habilitação de seus profissionais, e a reorganização de seu currículo escolar.

O Ministério da Educação e Saúde, em 1951, revisou os programas escolares do ensino secundário estabelecendo um ‘programa mínimo’ Souza (2008, p.185), padronizado nacionalmente, a ser executado em todas as escolas do País. No entanto, ainda conservava o caráter acadêmico, propedêutico e aristocrático (GHIRALDELLI JR.; 2009 ROMANELLI, 2010).

A adoção deste programa, segundo (ABREU, 2005), foi uma estratégia utilizada pelo governo para descentralizar a organização curricular, mas a grande inovação de 1951 foi permitir a elaboração dos programas por uma congregação de professores, no intuito de incluir na preparação do currículo características regionais ou saberes indispensáveis à aprendizagem do público atendido.

Nesse sentido, a Congregação do Colégio Pedro II¹³⁰ passou a elaborar o programa oficial das disciplinas que formavam o currículo do curso secundário a serem adotadas pelos estabelecimentos desse nível de escolarização em todo o país.

Esta ação foi determinada pela Portaria nº 966, de 2 de outubro de 1951¹³¹, com a finalidade de “eliminar excessos e reduzir ‘a prolixidade dos conhecimentos alinhados na estruturação das diversas disciplinas, que tornava penosa a tarefa didática’ dos professores” Souza (2008, p.185).

Assim, o conteúdo das disciplinas que constituíram o programa curricular do ensino secundário foi distribuído de acordo com a Reforma de 1942 em áreas: Línguas (Português, Latim, Francês e Inglês), Ciências (Matemática, Ciências, História / Geografia Geral e do Brasil), Artes (Trabalhos Manuais e Canto Orfeônico).

Assim sendo, a composição do programa escolar do Ginásio Pinheirense foi

¹³⁰ Modelo de padronização dos estabelecimentos de ensino secundário oficial.

¹³¹ Vale ressaltar que o art. 1º da referida Portaria foi retificado por meio do suplemento nº 271, publicada no Diário Oficial (seção) de 26 de novembro de 1951.

organizado de acordo com a legislação acima mencionada, e as disciplinas distribuídas conforme o quadro a seguir:

Quadro 18 – Disciplinas escolares do Ginásio Pinheirense 1953-1962¹³²

DISCIPLINAS	SÉRIES E NÚMEROS DE AULA			
	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
Português	4	3	3	3
Francês	3	2	2	2
Latim	2	2	2	2
Inglês	-	3	3	3
História Geral	2	2	-	-
História do Brasil	-	-	2	2
Geografia Geral	2	2	-	-
Geografia do Brasil	-	-	2	2
Ciências	-	-	2	2
Matemática	4	3	3	3
Desenho	2	2	2	2
Canto Orfeônico	1	1	1	1
Educação Física	2	2	2	2
Trabalhos Manuais	2	2	-	-
Total de aulas por semana	24	24	24	24

Fonte: Relatório do Ginásio Pinheirense, 14 de novembro de 1958, p.4.

O quadro acima apresentado revelou que a estrutura curricular do Ginásio Pinheirense constituiu-se de catorze matérias e Educação Física, distribuídas nas quatro séries que formavam o curso. As referidas disciplinas, selecionadas para cada série, cumpriam um total de 24 horas/aula semanais que duravam 50 minutos, com intervalo de 20 min de recreio. Pela manhã as aulas iniciavam-se às 7h50min com término às 11h30min, à tarde de 13h50min às 17h30min (RELATÓRIO, 1958, p.4).

O estudo de línguas constou em todas as séries do curso ginásial, teve finalidade propedêutica e serviria ao ensino superior, pois era destinado “a atender à necessidade de *capital linguístico* oriundo de caráter internacional e cosmopolita das elites” Garcia (2007, p. 122, grifos da autora).

O Canto Orfeônico, figurando no programa escolar do Ginásio Pinheirense, foi criado sob a inspiração de Villa Lobos, na década de 1930, e objetivava despertar o gosto musical na mocidade através do treino de hinos e cantos folclóricos, com o propósito de fomentar a formação moral, intelectual e cívica do aluno, fortalecendo o sentimento nacionalista. Coadunaram com este propósito a disciplina História e Educação Física.

¹³² Quadro elaborado pela autora.

A Educação Física era de frequência obrigatória a toda clientela escolar até os 21 anos de idade, e as aulas incorporaram o caráter militarista para o sexo masculino (SOUZA, 2008), sendo dispensados dessa prática somente os alunos que apresentassem deficiência física ou orgânica, cuja aptidão era emitida por meio do exame biométrico como recomendava a legislação de 1942.

Componente curricular do Ginásio Pinheirense, a matéria acima citada teve a duração de duas horas/aula semanais para todas as séries, e os alunos praticados exercícios físicos e jogos esportivos.

Segundo o relato de ALVIM (2012), ginásiana que se formou no ano de 1958, ela recorda que as aulas aconteciam em ambientes separados para moças e rapazes e eram ministradas pelo professor Antônio Carlos Costa Guterres, que treinava os homens nas modalidades de basquete e futebol e as mulheres, em vôlei. Tais práticas eram destinadas às disputas dos campeonatos locais.

No entanto, observamos uma particularidade no Quadro 18, a inexistência da disciplina Ensino Religioso como integrante do programa das matérias propostas pelo Ginásio Pinheirense, apesar de a Lei Orgânica de 1942 ter destinado um capítulo exclusivo para a educação religiosa, registrando que o “ensino de religião constitui parte integrante da educação da adolescência” Brasil (1942, p.24).

Não constando no currículo da escola referida disciplina, foi muito forte a influência da doutrina católica na educação dos ginásianos pinheirenses quanto à formação dos valores morais e religiosos através de uma sólida educação cristã.

Para maior conhecimento da crença católica, muito contribuía as missas, o ensino do catecismo, as cerimônias religiosas, os momentos de reflexão, a valorização dos sacramentos e a devoção à ‘Mãe de Deus’ Kerck (1987, p. 36), tudo com a finalidade de fortalecer o espírito religioso de acordo com as tradições da Congregação.

Com relação ao culto a Nossa Senhora do Sagrado Coração,¹³³ a ex-aluna Moema Castro Alvim lembrou:

A adoração a Maria era uma prática religiosa muito presente no nosso cotidiano. Todas as alunas que comungavam da religião católica eram envolvidas nesta devoção. As irmãs organizaram entre nós uma associação religiosa cujo propósito foi nos auxiliar na vivência da vida cristã. Eu, por exemplo, era filha de Maria, pertencente à Legião de Maria, uma espécie de catequese leiga em que realizávamos diversas atividades, como o ensino do catecismo às crianças uma vez por semana para que elas pudessem fazer a primeira comunhão. Também fazíamos

¹³³ Novo título dado à Virgem Maria por Pe. Julio Chevalier, fundador da Congregação de Nossa Senhora do Sagrado Coração (KERCK, 1987).

visitas às famílias em que os casais não fossem casados no religioso, pois o Matrimônio era um dos sacramentos de grande importância para Igreja e para ela a união somente no civil não tinha validade. Ao executarmos essas tarefas nós assinávamos uma ata como forma de assegurar a presença e o compromisso com a entidade religiosa.

Por meio do relato, constatamos que a prática do ensino religioso também se deu através de atividades que enfatizavam a responsabilidade pessoal do cristão em colaborar nas obras restauradoras da Igreja.

A organização de associações religiosas foi um instrumento adotado para fortalecer a formação cristã. Comandadas por padres e freiras, foi um eficiente meio para o fortalecimento da fé, que funcionou como instrumento educativo, eficaz, promotor do bem e fortalecedor da disciplina e da própria obediência do alunado.

Observamos ainda no relato acima que, para garantir o cumprimento da realização das atividades propostas aos alunos, a escola fez uso da autoridade disciplinar, com destaque para a vigilância, que se efetivou através da confirmação da presença dos estudantes com a assinatura em ata das ações realizadas.

Também fizeram parte do cotidiano escolar do Ginásio Pinheirense os rituais, os espetáculos e as celebrações que cultuavam certos acontecimentos e personagens do passado, fazendo da escola um centro recriador da memória, da história e da cultura local, visualizados por meio das práticas simbólicas materializadas nas festividades.

3.5 As festas escolares do Ginásio Pinheirense

A utilização do artifício das festas escolares foi uma estratégia usada para dar visibilidade à escola, que, além de possibilitar momentos de confraternização e alegria, constituiu-se ocasião em que a instituição educativa demonstrava sua importância, modernidade, zelo e competência da educação nela ministrada.

Tais festividades caracterizam-se como um componente da cultura escolar, que Julia (2001, p.10) sintetizou da seguinte forma:

[...] como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o ser analisado o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação [...].

Nesse sentido, a cultura escolar caracterizou-se como um artefato histórico regido por normas, leis e regulamentos que foram apropriadas de diferentes formas e transformadas em práticas distintas pelos atores escolares (CHARTIER, 2002), com destaque nessa abordagem para o papel dos professores, porque eles, como responsáveis pelo cumprimento de tais normas, se utilizam de dispositivos pedagógicos para facilitar a aplicação, transmissão e a inculcação de saberes e valores (re)produzidos na escola, cujos efeitos se estendem sobre a própria sociedade.

A investigação acerca das festividades, enquanto cultura escolar difundida no Ginásio Pinheirense, foi realizada mediante análise de textos publicados no Jornal Cidade de Pinheiro, dos relatórios escolares da Instituição, das fontes orais e das fotografias localizadas nesse *corpus* documental.

Fizeram parte do calendário comemorativo da escola as seguintes festas escolares: Dia da Árvore, Dia do Professor e encerramento do ano letivo. Também houve destaque para as comemorações católicas como a Páscoa, o *Corpus Christi*, a Festa da assunção de Nossa Senhora do Sagrado Coração que também eram celebradas com regularidade e solenidade na Instituição (RELATÓRIO, 1958, p.2-3).

As festividades cívicas, como parte do calendário escolar de todo o país, foram realizadas com o propósito de fortalecer a cultura nacional, através de datas oficialmente selecionadas pelo poder público. Eram elas: o Dia do Trabalho, de Tiradentes da Bandeira Nacional e da Independência do Brasil.

Esta última, comemorada em sete de setembro, era o principal momento da manifestação da nacionalidade em que se realizavam desfiles e homenagens patrióticas ao País, que em Pinheiro, a partir de 1953, passou a contar com a participação destacada do Ginásio Pinheirense.

A participação dessa instituição escolar nesse evento aconteceu através dos desfiles patrióticos, que se valiam de ideias e conceitos que eram transformados em imagens e símbolos incorporados ao imaginário e transmitidos pelos modos de expressão da cultura cívica (BENCOSTTA, 2006). Em meio a essa transmissão de valores nacionais, a população se envolvia, e então, a rua era o espaço físico demarcado e universalmente eleito para apresentação desta celebração (DA MATTA, 1997).

Os desfiles faziam parte da vida social da escola perante a comunidade e, portanto, as ruas da cidade de Pinheiro eram o palco onde ocorria essa celebração em que alunos, professores e familiares se juntavam numa mesma cena para realização de um grande

espetáculo público, conforme ilustrado pela fotografia a seguir.

Figura 12 – Marcha cívica do sete de setembro



Fonte: Arquivo particular do Colégio Pinheirense.

Nas ruas de chão batido, os estudantes das escolas pertencentes à Prelazia saíam em marcha cívica, com seus uniformes, percorrendo as principais vias públicas da cidade. As ginásianas destacadas na foto apresentavam-se desfilando com seu uniforme nas cores branco e cáqui ostentando a imagem da escola em seus modos de vestir e se comportar.

Vemos ainda, do lado direito do registro fotográfico, duas professoras do Ginásio Pinheirense, as Irmãs Maria Rute e Maria Suzana, pertencentes à Congregação de Nossa Senhora do Sagrado Coração de Jesus, vestidas com seus hábitos¹³⁴ brancos, as quais mantinham o controle disciplinar dos estudantes, acompanhando-os no desenrolar do desfile de forma a corrigir hábitos e atitudes inadequados.

Os estudantes enfileirados e perfeitamente alinhados eram dispostos por ordem de

¹³⁴ Denominação das vestimentas das religiosas.

estatura e organizados em pelotões de gala, de farda diária e de Educação Física, na Praça Pe. Newton Pereira (ver Fig.13) no bairro da Matriz para exibição de exercícios de ginástica.

Figura 13 – Performance de Educação Física dos alunos do Ginásio Pinheirense na comemoração do sete de setembro, 1953



Fonte: Arquivo particular do Colégio Pinheirense.

A imagem fotográfica se constituiu dos alunos pertencentes ao Ginásio Pinheirense e ao Grupo Escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração, que, organizados em pelotões, realizavam exibição de exercícios de ginástica conforme tinham aprendido nas aulas de Educação Física sob os aplausos das autoridades e da sociedade civil que prestigiavam o evento (RELATÓRIO, 1954, p.1).

Na época, esta disciplina era apresentada como uma prática essencial, pois contribuía tanto para o fortalecimento dos corpos como no desenvolvimento do intelecto, e tal exibição era uma maneira de mostrar para a sociedade que a educação oferecida pela instituição escolar era integral.

Com o propósito de conhecermos os preparativos que antecederiam a realização dessa cerimônia cívica, no sentido de procurar compreender desde o treinamento dos corpos que eram apresentados no dia em que o evento acontecia, recorreremos à memória da ex-aluna da turma de 1955, Moema de Castro Alvim, que nos relatou:

Nós ensaiávamos para o desfile de sete de setembro sob o comando do professor Antônio Carlos Costa Guterres, acompanhado do Frei José, que ensinava Música, dentre outros profissionais da escola. Éramos organizadas em pelotões de acordo com a farda que iríamos usar: a de Gala, a Comum ou a de Educação Física. Para separar os pelotões eram escolhidas algumas alunas, sempre as mais altas para ser a guarda de honra à bandeira e geralmente eram escolhidas Raimunda de Jesus Beckman (Bubu) para conduzir a Bandeira Brasileira e Honorina Sagres para levar a do Maranhão, nós ficávamos todas com inveja, mas não podíamos fazer nada¹³⁵.

O depoimento vem reafirmar que a disciplina e a seletividade faziam parte da prática pedagógica do Ginásio Pinheirense, na medida em que eram escolhidos os alunos que melhor simbolizavam a imagem da escola, para então conduzir os símbolos de grande importância para o País, como a Bandeira, por exemplo.

Outro destaque relacionado a essa festa cívica foi à organização dispensada ao evento, que envolveu todos esses segmentos sociais do município, conforme evidenciou a matéria veiculada no jornal Cidade de Pinheiro:

Teve início às 7 da manhã a solenidade de sete de setembro com o hasteamento da Bandeira Nacional no prédio da Prefeitura Municipal em que houve o canto do hino pelos alunos, acompanhados da banda de música local. [Em seguida foi celebrada] missa campal na Praça Presidente Dutra, por S. Exmo. Dom Afonso Maria Ungarelli. As 9:00 horas iniciou-se a importante e já tradicional parada colegial, formada pelos alunos do Ginásio Pinheirense e do Grupo Paroquial, que, [...] desfilaram pelas principais artérias da cidade. As 10:00 horas, teve início, no auditório do Ginásio Pinheirense, a sessão cívica, com a execução do hino nacional pelos colegiais, seguido de palestra sobre a data pela prof. Terezinha Ramalho, e de várias recitações e declamações alusivas a data apresentado pelos alunos[...]. [Estiveram presente na solenidade] o representante do Prefeito Municipal, Sr. José Ribamar Costa Ferreira, Dom Afonso, Cel. Josias Peixoto de Abreu, Francisco José de Castro Gomes, pe. Fernando Meloselli, Dr. Benedito Otaviano Enes de Almeida, professoras do Ginásio e do Grupo Paroquial [...] Pela tarde, realizou-se na Praça pe. Newton Pereira, com numerosa assistência, variados e belos números de demonstração física, pelos alunos [...] [das escolas já mencionadas]¹³⁶.

Tal comemoração iniciou-se pela manhã, com o hasteamento da Bandeira Nacional, seguida da celebração litúrgica, momento em que o ritual católico esteve presente na ordem do dia. Posteriormente houve o desfile cívico dos alunos pertencentes às escolas da Prelazia, com a finalização da solenidade numa sessão cívica ocorrida no Auditório do Ginásio Pinheirense, em que se fizeram presentes as autoridades religiosas, educacionais, políticas e militar, representando os poderes que assumiam na sociedade. À tarde houve a demonstração de atividades de ginástica pelos estudantes das escolas aludidas.

Uma particularidade identificada na matéria divulgada pelo jornal Cidade de

¹³⁵ Entrevista concedida por Moema de Castro Alvim em 1/3/2012.

¹³⁶ CIDADE DE PINHEIRO. Pinheiro, 13 de setembro. 1953. nº 1.576, ano 32, p.1.

Pinheiro, anteriormente mencionada, foi a ausência da participação na solenidade do sete de setembro dos outros estabelecimentos de ensino existentes no município, pois constou na reportagem apenas a presença dos alunos pertencentes às escolas da Prelazia; eram elas o Grupo Escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração e o Ginásio Pinheirense.

Essa informação nos instigou a verificar o porquê da ocorrência desta manifestação e o jornal Cidade de Pinheiro nos ajudou a esclarecer tal fato nos fornecendo informes desse episódio histórico, mostrando que este acontecimento ocorreu durante os três primeiros anos de funcionamento do Ginásio Pinheirense. Segundo o jornal as divergências quanto à ordem de apresentação das escolas no desfile do sete de setembro foi a causa deste desconforto, conforme programa descrito abaixo:

Convidam-se as autoridades e o povo em geral para assistirem os festejos que obedecem ao seguinte programa: As 7:00 horas: hasteamento do pavilhão no prédio da Prefeitura Municipal; As 8:00 horas: missa campal na Praça Presidente Dutra; As 9:00 horas: desfile dos colégios que obedecerá a seguinte ordem: 1º Ginásio Pinheirense; 2º Grupo Escolar Odorico Mendes; 3º Grupo Escolar Elisabetho Carvalho; 3º Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração; 4º Escola Noturna Dr. Costa Rodrigues; 5º Escola Tito Soares; 6º Escola General Dutra. As 10:00 horas: Sessão cívica no Auditório do Ginásio Pinheirense; As 16:00 horas: Representação Física, na Praça da Matriz pelos alunos das escolas Paroquial e do Ginásio Pinheirense (PROGRAMA DOS FESTEJOS PARA O 7 DE SETEMBRO. *Cidade de Pinheiro*, Pinheiro, Nº 1525, p.3).

Tal programação, determinada pelo prefeito Raimundo Marcelino Ferreira, destacou na cerimônia da Independência o Ginásio Pinheirense, primeira instituição a conduzir o cortejo cívico, deixando a Escola Paroquial na terceira posição, o que não agradou aos seus professores¹³⁷, que defendiam a unidade na apresentação de tais instituições, pois partilhavam da ideia de pertencimento às escolas criadas pela Prelazia no município.

Ainda referente à programação acima, notamos a comunhão entre os preceitos educativos, religiosos e patrióticos como sendo uma estratégia pedagógica que consistia, através de mecanismos ritualísticos e simbólicos no propósito de “formar almas”, à luz da identificação existente entre Estado, Nação e Igreja.

Outro momento especial na vida do Ginásio Pinheirense foram às festas de formatura, “uma prática ritualizada que expressa a cultura escolar institucionalizada” Werle (2005, p.3), articulando não só os atores sociais pertencentes à instituição de ensino, mas seus familiares e representantes da sociedade pinheirense que se faziam presentes nestas solenidades.

Assim, a formatura desta escola se constituiu num ritual de grande projeção

¹³⁷ CIDADE DE PINHEIRO. Pinheiro, 11 de setembro. 1955. nº 1.678, ano 34, p.1.

pública em que os estudantes se confraternizavam por terem atingido a conclusão do curso ginásial, pois o significado de seu término lhes conferia distinção e *status* social numa sociedade em que poucos tinham acesso a este nível de escolarização.

Na organização desta solenidade, houve uma intensa programação cultural que incluiu a realização de missa na Igreja Matriz, com a presença de toda a cúpula eclesiástica da Congregação masculina e feminina mantenedora da escola; discursos proferidos por alunos, professores, e representantes da sociedade pinheirense; uniformes de gala; canto coral e uma pomposa festa de encerramento em que se fizeram presentes a comunidade escolar, além de familiares e autoridades ¹³⁸.

Através da realização dessa cerimônia, a escola viria “comprovar os atos pedagógicos de sucesso processados em seu interior” Werle, (2005, p.3) através da entrega do diploma, instrumento de poder e *status* no meio social, em que a instituição atestava a aquisição do capital cultural adquirido pelo aluno no percurso ginásial.

Para desvelar as particularidades das festas de colação de grau do Ginásio Pinheirense, veladas nos documentos escritos por nós catalogados, recorreremos então ao relato oral da ex-ginásiana Aurelina Catarina, formanda de 1956. Em seu depoimento nos revelou que cada turma concludente da instituição recebia um lema os quais “compunham [...] um contexto simbólico modelar para os(as) formandos(as), alinhados com as propostas formativas da instituição” Werle (2005, p.13).

Assim, a turma da referida depoente recebeu o lema “Turma do Obelisco” ¹³⁹, despontando em 1956 como as primeiras concludentes do Ginásio Pinheirense. A escolha de tal denominação foi uma homenagem da Prelazia de Pinheiro ao ano do Primeiro Centenário da cidade, que aconteceu na mesma época em que a instituição formava sua primeira turma, conforme revela o quadro que segue.

Quadro 19 – Primeira turma de concludentes do Ginásio Pinheirense, 1956¹⁴⁰

FORMANDAS DO GINÁSIO PINHEIRENSE	
1	Aurelina Catarina Amorim
2	Deny Reis Leite
3	Edna Antônia Pinheiro
4	Honorina Sarges
5	Isis Pereira Franco de Sá
6	Joana de Jesus Silva Ribeiro
7	Leir Souza Amorim

¹³⁸ Entrevista concedida por Aurelina Catarina Amorim em 9/1/2012.

¹³⁹ Entrevista concedida por Aurelina Catarina Amorim em 9/1/2012.

¹⁴⁰ Quadro elaborado pela autora.

8	Maria da Conceição Fernandes
9	Maria Helena da Costa Soares
10	Maria de Lourdes Freitas
11	Maria do Socorro Pinheiro Marques
12	Maria Regina Durans
13	Marieta Franco de Sá
14	Nair Amate
15	Odalva Costa Peixoto
16	Raimunda Amorim
17	Raimunda de Jesus Beckman

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, 3 de setembro. 1956. C. 5, Edição do Centenário, p.1.

O quadro acima revela que apenas mulheres (um total de 17) constituíram o grupo das primeiras concludentes do curso ginásial. Desse grupo fizeram parte as duas primeiras turmas expostas anteriormente no Quadro 14, sendo onze delas pertencentes à Turma A do turno matutino, e seis à turma extinta em 1955.

Cabe ressaltarmos que a aluna Isis Pereira Franco de Sá, formanda da turma de 1956, conforme mostrou o Quadro 19, passou a integrar o turno matutino do Ginásio Pinheirense a partir da segunda série do ano de 1954, fato que foi constatado através dos registros documentais do Ginásio Pinheirense (RELATÓRIO, 1954, p.2).

Na época da formatura das alunas mencionadas, houve também a inauguração de obras¹⁴¹ importantes para homenagear o Centenário de Pinheiro, dentre as quais um monumento na Avenida Senador Vitorino Freire, que deu origem ao referido lema da turma concludente de 1956. Já as turmas que se formaram nos anos posteriores receberam sua denominação em latim, a exemplo dos formandos de 1958, que receberam a titulação em latim: *In omnia respice finem* (Em todas as coisas olhar o fim)¹⁴².

Para estimular os alunos desta instituição a concluírem seus estudos, foi adotado como prática pedagógica um processo de emulação, baseado nos princípios da “*Ratio Studiorum*”, o que neles exercia uma violência simbólica quando os incitava à competição e a perfeição. Fato comprovado por meio do prêmio denominado Alexandre Abuod, a ser oferecido aos estudantes que obtivessem os melhores resultados nas provas finais do curso do ano de 1956¹⁴³.

De acordo (AMORIM, 2012) tal premiação constou do valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), patrocinada pelo comerciante e industrial maranhense que deu nome ao

¹⁴¹ Um Relógio Regulador na Praça Eurico Dutra, a estrada que ligou o município de Pinheiro ao de Santa Helena, entre outras (Cidade de Pinheiro, 1954, p. 1).

¹⁴² Entrevista concedida por Moema de Castro Alvim em 1/3/2012.

¹⁴³ CIDADE DE PINHEIRO. Pinheiro, 3 de setembro. 1956. Caderno 5, Edição do Centenário, p.1.

prêmio, destinado à aluna que tivesse obtido os melhores resultados nas provas finais da conclusão do curso, tendo sido ela a escolhida para receber a gratificação. No entanto, tal acontecimento não se concretizou por motivos, segundo a entrevistada, desconhecidos.

Através das atividades pedagógicas desenvolvidas no Ginásio Pinheirense, constatamos que a Instituição ofereceu uma formação escolar diferenciada, quer seja por meio de seu programa curricular, com tempero católico e investimento no ensino de línguas, quer seja pelos dispositivos usados para estabelecer e concretizar um capital escolar e cultural específico da classe social burguesa, caracterizando uma inovação no cenário educacional no município.

Assim, com a formatura da primeira turma desta Instituição em 1956, passou a ser almejada pelo seu fundador, Dom Afonso Maria Ungarelli, a instalação do segundo ciclo do ensino secundário: o colegial, pois já contava na época com um espaço físico adequado para realizar as atividades relacionadas às disciplinas do eixo científico, além de todo o seu corpo docente ser constituído de profissionais qualificados de acordo as exigências Lei Orgânica de 1942.

Para realizar este intento, Dom Afonso passou a buscar meios para a concretização de tal aspiração. Então, no ano de 1962 foi recebida uma subvenção do governo do Estado no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para instalação da modalidade do curso colegial em Pinheiro.

Apesar do referido auxílio financeiro, a escola precisava passar pela inspeção federal para poder obter a autorização de funcionamento, concedida pelo Ministério da Educação e Cultura através da Divisão de Ensino Secundário (DESE) de São Luís. A autorização desse fato ocorreu com a emissão em 13 de março de 1963 do Comunicado nº 89, pela Sr^a Inês Gonçalves, inspetora seccional do Estado, permitindo ao Ginásio Pinheirense oferecer uma das modalidades do curso colegial: o Científico, com três anos de duração, o que fez tal instituição passar a ser denominada a partir de então de Colégio Pinheirense.

Sobre o Colégio Pinheirense no campo educacional do município, é um objeto a ser estudado, na medida em que, ao tecer a sua história é possível termos, no futuro, uma compreensão mais ampla sobre a História da Educação, em especial na Baixada Maranhense.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para De Certeau (2008, p.94) “enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim”, pois nos o estruturamos com o dever de terminar. Então, é partindo dessa proposição que, nesse momento, procuramos fechar nossa produção textual sobre a constituição do campo educacional do município de Pinheiro nas décadas de 1920 a 1960.

Nesse sentido, constatamos que o processo de escolarização do município ocorreu em diferentes espaços escolares, sendo resultado de ações empreendidas tanto pela iniciativa de particulares quanto pelo poder público.

No início de 1920, as escolas primárias existentes em Pinheiro ministravam apenas o ensino elementar; eram elas: as *isoladas* e as *mistas*. A primeira, constituída de uma só turma sob a responsabilidade de um só docente. No município, elas integravam um conjunto de sete educandários: particulares (Donatilla Corrêa, Hilda Castro, Prof. João Freitas, 14 de Julho, e Zica Freitas) e subvencionadas pelo Estado (Júlia Pimenta e Hilda Castro), que funcionavam em lugares improvisados, acanhados e anti-higiênicos, tais como: na residência do professor, em cômodos de paróquias ou de comércios, sendo a docência ministrada por leigos.

A precariedade cotidiana desse modelo escolar também podia ser constatada nas necessidades materiais, que estavam diretamente relacionadas à aplicação dos métodos de ensino, em que os professores utilizavam as vantagens do *método individual* aliadas às do *método mútuo*, adotando o que designavam como sendo o *método misto* para ministrar o ensino da leitura, da escrita e do cálculo.

A segunda era a *Escola Mista Estadual* de 1º grau, criada pelo governador Urbano Santos da Costa Araújo através do Decreto nº 377, de 23 de novembro de 1920. Era uma modalidade de escola graduada, que adotou regime seriado, com o uso do *método simultâneo*. Estas eram classificadas em: urbanas (de duas classes, regidas por uma só professora) e rurais (mistas de três classes com uma docente).

As normas e orientações seguidas por esse modelo escolar era determinado pelo Regulamento do Ensino Primário de 1918 que foi substituído em 1923, no governo de Godofredo Mendes Viana (1922-1925) o qual deu nova organização a esse nível de escolarização, fazendo algumas alterações em relação ao período letivo, horário escolar, a concessão do exercício da docência e da administração.

Outro modelo dessa instituição só foi implantado em Pinheiro em 1923, na

administração do prefeito Josias Peixoto de Abreu (1922-1924), denominada *Escola Mista Municipal*, regida e administrada pela professora Noemy Pereira Magalhães.

A fragilidade do sistema educacional pinheirense, constituído por escassos estabelecimentos de ensino primário e a inexistência de escolas de nível secundário levaram Elisabetho Barbosa de Carvalho, Clodoaldo Cardoso, Basiliano Adonico de Castro Barroca, Josias Peixoto e Sílvio Rebello no início da década de 1920 a desenvolver no município um projeto de inovação educacional pela disseminação da escolarização.

Esses homens que constituíam a liderança política e econômica de Pinheiro empreenderam iniciativas em prol da educação, atrelada ao ideário de regeneração da população através da ampliação da oferta de estabelecimentos de ensino, buscando combater o analfabetismo existente, tido como “marca da inaptidão para o Progresso” Carvalho (1989, p.40) do país.

O despontar das manifestações do grupo político aludido esteve pautado no *entusiasmo pela educação* quando passaram a criar escolas de caráter privado e gratuito, devido à omissão do poder público, o que os caracterizou como representantes no município do *otimismo pedagógico*.

Esses atores sociais buscaram em meio às ações por eles empreendidas no setor educacional condições para o seu fortalecimento político. E para dar visibilidade aos seus feitos, Elisabetho Barbosa de Carvalho, Clodoaldo Cardoso e Basiliano Adonico de Castro Barroca fundaram um jornal local em 21 de maio de 1922, denominado “Cidade de Pinheiro”, que serviu como um veículo para difundir seus ideais e pontos de vista, bem como os do grupo político ao qual pertenciam.

Então, com o propósito de construir uma identidade social pautada nos ideais republicanos, como moralizar e civilizar a população através de uma escola laica, científica e apoiada nos ideais positivistas, fundaram no município três estabelecimentos de ensino: o *Instituto Pinheirense*, a *Escola Antônio Souza* e a *Escola Normal de Pinheiro*, as quais tiveram propostas educacionais diferenciadas e um curto período existencial, devido a empecilhos financeiros e problemas pedagógicos relacionados com a clientela escolar.

Tal fato não desestimulou esse grupo a promover o desenvolvimento da educação no município, pois usando do prestígio político perante o governo do Estado solicitaram-lhe que implantasse em Pinheiro o modelo de escola primária que simbolizava a modernidade e o progresso no imaginário republicano: o grupo escolar.

Este modelo escolar foi implantado em Pinheiro na gestão governamental de José Maria Magalhães de Almeida, através do Decreto nº 1.128, de 4 de fevereiro de 1927, sob a

denominação de Grupo Escolar “Odorico Mendes”, o primeiro grupo escolar da Baixada Maranhense. Este foi inaugurado em 15 do referido mês e ano, 7 anos após a inauguração da primeira escola primária instituída no município pelo Estado, e que representou uma das mais significativas inovações no ensino pinheirense em meados do último decênio da Primeira República.

Cabe destacarmos que a implantação em Pinheiro de outra escola pública dessa modalidade só aconteceu 13 anos depois, na década de 1940, no terceiro mandato do prefeito Josias Peixoto de Abreu (24/2/1946-14/3/1947), quando foi criado o Grupo Escolar “Elisabetho de Carvalho”.

Como todos os grupos escolares, o “Odorico Mendes” foi projetado para dar visibilidade aos projetos educacionais republicanos. No entanto, esta instituição funcionou provisoriamente em alguns prédios alugados pelo Estado (na Coletoria Federal, na Escola Mista Estadual e num imóvel que era de propriedade do pecuarista Acrisio de Araújo Cerveira), durante 15 anos, pois só teve suas instalações definitivas em 1942, localizado em frente à Praça da República, atualmente José Sarney, na região central da cidade, propiciada na gestão governamental do Dr. Paulo de Souza Ramos, interventor federal do Maranhão.

O estabelecimento desse educandário modificou a configuração da educação pública proporcionada até então no município, pois era uma escola graduada que oferecia o curso primário realizado em cinco anos, dividido em elementar e complementar, com um novo modelo de organização escolar, reunindo em um só prédio várias escolas isoladas que funcionaram como propagadoras da cultura e do ideal de modernidade.

Esse Grupo Escolar propiciou a organização do ensino em sistema seriado, com a divisão do trabalho escolar (diretor, professor, porteiro, faxineira entre outros funcionários), e uma possível homogeneidade com o agrupamento dos alunos em classes conforme o nível de conhecimento, racionalização curricular, controle e distribuição ordenada do tempo e dos conteúdos (SOUZA, 2004).

Essa nova institucionalização de escola primária no campo educacional de Pinheiro era constituída prioritariamente por um quadro de professoras normalistas que fizeram uso do *método intuitivo*, a base do ensino moderno, para formar integralmente o aluno.

Outra inovação trazida com a instalação do Grupo Escolar Odorico Mendes para o cenário educacional pinheirense foi a realização das festas comemorativas, que se tornaram momentos revestidos de significados, como um dos elementos da cultura escolar para reforçar os ideais de civismo e patriotismo, dentre as quais se destacaram: as que celebravam a

instituição escolar (inauguração da instituição e seu aniversário, da memória de seu patrono e encerramento do ano letivo) e as celebrações cívicas (festa da Queda da Bastilha, da Independência, da Árvore, Proclamação da República).

Concebidas como experiências educativas, tornaram-se tarefas exemplares para concretizar as premissas renovadas de educação que colocaram o aluno no lugar central no processo de ensino e aprendizagem, visto que o momento festivo representava o espaço do aprendizado de conteúdos, valores, normas e comportamentos considerados adequados naquele período.

Ainda que o Grupo Escolar tivesse adquirido importância substancial, as escolas isoladas continuavam predominantes no campo educacional pinheirense, principalmente pelas características do processo de desenvolvimento da educação pelo Estado, que passou a investir na disseminação de outra modalidade escolar: as *escolas reunidas*, por serem de fácil administração e de baixo custo, e deveriam, na medida do possível, substituir os onerosos e complexos grupos escolares.

Convém destacarmos que a inadequação de conservação das fontes escritas relacionadas às escolas reunidas pinheirenses nos impossibilitou identificá-las, bem como os sujeitos e práticas escolares nelas desenvolvidas. Nesse aspecto, conseguimos verificar a existência de apenas três escolas enquadradas nessa modalidade: a Marechal Dutra (1940), a Getúlio Vargas (1941) e a Naíza Souza (194?), que foram instituídas no mandato do Prefeito Dr. Antônio Euzébio da Costa Rodrigues (1940-1944).

Entretanto, a partir da década de 1950, a educação pinheirense sofreu a intervenção da Igreja Católica que vivenciava o processo de Restauração, empreendendo ações missionárias para fortalecer os seus princípios religiosos, cuja manifestação em Pinheiro foi desenvolvida pelos membros da Congregação de Nossa Senhora do Sagrado Coração.

A presença dos religiosos dessa Congregação em Pinheiro deveu-se à política de romanização da Igreja, que criou a Prelazia da Baixada Ocidental Maranhense em 22 de julho de 1939, a qual foi instalada no dia 20 de abril de 1940, a pedido do Arcebispo de São Luís, Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta (1890-1982). A princípio, a referida Prelazia seria estabelecida na cidade de Viana, mas devido à intervenção política de Elisabetho Barbosa de Carvalho foi determinado como sede da prelatura o município pinheirense.

No entanto, a eclosão da Segunda Guerra Mundial retardou a vinda dos primeiros Missionários do Sagrado Coração a Pinheiro que só chegaram ao município em 15 de agosto de 1946, vindos da Itália para disseminar a devoção católica e assumir a administração da

nova prelatura. Foram eles: os Padres Cornélio Marie Dan, Fiorini Fiorino, Umberto Giungarelli, Augusto Mozzetti, Fernando Meloselle, Pierpaolo Sambalino e o irmão leigo Giuseppe Preziosa, presididos por Dom Afonso Maria Ungarelli.

Tais religiosos foram designados por Dom Afonso, administrador apostólico da nova Prelazia, para assumirem suas respectivas paróquias nos municípios que compunham a prelatura, tendo sido nomeado administrador apostólico de Pinheiro o Pe. Fernando Meloselle que foi auxiliado pelo Pe. Pierpaolo Sambalino e pelo irmão leigo Giuseppe Preziosa (Frei José).

Assim, o pároco pinheirense fundou em primeiro de janeiro de 1950 um educandário confessional católico, de caráter privado, que recebeu a denominação de Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, sendo inaugurada em 28 de fevereiro do mesmo ano. E por se tratar de uma instituição confessional, os princípios da Fé cristã foram fundamentais para a educação das crianças.

A escola mencionada se apresentou como um projeto educacional renovador para a sociedade pinheirense, pois compreendia uma proposta de educação constituída do pré-escolar com a instituição do jardim de infância, que admitia crianças de 3 aos 7 anos, e o primário que incluía o ensino elementar e o complementar.

Funcionou em seu primeiro ano de existência num imóvel pertencente ao Sr. Armindo Campos, situado na Rua Benjamim Constant, esquina com a Antônio Guterres, em frente à Praça Pe. Newton Pereira, no bairro da Matriz. Posteriormente, com o aumento progressivo da clientela escolar, foi adquirido outro prédio, de propriedade do Sr. Josias Abreu, localizado na Av. Getúlio Vargas para onde foram transferidos o Jardim de Infância e as turmas femininas.

Entre 1950 e 1952, o professorado e a administração da escola paroquial foram constituídos somente por professoras leigas, mas, em 1952, passou a integrar a equipe escolar a normalista Terezinha da Costa Leite Guterres, considerando que as freiras pertencentes à referida Congregação, que deveriam ser responsáveis pelo magistério primário desse projeto missionário, só chegaram ao município, em 19 de janeiro de 1953, trazidas de São Paulo por Dom Afonso Maria Ungarelli, sendo elas: Maria Adélia, Maria Geralda, Maria Suzana, Vera Maria e Madre Maria Dolores, denominadas de Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração.

Foi possível percebermos nessa escola católica, durante a pesquisa, uma sintonia muito grande com os valores patrióticos e nacionalistas propagados pelo Estado, de modo que o civismo ao lado da religião, foi um forte componente disciplinador. Em um contexto de propagação do nacionalismo, as datas cívicas eram comemoradas com muito empenho. Os

desfiles eram muito bem organizados e se constituíam em verdadeiros espetáculos, envolvendo toda a comunidade, além das atividades desenvolvidas pela instituição que propiciavam a propagação dos valores morais e religiosos, inerentes à Congregação de Nossa Senhora do Sagrado Coração, o que fez da escola um referencial de distinção perante os demais estabelecimentos de ensino primários existentes.

Os Missionários do Sagrado Coração, para conseguir realizar esse projeto educacional, buscaram apoio dos agentes políticos locais, e dentre estes se destacaram Elisabetho Barbosa de Carvalho e Clodoaldo Cardoso, que, usando da interferência política com o governo do Estado conseguiram concessões para a Escola Paroquial.

Nesse contexto, destacamos a sanção da Lei nº 727, em 28 de dezembro de 1951. pelo governador Eugênio Barros, que concedeu a subvenção de Cr\$ 20.000.00 (vinte mil cruzeiros) e a equiparação da Escola Paroquial às escolas públicas primárias estaduais através Decreto nº 841, em 27 de dezembro do mesmo ano. Outra concessão de suma importância para esse educandário católico foi a mudança em sua nomenclatura, isto é, passou de Escola Paroquial a Grupo Escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração, quando da promulgação do Decreto de nº 973, em 16 de dezembro de 1953. Isso lhe proporcionou o reconhecimento enquanto escola primária de referência de qualidade e formação.

Ainda no ano de 1953, consolidou-se em Pinheiro a instalação de uma escola de ensino secundário de nível intermediário entre o primário e o superior, voltada para o atendimento do primeiro ciclo, que compreendeu um curso de formação geral, com duração de quatro anos, oferecendo o ensino clássico propedêutico, que serviu para a preparação dos jovens quanto ao seu ingresso na universidade.

Esse empreendimento foi realizado por Dom Afonso Maria Ungarelli (MSC), que, com a ajuda dos pais, das autoridades locais e de pessoas influentes do meio político e social do município auxiliaram na implantação do Ginásio Pinheirense, sendo este o único Ginásio da Baixada Maranhense. Uma escola de caráter privado, fundada em sete de março de 1953 e inaugurada no dia 15 do mesmo mês e ano, atrelada a uma legislação federal que impunha um modelo a ser seguido, através do sistema de “equiparação”.

A princípio, esta escola foi criada para atender apenas ao público do sexo feminino em regime de externato, pois seguia as determinações da encíclica *Divini Illius Magistri*, do Papa Pio XI, publicada em 1929, que condenava a educação mista, especialmente no ensino secundário que é frequentado pelos adolescentes.

No entanto, devido à inexistência no município de uma escola que oferecesse o ensino secundário aos rapazes, isto fez com que a direção da instituição autorizasse a

realização da matrícula a esses alunos, mas com a separação desde que ficassem em turmas e turnos diferentes daqueles das alunas. E já no primeiro ano de seu funcionamento, em 1953, a escola fez uso da prática da coeducação, autorizada pela Portaria Ministerial nº 222, de 27 de março de 1943, exclusivamente com a Turma B, do turno vespertino, onde se encontravam matriculadas sete alunas que não podiam estudar no matutino porque prestavam serviço no Grupo Escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração.

Constatamos que o Ginásio Pinheirense, desde a sua fundação, exerceu forte poder de persuasão entre as famílias de melhor poder aquisitivo, favorecendo, desse modo, a estratificação social e a verticalização do ensino.

Tal instituição apresentou caráter seletivo em consequência da própria Lei que regulamentava esse nível de escolarização, a Lei Orgânica, criada no ano 1942 por Gustavo Capanema, que favoreceu os filhos da elite, sua principal clientela, pelo fato de exigir os exames de admissão para a entrada no ensino secundário. Por outro lado, essa mesma Lei determinou a concessão de uma percentagem de lugares gratuitos e de contribuição reduzida, para adolescentes necessitados, daí ter sido verificado a presença de alunos bolsistas na constituição do quadro discente do Ginásio Pinheirense, o que oportunizou aos filhos das famílias carentes o acesso ao ensino ginásial.

Do Ginásio Pinheirense podemos pintar um painel de impressões, com base na memória dos entrevistados: a organização exemplar, as festas religiosas que difundiam os valores católicos e morais, o regime disciplinar, as sanções, os exames escolares, os desfiles de sete de setembro, como momento de demonstração de amor à pátria e a festa de formatura, que se constituiu num ritual de projeção pública.

A partir deste estudo, afirmamos que a escola ministrou o ensino baseado na pedagogia católica em que eram partilhados os valores que tinham por base o desenvolvimento da moral, do civismo e do patriotismo, tornando-se uma referência de educação tendo em vista a qualidade de ensino oferecido à juventude, não só da cidade de Pinheiro, mas de toda a região da Baixada Maranhense.

O reconhecimento do sucesso escolar dessa instituição durante os seus dez anos de funcionamento fez com que seu idealizador alargasse as modalidades educacionais oferecidas, pois, além do curso ginásial, passou a oferecer a partir de 1963 o Científico, alterando sua nomenclatura para Colégio Pinheirense.

No decorrer desta pesquisa, a compreensão da trajetória institucional das diferentes escolas que constituíam o processo de escolarização de Pinheiro no período de 1920 a 1960 só foi possível mediante o uso da metodologia e das diversas fontes selecionadas

nesta dissertação, com destaque para o jornal Cidade de Pinheiro e para as entrevistas realizadas com os ex-professores e ex-alunos que atuaram nos diferentes estabelecimentos de ensino elencados nesse recorte temporal.

Nos limites deste trabalho, concluímos que as escolas que constituíram o campo educacional de Pinheiro, limitadas pelo recorte temporal, construíram suas histórias a partir de suas particularidades, o que se configurou num conjunto de significados e comportamentos: costumes, rotinas, rituais conservados e reproduzidos pela escola, ou seja, pela cultura escolar que se apresentou de modo diferente em cada instituição.

Portanto, diante dessas considerações, nossa pesquisa assume, entre outras, a característica de servir a novas possibilidades de investigação em relação às escolas estudadas, provocadas por questões deixadas abertas pelo presente trabalho. Assim, seria oportuno, aquelas relativas à arquitetura escolar, ao material didático, à proposta pedagógica, à trajetória dos ex-alunos, entre outros temas, que podem suscitar o interesse de futuros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jayme. E educação secundária no Brasil: ensaio de identificação de suas características principais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.86, n.212, p.39-84, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://rebecp.ineo.gov.br/index.php/rbep/article/viewfile/75/473>>. Acesso em: 26 fev. 2012.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Demerval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p.73-77. (Coleção Educação Contemporânea).

ALVIM, Aymoré de Castro. Pinheiro em Foco. In: _____. **Aspectos históricos**. São Luís, 2006. cap. 1.

AMARAL, Tasso. Carta Pedagógica. **Revista Maranhense: Artes, Ciências e Letras**, São Luís, v. 6, n. 51, maio/jun. 1920. Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/Main.php?MagID=38&MagNo=256>>. Acesso em: 18 dez. 2011.

ANDRADE, Beatriz Martins de. O discurso educacional do Maranhão na Primeira República. In: _____. **Reconstruindo a realidade educacional**.: dos jesuítas ao sistema de ensino republicano. São Luís: UFMA; Secretaria de Educação, 1984. cap.2. (Coleção Ciências Sociais. Série Educação, n.4).

ARAÚJO, José Carlos Souza. As instituições escolares na primeira república: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Isabel Moura et al. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEBDR, 2007. p. 95-122.

AZZI, Riolando. **A Neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994.

AZZI, Riolando; BEOZZO, José Oscar (Org.). **Os religiosos no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1986.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: BORIS, Fausto (org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**, tomo III-2. São Paulo: DIFEL, 1985.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, Diana Gonçalves, (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivido da memória: ensaios de psicologia social**. 2. ed.. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória e Sociedade:** Lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. In: _____. **O espaço social e suas transformações.** Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. p. 95-159.

BRAGHINI, K. M. Z. **O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino.** 2005, 250f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ EHPS. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1493>. Acesso em: 13 fev. 2012.

BUFFA, E.; PINTO, G. A. **Arquitetura e Educação:** Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971. São Carlos: EduFSCAR, 2002.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 2005.

_____. **Testemunha Ocular:** história e imagem. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas:** o imaginário republicano no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo:** uma discussão conceitual. Dados, Rio de Janeiro, v.. 40, n. 2, 1997, p.229-250.

CARVALHO, Marta Chagas de. **A Escola e a República.** 1. ed.. São Paulo, Brasiliense, 1989.

_____. **Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso:** itinerário de uma investigação. Santa Maria, RS, v.30, n. 2, jul./dez. p.87-104, 2005. Disponível em:< <http://www.ufsm.br/ce/revista>>. Acesso em: 14 maio. 2012.

CAPELLATO, Maria Helena R. **Imprensa e história no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUD, Ana Maria. **História e imagem:** os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAIFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.401-417.

CASTRO, César Augusto. **Infância e trabalho no Maranhão Provincial:** uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889). São Luís: Edfunc, 2007.

CHARTIER, Roger. **História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COMBY, Jean. **Para ler a história da Igreja II:** do século XV ao século XX. Tradução: Maria Stela Gonçalves; Adail V. Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

COSTA, Lia Rennó Ribeiro. **Os 70 anos dos Missionários do Sagrado Coração em Itajubá, MG**. Minas Gerais. Editora Chevalier, 1996.

COUTINHO, Mílson. **Fidalgos e Barões**: uma história da nobiliarquia luso-maranhense. In: _____. **Os fidalgos**. São Luís: Instituto Geia, 2005. cap. 9.

CUNHA, Marcus Vinícius da. A Educação no Período Kubitschek: os Centros de Pesquisas do INEP. **R. bras. Est. pedag.** Brasília; v.72, n.171, p.175-195, maio/ago. 1991. Disponível em: < <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/435/440>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

DALLABRIDA, Noberto. O Ginásio das elites dirigentes. In: DALLABRIDA, Noberto; CARMINATI, Celso João (Org.). **O tempo dos Ginásios**: ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX, meados do século XX). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007. p. 261- 285.

_____. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e Memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009. p.77-86.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DE CERTEAU, Michel. A Escrita da História. In: _____. **A operação historiográfica**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

FARIA FILHO, Luciano M. de. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira et al. **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.135-148. (Coleção História, n.6)

_____. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano M. de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 14, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br> >. Acesso em: 13 jul. 2011.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações Maranhenses: 1822-1929**. 2. ed. São Luís: Instituto Geia, 2003.

FILHAS DE NOSSA SENHORA DO SAGRADO. Nossa história ... nossa origem. Disponível em: < <http://www.fdncs-sp.com.br/id2.htm>>. Acesso em: 29 maio. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história das violências nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilene de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

FURTADO FILHO, Douglas. **Da povoação do Pinheiro à princesa da Baixada: história cronológica do município de Pinheiro**. São Luís: Edição do autor, 2003.

GARCIA, Letícia Cortellazzi. Sobre mulheres distintas e disciplinadas: práticas escolares e relações de gênero no ginásio feminino do Colégio Coração de Jesus (1935-1945). In: DALLABRIDA, Noberto; CARMINATI, Celso João (Org.). **O tempo dos Ginásios: ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX, meados do século XX)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007. p. 261- 285.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, Francisco José de Castro. **Coisas da Nossa Terra**. [S.l.: s.n.], 2004.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, José Silvério Baía. **O Hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e educação**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

KERCK, J. de. **Júlio Chevalier: o homem e sua ideia**. Missionários do Sagrado Coração, São Paulo: Loyola, 1987.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2.ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

KUHLMANN JR., Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.369-486.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1, jan./jun.p.9-43, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. [Bernardo Leitão]. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1990.

LEITE, Graça. **O Sonho e o Tempo**. São Luís, [s.n.], 2000.

_____. Lá vem elas! Panorama da Evolução feminina na cidade de Pinheiro. Pinheiro, [s.n.], 2006.

LEME, Dom Sebastião. **Carta Pastoral**. Petrópolis: Vozes, 1916.

LIMA, Danilo. **Educação, Igreja e ideologia: uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja: de Lutero aos nossos dias: A era do liberalismo**.

v.3, São Paulo: Loyola, 1996.

MATA, Sérgio da. **História e religião**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MESQUIDA, Peri. Educação e hegemonia católica no Brasil (1870 a 1900). **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba: PUCPR. v.2, n. 3, Jan/Jul. 2001. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=62>>. Acesso em: 20 maio. 2012.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: Dasp, 1960.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MISSIONÁRIOS DO SAGRADO CORAÇÃO. **A caminho**: nosso sesquicentenário. Tradução Província de São Paulo, MSC: São Paulo, v.3, 2003.

MOTTA, Diomar das Graças; NUNES, Iran de Maria Leitão. Escola Normal: uma instituição tardia no Maranhão. In: ARAÚJO, José Carlos Souza et al. **As Escolas Normais no Brasil**: do Império à Republica. Campinas, SP: Alínea, 2008. p.299 - 305.

MOTTA, Diomar das Graças. A emergência dos grupos escolares no Maranhão. In: VIDAL, Diana Gonçalves. (org.) **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006. cap.5.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares**: por que e como pesquisar. Campinas, SP: Alínea, 2009.

NUNES, M. José F. Rosado. Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil: uma abordagem histórico-social. In: AZZI, R.; BEOZZO, J. O. (org.) **Os religiosos no Brasil**: enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1986. p.188-205.

NUNES, Clarice. **A modernização do ginásio e a manutenção da ordem**. 1979, 230f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 1979.

_____. **O “velho” e “bom” ensino secundário**: momentos decisivos. Revista Brasileira de Educação, São Paulo: ANPED, n.14, p. 35-60, maio/ago. 2000.

PACHECO, Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão**. São Luís: S.E.N.E.C./Departamento de Cultura, 1969.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n], 2007.

RODRIGUES, Maria Regina. **Maranhão**: do Europeísmo ao Nacionalismo – Política e Educação. São Luís: SIOGE, 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**: (1930/1973). 35. ed.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SALDANHA, Lilian Leda. **A instrução pública maranhense na primária década republicana (1889-1899)**. Imperatriz: Ética, 2008.

SARAIVA, Cloves. **Malba Tahan visita São Luís e outras histórias**. 3. ed. São Luís, 2008. cap. 1.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional “ao longo do século XX” brasileiro. In: _____ et al. **O Legado Educacional do Século XX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.p. 9-50. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, v.3: Século XX. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.29-38.

SCHULER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, ANA Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v.13, n.26, p.32-55, jan. 2009.

SILVA, Diana Rocha da. **A Institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903-1920)**.2011, 167f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão- UFMA. São Luís, 2011.

SOARES, José Jorge (Org.). **Coisas de Antanho**, Josias Abreu. São Luís: Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciências, 2006a.

_____. José Jorge Leite. **Lugar das Águas: Pinheiro (1856-2006)**. São Luís: Lino Raposo Moreira, 2006b.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2008.

_____. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O Legado Educacional do Século XX**. Campinas, SP: Autores Associados. 2004. p.109-151.(Coleção Educação Contemporânea).

_____. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

WERLE, Flávia. Constituição do Ministério da Educação e Articulações entre os Níveis Federal, Estadual e Municipal da Educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, v.3: Século XX. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. Ancorando quadros de formatura na história institucional. In: Reunião Anual da ANPED, 28., 2005, Caxambu –MG. Anais eletrônicos. Caxambu – MG: ANPED, 2005. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/28/gt02.htm> >. Acesso em: 31 maio. 2012.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In:_____ et al. **O Legado Educacional do Século XX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil**. Brasília: líber Livro Editora, 2007.

VIVEIROS, Jerônimo. **Quadros da Vida Pinheirense**. São Luís: Instituto Geia, 2007.

FONTES DOCUMENTAIS

NOSSA SENHORA DO SAGRADO CORAÇÃO. **Livro de Tombo**, Pinheiro - Ma, 1950.

Relatórios do Inspetor do Ginásio Pinheirense a Inspetoria Federal do Ensino Secundário, 1953-1958.

Ata de matrícula do Ginásio Pinheirense, 1953.

Mapa do Maranhão. Disponível em: < <http://www.ibge.com.br> >. Acesso em: 12 de nov. 2012.

JORNAIS

CIDADE DE PINHEIRO. Pinheiro, 21 de maio. 1922, nº 20, ano I, p.6.

_____. Pinheiro, 23 de abril. 1922, nº 21, ano I, p.3.

_____. Pinheiro, 18 de novembro de 1923, nº 24, ano II, p.6.

_____. Pinheiro, 23 de junho. 1925, nº 186, ano IV, p.1.

_____. Pinheiro, 18 de abril. 1926, nº 227, ano V, p.3.

_____. Pinheiro, 2 de maio. 1926, nº 229, ano V, p.1.

_____. Pinheiro, 23 de maio. 1926, nº 232, ano V, p.6.

_____. Pinheiro, 28 de novembro. 1926, nº 259, ano V, p.3 e 5.

_____. Pinheiro, 20 de fevereiro. 1927, nº 271, ano VI, p. 1.

_____. Pinheiro, 13 de março. 1927, nº 274, ano VI, p. 5.

_____. Pinheiro, 13 de março de 1927, nº 247, ano VI, p.5.

_____. Pinheiro, 20 de março. 1927, nº 275, ano IV, p.5.

_____. Pinheiro, 3 de março. 1927, nº 279, ano VI, p. 5.

_____. Pinheiro, 1 de janeiro de. 1950, ano XXIX, p.2.

_____. Pinheiro, 19 de janeiro. 1953, nº 1.542, ano XXXII, p.1.

_____. Pinheiro, 15 de março. 1953, nº 1.550, ano XXXII, p.1.

_____. Pinheiro, 22 de fevereiro. 1953, nº 1.547, ano XXXII, p.1.

_____. Pinheiro, 11 de setembro. 1955, nº 1.678, ano XXXIV, p.1.

_____. Pinheiro, 15 de fevereiro. 1953, nº 1.546, ano XXXII, p.1 e 4.

_____. Pinheiro, 3 de setembro. 1953. Caderno 3, Edição do Centenário, p.4.

_____. Pinheiro, 7 de setembro. 1953, nº 1.525, ano XXXII, p.3.

_____. Pinheiro, 13 de setembro. 1953, nº 1.576, ano XXXII, p.1.

_____. Pinheiro, 22 de maio. 1955, nº 1.662, ano XXXIV, p.1.

_____. Pinheiro, 3 de setembro. 1956, C.5, Edição do Centenário, p.1 e 3.

O ESTUDANTE. Pinheiro, 20 de maio. 1955, nº 2, ano I, p.3-6.

FONTES LEGISLATIVAS

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Novaconsti/Main.htm>. Acesso em: 29 jan.2012.

_____. Decreto nº 19. 890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>. Acesso em: 31 jan. 2012.

_____. Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932. Consolidou as disposições sobre a organização do Ensino Secundário. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-norma-pe.html>>. Acesso em: 1 fev. 2012.

_____. Decreto 22.106, de 18 de novembro de 1932. Revigora, com modificações, dispositivos de decretos anteriores referentes ao ensino secundário, que dispõe sobre os exames de admissão parcelados e de adaptação ou admissão ao curso seriado oficialmente reconhecido. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22106-18-novembro-1932-516822-norma-pe.html>>. Acesso em: 11 fev.2012.

_____. Portaria Ministerial nº 142, de 24 de abril de 1939. Instruções do Departamento Nacional de Educação; relativas ao regime didático e escolar, dos estabelecimentos de ensino secundário e aos seus serviços de inspeção. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 21 fev.2012.

_____. Decreto-Lei nº 1.750, de 8 de dezembro de 1939. Modifica a legislação do ensino secundário. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1750-8-novembro-1939-411447-norma-pe.html>>. Acesso em: 27 fev.2012.

_____. Portaria Ministerial nº 479, de 30 de novembro de 1940. Altera instruções e programas para exames de admissão aos estabelecimentos de ensino secundário e baixa novas determinações para sua execução. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 3 mar.2012.

_____. Portaria Ministerial nº 193, de 13 de maio de 1950. Aprova instruções para execução do disposto na lei Orgânica do Ensino Secundário. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 6 mar.2012.

_____. Portaria Ministerial nº 501, de 19 de maio de 1952. Determinava a inspeção dos estabelecimentos secundários com intenção de padronizá-los. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 13 mar.2012.

_____. Portaria Ministerial nº 325, de 13 de outubro de 1959. O Ministério de Estado de Educação e Cultura expede as instruções anexas, a serem observadas pelos estabelecimentos de ensino sob a jurisdição da Diretoria do Ensino Secundário, quanto a exames de admissão. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 11 mar.2012.

_____. Decreto - Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1942vIIP245/pdf5.pdf>>. Acesso em: 15 mar.2012.

_____. Portaria Ministerial nº966, de 2 de outubro de 1951. Incumbe a Congregação do Colégio Pedro II da elaboração dos programas das diversas disciplinas do ensino secundário. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/leisocerizadas%5CLEis1951v8parte2.pdf>>. Acesso em: 10 abr.2012.

_____. Decreto-lei nº 34.638, de 17 de novembro de 1953. **Institui a Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário (CADES)**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/leisocerizadas%5CLEis1953v8parte2.pdf>>. Acesso em: 10 abr.2012.

_____. Portaria Ministerial nº 318, de 5 de abril de 1954. Determinava a inspeção dos estabelecimentos secundários com intenção de padronizá-los. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 13 abr./2012.

_____. Lei nº 2.430, de 19 de novembro de 1955. **Dispõe sobre a realização dos exames de suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/leisocerizadas%5CLEis1955v1.pdf>>. Acesso em: 18 abr.2012.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Acesso:** < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-pl.html>>. Acesso em: 13 mar.2012.

MARANHÃO. Lei nº 439, de 3 de setembro de 1856. O presidente do Maranhão Antônio Candido da Cruz Machado estabeleceu a elevação do povoado Lugar do Pinheiro a categoria de vila. Colleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão (1849-1850), p.85-86.

_____. Decreto nº 55, de 4 de fevereiro de 1918. O Exmo. Sr. Coronel Antônio Brício de Araújo expede regulamento para as Escolas Primárias do Estado, São Luís, 1918, p.165.

_____. Lei nº 911, de 30 de março de 1920. O Exmo. Governador Urbano Santos da Costa Araújo autoriza o Governo a elevar a categoria de cidade a vila de Pinheiro, São Luís, 1920.p.49-50.

_____. Lei nº 918, de primeiro de abril de 1920. O Exmo. Governador Urbano Santos da Costa Araújo reforma o ensino público do Estado. Coleções das leis e decretos do Estado do Maranhão do ano de 1920, São Luís, 1922. p. 73.

_____. Decreto-lei nº 377, de 23 de novembro de 1920. O Exmo. Governador Urbano Santos da Costa Araújo fez a distribuição de escolas públicas no interior do Estado, São Luís, 1920, p. 316-318.

_____. Decreto nº 616, de 15 de fevereiro de 1923. O Exmo. Interventor do Estado Godofredo Mendes Vianna aprovou o Regulamento para os estabelecimentos de instrução pública do Estado, São Luís, 1923, p. 291.

_____. Decreto nº 252, de 2 de março de 1923. O Exmo. O interventor Federal do Estado Americo Wanick aprova o Regulamento para o ensino primário do Estado, São Luís, 1932, p. 291.

_____. Lei nº 1.243, de 11 de abril de 1926. O Exmo. Governador José Magalhães de Almeida cria no município de Pinheiro uma fábrica para o beneficiamento do babaçu. Mensagem apresentada ao Congresso do Estado do Maranhão em 5/2/1926. São Luís, p.331.

_____. Decreto nº 1.051, de 1 de abril de 1926. O Exmo. Governador José Magalhães de Almeida cria dois cargos de professoras na cidade Pinheiro. Mensagem apresentada ao Congresso do Estado do Maranhão em 5/2/1927. São Luís, 1926, p. 212-213.

_____. Decreto nº 1.128, de 4 de fevereiro de 1927. O Exmo. Governador José Magalhães de Almeida cria um grupo escolar na cidade Pinheiro. Mensagem apresentada ao Congresso do Estado do Maranhão em 5/2/1927. São Luís, 1890, p. 204-205.

_____. Decreto nº 1.284, de 31 de março de 1927. O Exmo. Governador José Magalhães de Almeida cria a Diretoria Geral da instrução Pública. Colleção de Leis e Decretos do Estado do Maranhão. 1927. Maranhão, 1928, p. 178-179.

_____. Decreto nº 841, de 27 de dezembro em 1951. O Exmo. Governador Eugenio Barros equipara as escolas públicas primárias a Escola “Nossa Senhora do Sagrado Coração de Pinheiro”. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. São Luís. 1950, p.61-62.

_____. Lei nº 727, de 28 de dezembro de 1951. O Exmo. Governador Eugenio Barros concede a Escola Paroquial de “Nossa Senhora do Sagrado Coração” da cidade de Pinheiro. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. São Luís. 1951, p. 222- 223.

_____. Decreto nº 934, de 31 de julho de 1953. O Exmo. Governador Eugenio Barros mudou a denominação da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde pública para Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. Coleção de Leis e Decretos de janeiro a dezembro de 1953. Maranhão. 1953, p. 55-75.

_____. Decreto nº 973, de 16 de dezembro de 1953. O Exmo. Governador Eugenio Barros denominou como Grupo Escolar a Escola Nossa Senhora do Sagrado Coração de Jesus. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. São Luís. 1953, p.35.

_____. Presidente (José Magalhães de Almeida). Mensagem apresentada ao Congresso do Estado na 3ª reunião ordinária da 12ª legislatura em 5 de fevereiro de 1927. São Luís. p.16; 21-22.

_____. Presidente (José Magalhães de Almeida). Mensagem apresentada ao Congresso do Estado. Na abertura da 2ª reunião ordinária da 13ª legislatura em 5 de fev. 1929. p. 18-19.

_____. Portaria nº424, de 31 de maio de 1953. A Divisão de Ensino Secundário expede permissão para o funcionamento do Ginásio Pinheirense.

_____. Governador (Sebastião Archer da Silva). Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado. São Luís. 1949, p.80.

_____. Regulamento da Instrução Pública do Maranhão de 1923. Maranhão, 1923.

_____. Regulamento para o ensino primário. Maranhão, 1932.

FONTES ORAIS

ALVIM, Moema de Castro. **Ex-aluna do Ginásio Pinheirense**. Entrevista concedida em 11/05/2011 às 3h30min da tarde em seu estabelecimento comercial, São Luís-MA.

AMORIM, Aurelina Catariana. **Ex-professora do Grupo Escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração e ex-aluna do Ginásio Pinheirense**. Entrevista concedida em 9/1/2012 às 10h da manhã em sua residência, Pinheiro-MA.

CASTRO, Ignez Reis. **Ex-aluna da escola de primeiras-letas Júlia Pimenta e do Grupo Escolar Odorico Mendes**. Entrevista concedida em 11/05/2011 às 9h30min da manhã em sua residência, São Luís-MA.

MENDES, Maria Regina Durans. **Ex-aluna do Odorico Mendes e do Ginásio Pinheirense**, Entrevista concedida em 13/12/2011 às 15h30min da tarde em sua residência, Pinheiro-MA.

GUTERRES, Terezinha da Costa Leite. **Ex-professora do Grupo Escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração e do Ginásio Pinheirense**. Entrevista concedida em 5/6/2011 às 16h na residência de sua filha em São Luís-MA.

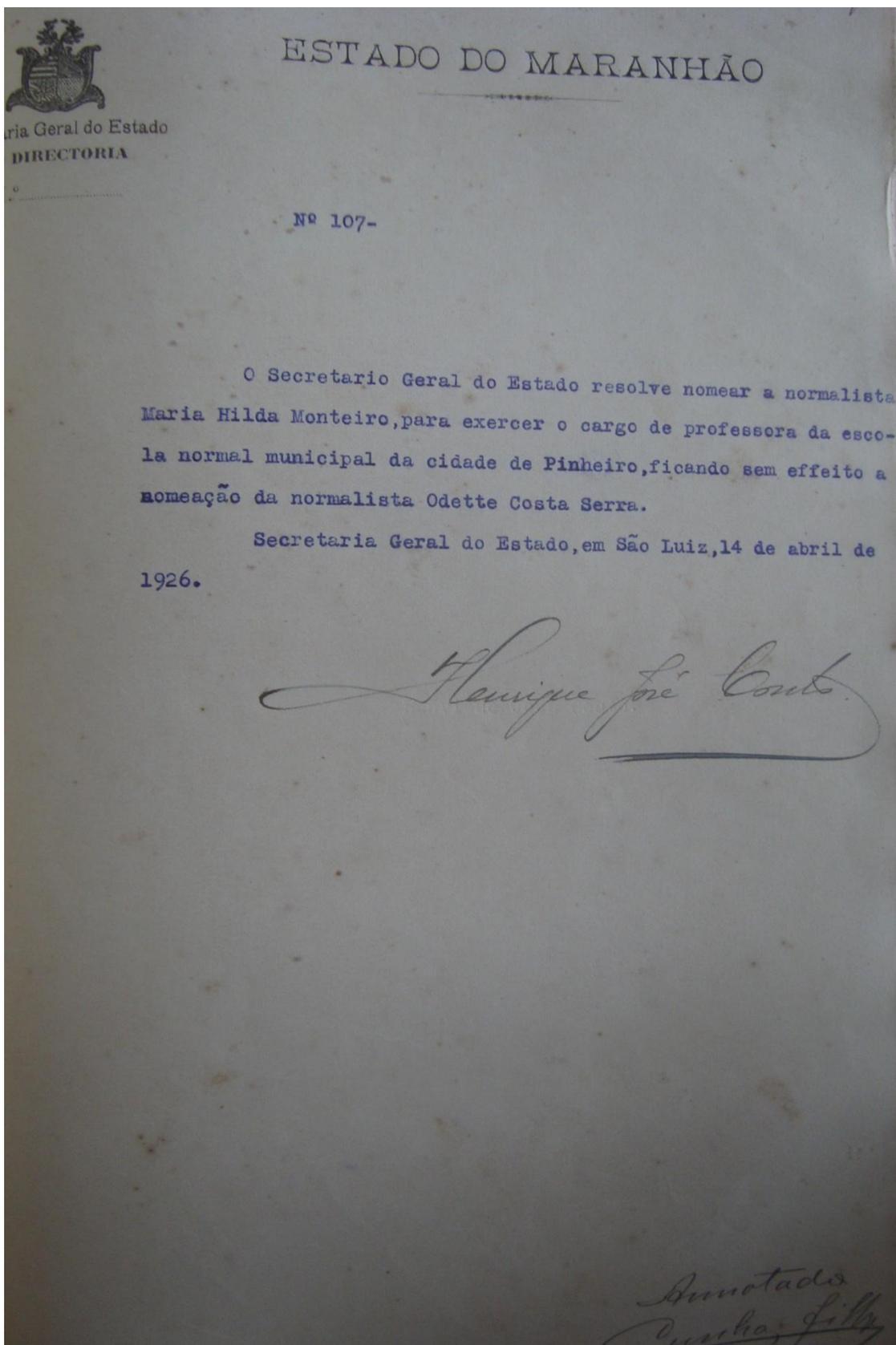
LEITE, Deny Reis. **Ex-aluna do Ginásio Pinheirense**. Entrevista concedida em 6/1/2011 às 14h30min da tarde em sua residência, Pinheiro-MA.

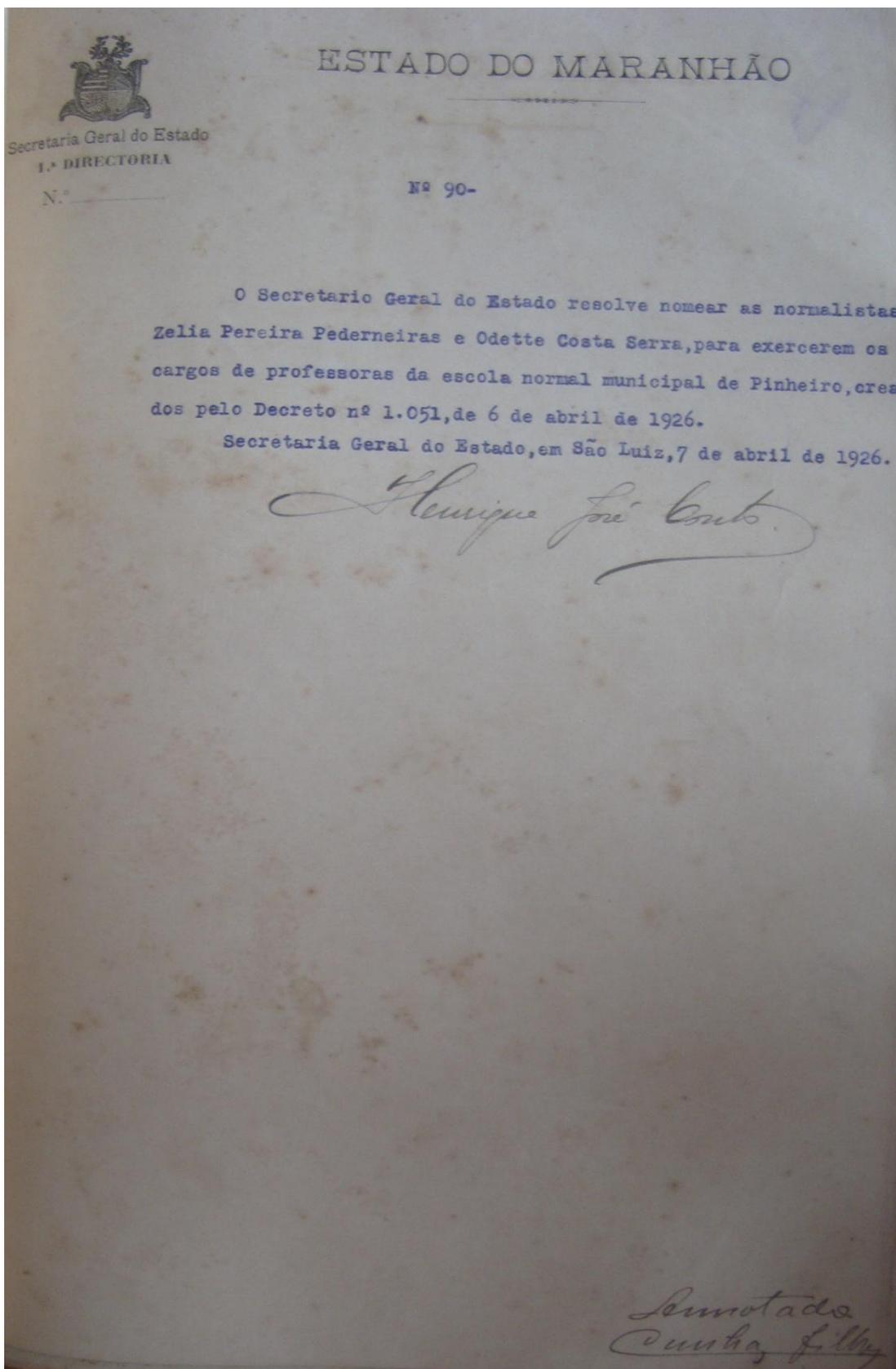
ROSÁRIO, Inácio Rodrigues do. **Ex-aluno da escola de primeiras-letas Donatilla Corrêa de Pinheiro**. Entrevista concedida em 6/5/2011 às 10h30min da manhã em sua residência, Pinheiro-MA.

SÁ, Marieta Franco de Sá. **Ex-aluna do Ginásio Pinheirense**. Entrevista concedida em 27/4/2012 às 10h da manhã em sua residência, Pinheiro-MA.

ANEXOS

ANEXO 1 – Nomeação de normalistas para a Escola Normal de Pinheiro, 1926





Fonte: Livro de minutas de portarias, de nomeações, licenças e exonerações. (Secretaria Geral do Estado). 1926. F.22. S.11. L. 5033.

ANEXO 2 - Currículo da Escola Normal de Pinheiro, 1926

O currículo contemplado por esta escola era um modo de proporcionar uma formação integral, física, intelectual e moral, conforme se encontra descrito abaixo:

- PORTUGUÊS

Parte oral (Noções preliminares; Substantivo – gênero, número e grau; Artigo; Adjetivo – gênero, número e grau; Adjetivos determinativos; Pronome; Verbos – vozes, conjugação dos verbos regulares e ortografia de alguns verbos; Conjugação dos verbos defectivos; Formação de tempos e conjugação de verbos irregulares; Particípios duplos; Verbos quanto ao sujeito e ao complemento; Advérbio; Preposição; Conjunção; Interjeição e etimologia; Análise gramatical; Noções de análise lógica e pontuação. Parte escrita (Ditado, carta, narração, descrição e análise gramatical).

- MÚSICA

Definição de música origem, divisão, subdivisão e composição; Pauta Valores Pausas; Notação Clave; Compasso Travessão Tempo; Signo do compasso, divisão; Ponto Aumentativo; Graus; Formação de compasso simples; Ligadura Suspensão Acidentes Bequadro; Escala diatônica; Semitons coromativos e diatônicos Intervalos; Escala coromática; Sincopes Contratempo Anialteras; Andamentos; Leitura de compasso simples até colcheia; Solfejo.

- COROGRAFIA DO MARANHÃO

Preliminares geográficos: A terra. Parte física (Pontos cardeais, orientação, terras e águas). Noções de Corografia – Parte física: Ilhas, faróis e cabos; Águas; Lagos e lagoas. Portos, baías, estreitos; Divisão territorial; Cidades; Vilas. Parte especial; Noticias históricas; Agricultura, indústria e comércio; Instrução; Política e administração; Câmaras e terrenos; Policia civil e militar.

- DESENHO

Desenho do natural: Esboçar objetos, flores e frutos, em diferentes posições; Animais domésticos (modelos de gesso) desenho de atração; Traçado livre das formas fundamentais, circunferência, linha reta, vertical, horizontal, oblíqua, curvas; Folhagem e ornatos. Desenho de expressão; Ilustração de paisagens simples da vida; uma criança brincando; o cão correndo, etc; Reprodução de desenhos já feitos em classes; Desenho de cópia; Cópia dos modelos que se lhe

apresentar.

- ARITMÉTICA

Algarismo, definições, numeração, sinais aritméticos; Operações fundamentais; Redução à unidade igualdade e desigualdade, complementos dos números; Teoria dos números; Frações ordinárias; Frações decimais; Sistema métrico; Números complexos; Razão; Regra de três; Falsa posição; Percentagem e juros.

- FRANCÊS

Premiere partie; Leçons de choses; Objects et couleurs; Dimensions; Place e position; Mouvements; Nombres; Parties du corps; Vêtements; Quantité; L'alphabet e lês termes employés pour La lecture et l'écriture; Adjectifs, numeraux etc ordinaux; Mots faciles à expliquer par l'enchainement (rien quelquer chose, quelqu'un, personne, qui, quoi); Les verbes "pouvoir", "vouloir", etc; Les adjectifs "fort", "jouples", etc; Les adverbs "trop", "assez", etc; Les verbs "donner", "apporter", "dire" etc; Exercices; "Voir", "entendre", "sentir", "maorger", "boire", "parler", etc; Noms des fleurs, des aliments, des "boissons", etc; Ustensiles de table. Les goûts, les odeurs, beau, vilain, etc; Exercices supplémentaires; Deuxieme partie: Morceaux de lecture et de conversation; Enseignement par l'association graduelle des idées; Remarque; D'après la method Berlitz, l'élève n'entend et ne parle que la langue française, dés la premiere leçon.

- GEOGRAFIA

1ª parte

Geografia, sua definição e divisões: Terra; forma, dimensões de movimentos – Cálculos da esfera terrestre – Rosa dos ventos, orientação; Zonas, estações, desigualdade dos dias e das noites – Coordenadas geográficas, medidas itinerárias e de superfície – Denominação dada às terras e às águas; Hidrosfera – Atmosfera – Noções authropogeographicas.

2ª parte

América: Geografia física; Geografia política; Geografia particular: - Groenlândia, Alaska, Canadá, Terra Nora, Estados Unidos, México, Guatemala, Honduras, S. Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Honduras Britânicas, Cuba, Haiti, S. Domingos, Antilhas Norte Americanas, Antilhas Britânicas, Antilhas Francesas, Antilhas Holandesas, Antilhas Venezuelanas,

Guianas (Francesa, Holandesa e Inglesa), Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil.

3ª parte

Europa: Geografia física; Geografia política; Geografia particular: Noruega, Suécia, Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia Dinamarca, Islândia, Irlanda, Grã Bretanha, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, França, Mônaco, Suíça, Liechtenstein, Hungria, Tchecoslováquia, Alemanha, Rússia, Rússia Branca, Ucrânia, Taurida, Kuban, Terek, Don Tártaro, Bachkir, Portugal, Espanha, Andorra, Itália, Tavolara, S. Martinho, Yugoslávia, Albânia, Grécia, Monte Santo, Turquia Européia, Bulgária, Romênia.

4ª parte

Ásia: Geografia física; Geografia política; Geografia particular: Sibéria, Turkestan, Bukara, Coréia, Mongólia, China, Indo China Francesa, Sião, Indo China Britânica, Insulindia, Índia, Brutam, Nepal, Índia Francesa Índia Portuguesa, Belutchistão, Afeganistão, Pérsia, Mesopotâmia, Armênia, Azerbeidjão, Geórgia, Turquia Aziatica, Kurdstão, Síria, Líbano, Palestina, Hedjar Azir, Iêmen, Aden, Hadramant, Koweit, Arábia e Djebel Schammar.

5ª parte

África: Geografia física; Geografia política; Geografia particular: África O. Francesa, África E. Francesa, Sudão Anglo Egípcio, Congo Belga, União Africana, África Austral Inglesa, África Oriental Inglesa, Líbia, África Ocidental Inglesa, Angola, Egito, Abissínia, Moçambique África insular, Argélia, Somali Italiano Marrocos, Rio do Ouro, Somali Inglês, Tunísia, Erithéa, Lihéria Guiné (Portuguesa e Espanhola), Somali Francês Ifni e Tanzer.

6ª parte

Oceania: Geografia física; Geografia política; Geografia particular: Austrália, Nova Zelândia; Melanésia, Polinésia, Micronésia.

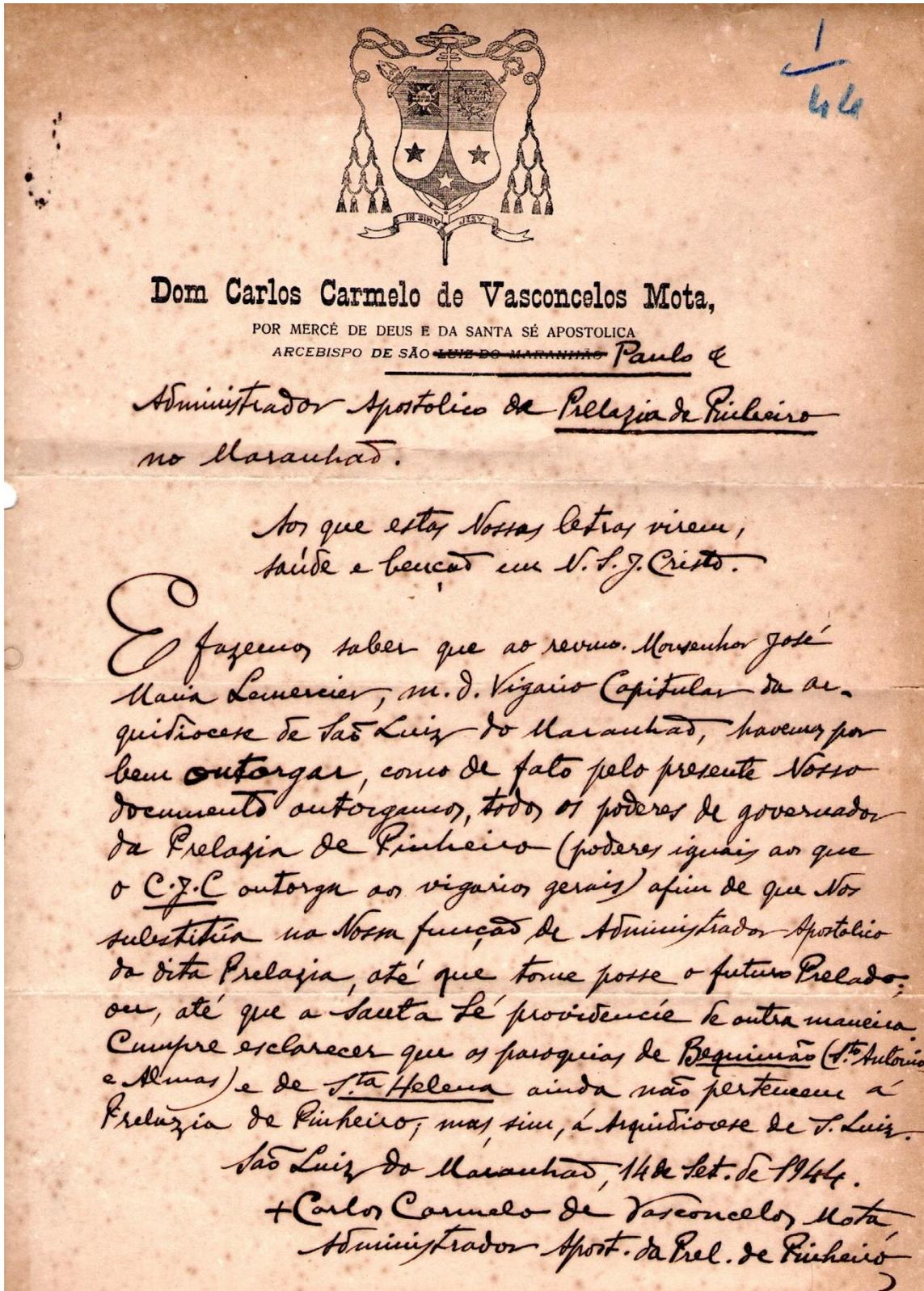
Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, 2 e 9 de maio de 1926. Nº 229 e 230, p.6.

ANEXO 3 – Horário escolar da Escola Normal de Pinheiro, 1926

1º e 2º ANO						
TEMPO	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA	SÁBADO
7:45,8:00	Inspeção			Ginástica Música e Prendas Domésticas	Inspeção	
8:00,8:30	Cálculo	Cálculo	Cálculo		Leitura	Cálculo
8:30,9:20	Leitura	Leitura	Leitura		Exercícios orais	Leitura
9:20,9:40	Exercícios orais	Exercícios orais	Exercícios orais		Exercícios orais	Exercícios orais
9:40,10:15	Escrita	Escrita	Escrita		Escrita	Escrita
10:15,10:30	Recreio				Recreio	
10:30,10:40	Geografia	Hist. e inst. cívica	E. objetivo		Geografia	História e Inst. Cívica
10:40,10:50	Caligrafia	Desenho	Caligrafia		Caligrafia	E. objetivo
10:50,11:00	Canto e				Despedida	
3º e 4º ANO						
TEMPO	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA	SÁBADO
7:45,8:00	Inspeção			Ginástica Música e Prendas Domésticas	Inspeção	
8:00,8:30	Cálculo escrito	Cálculo oral	Cálculo escrito		Cálculo oral	Cálculo escrito
8:30,9:20	Leitura	Desenho	Leitura		Leitura	Recitativo
9:20,9:40	Exercícios orais	Hist. do Brasil			Exercícios orais	Hist. do Brasil
9:40,10:15	Escrita	Escrita	Escrita		Escrita	Escrita
10:15,10:30	Recreio				Recreio	
10:30,10:40	Geografia	Hist. e Inst. Cívica	Geografia		Geografia	Geografia
10:40,10:50	Caligrafia		Caligrafia		Caligrafia	Ens. Objetivo
10:50,11:00	Canto e				Despedida	
5º ANO						
7:45,8:00	Inspeção			Ginástica Música e Prendas Domésticas	Inspeção	
8:00,8:30	Cálculo	Cálculo	Cálculo		Leitura	Cálculo
8:30,9:20	Leitura	Leitura	Leitura		Exercícios orais	Leitura
9:20,9:40	Exercícios orais	Exercícios orais	Exercícios orais		Exercícios orais	Exercícios orais
9:40,10:15	Escrita	Escrita	Escrita		Escrita	Escrita
10:15,10:30	Recreio				Recreio	
10:30,10:40	Geografia	Hist. e Inst. Cívica	Ens. Objetivo		Geografia	Hist. e Inst. Cívica
10:40,10:50	Caligrafia	Desenho	Caligrafia		Caligrafia	Ens. Objetivo
10:50,11:00	Canto e				Despedida	

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, 17 de maio de 1926, nº 231, p.6.

ANEXO 4 – Nomeação do Pe. José Maria Lemercier como administrador apostólico da
Prelazia de Pinheiro, 1944





Uma das salas da Escola Modelo

